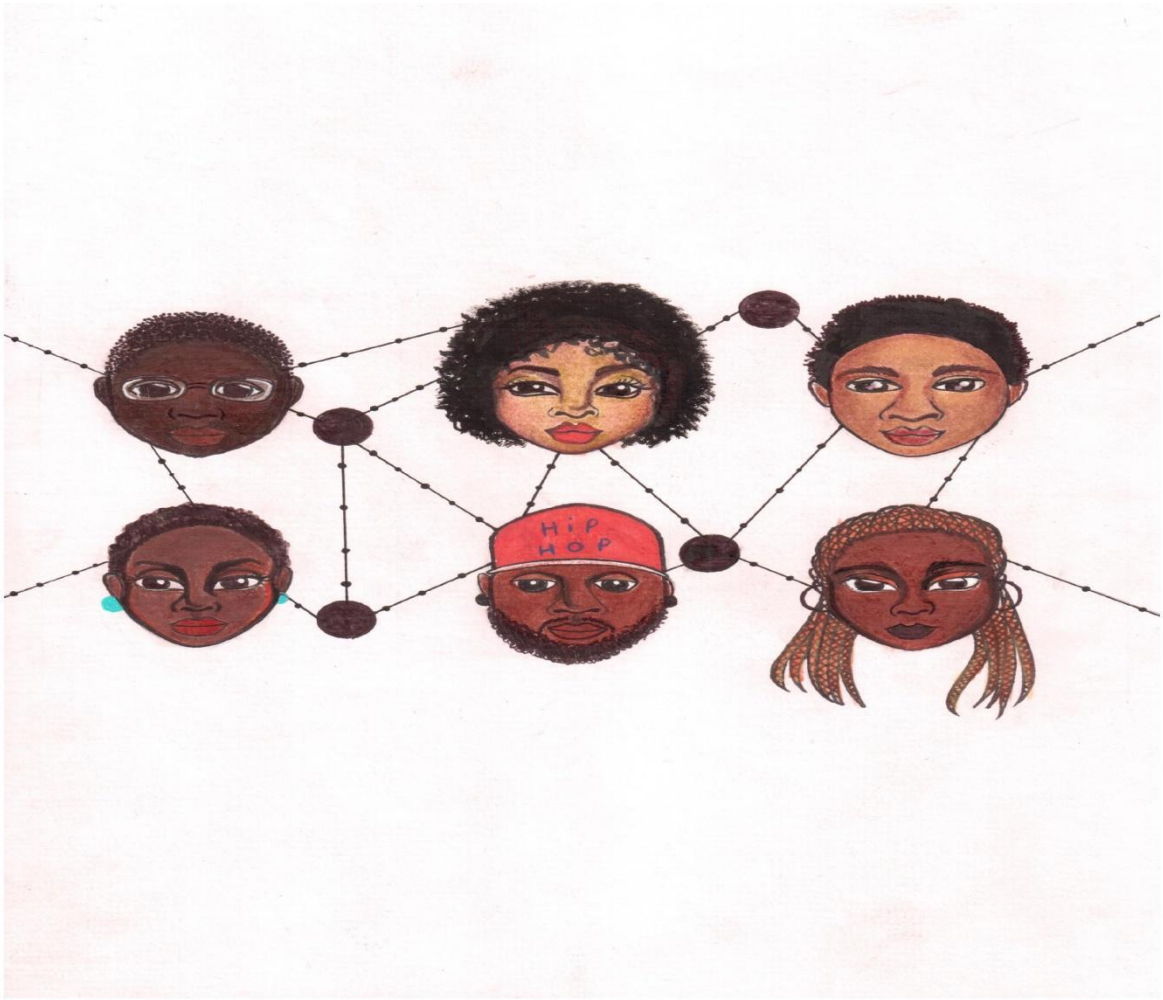
JUVENTUDE NEGRA: INTERSECCIONALIDADE ENTRE RAÇA E GÊNERO NO ESPAÇO URBANO DE PRESIDENTE PRUDENTE - SP



TAIS EVANDRA DE CARVALHO TELES DOS SANTOS

PRESIDENTE PRUDENTE – SP, 2016

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Câmpus de Presidente Prudente

TAIS EVANDRA DE CARVALHO TELES DOS SANTOS

JUVENTUDE NEGRA:INTERSECCIONALIDADE ENTRE RAÇA E GÊNERO NO ESPAÇO URBANO DE PRESIDENTE PRUDENTE-SP

Monografia apresentada ao Departamento de Geografia da Universidade Estadual Paulista- Faculdade de Ciências e Tecnologias – Campus de Presidente Prudente, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Geografia. Orientador: Prof. Dr. Nécio Turra Neto.

Presidente Prudente-SP

2016

S237j

Santos, Tais Evandra de Carvalho Teles dos Juventude Negra: : Interseccionalidade entre raça e gênero no espaço urbano de Presidente Prudente -sp / Tais Evandra de Carvalho Teles dos Santos. -- Presidente Prudente, 2016p. 140

Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado -Geografia) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente

Orientadora: Nécio Turra Neto

1. Juventude Negra. 2. Estudos raciais na Geografia. 3. Gênero. 4. Espaço urbano. 5. Intercessionalidade. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Dados fornecidos pelo autor(a).

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Câmpus de Presidente Prudente

ATA DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE GRADUAÇÃO

No mês de Dezembro de 2016, foi defendido pela estudante TAIS EVANDRA DE CARVALHO TELES DOS SANTOS o Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação em Bacharelado em Geografia, intitulado JUVENTUDE NEGRA: INTERSECCIONALIDADE ENTRE RAÇA E GÊNERO NO ESPAÇO URBANO DE PRESIDENTE PRUDENTE -SP, tendo como nota final a média das notas dos três componentes da banca examinadora, conforme discriminado abaixo:

Nécio Turra Neto (Orientador)	10
Ivonete Alves	10
Gerson de Souza Oliveira	10
Média Final	10

Presidente Prudente, 15 de julho de 2026

gov.br Documento assinado digitalmente
NECIO TURRA NETO
Data: 15/07/2026 08:45:55-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof. Dr. Nécio Turra Neto
Orientador

Faculdade de Ciências e Tecnologia
Rua Roberto Simonsen, 305 CEP 19060-900 Presidente Prudente SP
Tel 18 229-5375 depgeo@prudente.unesp.br

Dedico este trabalho ao meu pai, um ser iluminado que veio a terra para nos mostrar os caminhos mais alegres e, por vezes, tortuosos da vida. Com ele aprendi valorados fundamentais, os princípios de humanidade, humildade, igualdade e justiça. Pai, muito obrigada! Esse trabalho é nosso. Eu sou, porque nós somos UBUNTU!

Dedicado à José Antônio da Silva e Família

AGRADECIMENTOS

Este trabalho apenas se tornou real porque foi construído de maneira coletiva. Afirmo que redigir os agradecimentos foi sem dúvida uma etapa difícil, sobretudo, por temer deixar alguém de fora desta singela demonstração de carinho.

Costumo dizer que a vida é um bonde, como aqueles que Machado de Assis desenhava em palavras nos seus textos e fantásticas crônicas. Já pararam para pensar que constantemente realizamos percursos às vezes incertos e, no decorrer destes, sempre carregamos um pouco daquelas experiências que adquirimos neste dado momento e singular lugar, bem como, sempre deixamos um pouquinho de nós.

Primeiramente, agradeço aqueles que atuam como minha base de sustentação primária, Nanda, Rogério e Pai- José Antônio -, eu amo vocês, obrigada. Agradeço à minha grande e segunda família - Família do XI -, obrigada por garantir que esse carinho continue constante, mesmo com as transformações de cada um de nós. Professora Augusta, muito obrigada, a senhora é parte importante e especial dessa caminhada.

Agradeço a família escolhida que nos ampara meio à uma sociedade que condena e exclui, Família Moradia estudantil, muito obrigada. Agradeço aos amigos subversivos por toda construção, Nina, Tim, Rubão, Jeferson ,Laís (LáLá), Paulo Preto, Alex (Marciano) e Gerson – Gratidão. Deixo aqui um carinho especial a Família Bloco D3 e B4 (2011 a 2013). Juliano Boldrin, Léia, Fernando, Lidh, Edvandro Bahia, Alexandre H.U.

Agradeço ao pessoal do CEGET, em especial à você Dayane, obrigada por tudo. Professor Ricardo, obrigada.

Agradeço aqueles que fizeram das aulas matinais, mais legais e divertidamente questionadoras - Fran, Nina, Luis Carlos Martins (Luh), Mayara, Rodolfo, Paulo, Verônica, Nathália, Paulo Biele – Papa -, Guilherme Gualdino vocês foram essenciais nessa caminhada.

Agradeço às minhas irmãs e irmãos de cor, sem vocês construir o nosso quilombo "Coletivo Mãos Negras" seria impossível – Analú, Lisie, Ivonete, Baiano, Washington, Pâmela, Rosa, Larissa e todos aqueles que, de alguma forma, fizeram deste o nosso espaço seguro. Ao lado de vocês, pintamos uma universidade mais colorida e um espaço menos opressor.

À todo corpo de funcionários que mantém este espaço vivo e habitável, em especial as meninas terceirizadas que trabalham na limpeza.

Deixo registrado meu agradecimento aos que duvidaram da força que carrego, daqueles que, por vezes, tentaram derrubar-me, isso me fez querer ainda mais este espaço.

Agradeço a essa juventude preta prudentina, que tornou esse trabalho possível – Alunos da escola Clotilde Veiga- gratidão. Iara, Elaine, Letícia, Nayra, Robô- Projeto Ensaio, YoloRap, Dernezzito – obrigada.

Cabe um agradecimento especial a você Nécio, professor e orientador deste trabalho, obrigada por acreditar nessa pesquisa e fazer da nossa parceria um caminho próspero. Juntos, nos desconstruímos e nos reconstruímos em cada etapa desse trabalho.

Um agradecimento às mulheres pretas da minha vida; Sônia, Antônia, Tia Celinha e Glória, tenho certeza que de onde estiverem vocês iluminaram meus passos até aqui, me cobriram e continuaram a caminhar ao meu lado. Meninas, muito obrigada, Analú, minha amada irmã de alma. Giuglianna, meu amor de coração, obrigada por sentir todas as dores desse parto comigo, eu Amo vocês – Obrigada minha mãe terra, asé! Quilombo Casa Azul – Simplesmente Máximo Respeito! Regiane nossa pequena, você também é parte de mim, obrigada por mostrar novos olhares.

Meu bem, Henrique Gabriel, obrigada por me apresentar uma Presidente Prudente Preta. Obrigada por ter feito deste trabalho não apenas lágrimas, mas também muito sorriso, acompanhado de uma boa música Rap e um doce céu Prudentino.

Obrigada Nina Simone, pela inspiração, Ellen Oléria, Tupac - pela coragem e pelo legado - “Mantenha sua Cabeça Erguida”!

O presente trabalho foi realizado com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), Brasil. Processo nº 2013/20027-0. Agradeço ao financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP -, por conceder-me dois anos consecutivos de bolsa, que subsidiaram este trabalho. As opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas neste material são de responsabilidade do(s) autor(es) e não necessariamente refletem a visão da FAPESP.

Obrigada a todos pelos caminhos e possibilidades ofertadas.

Carta ao Leitor

Caro(a) leitor(a),

Esta pesquisa foi concluída há aproximadamente dez anos. Durante todo esse período, o trabalho permaneceu guardado, atravessando mudanças pessoais, profissionais e acadêmicas que transformaram profundamente a minha forma de compreender o mundo e a própria produção do conhecimento.

Ao disponibilizar agora a monografia *Juventude Negra: Interseccionalidade entre Raça e Gênero no Espaço Urbano de Presidente Prudente-SP*, reencontro não apenas uma investigação acadêmica, mas também uma parte importante da minha trajetória enquanto mulher negra, geógrafa, educadora, periférica, mãe, membro dos povos tradicionais de matriz africana e pesquisadora comprometida com as questões raciais e com a justiça social.

Quando este estudo foi realizado, as discussões sobre interseccionalidade ainda encontravam menos espaço nos debates acadêmicos do que encontram atualmente. A pesquisa buscou compreender como raça e gênero se articulam na produção das experiências vividas por jovens negros e negras no espaço urbano, evidenciando que as desigualdades não atuam de forma isolada, mas se entrelaçam na construção das oportunidades, dos desafios e das formas de existência desses sujeitos.

Passada uma década, muitos dos questionamentos levantados neste trabalho permanecem atuais. As juventudes negras continuam enfrentando desigualdades estruturais que atravessam o acesso à cidade, à educação, ao trabalho, à cultura e ao direito de construir seus próprios projetos de vida. Ao mesmo tempo, novas formas de resistência, organização e produção de conhecimento têm fortalecido o protagonismo negro em diferentes espaços da sociedade.

Reconheço que esta monografia é fruto de um momento específico da minha formação acadêmica. Como toda pesquisa, ela carrega os limites, as possibilidades e as reflexões daquele contexto. Ainda assim, acredito que sua contribuição permanece relevante para aqueles que se interessam pelas relações entre juventude, raça, gênero e espaço urbano.

Disponibilizar este trabalho após tantos anos é também um gesto de valorização da memória acadêmica e do conhecimento produzido ao longo da minha caminhada. Espero que as reflexões aqui apresentadas possam contribuir para novas pesquisas, provocar diálogos e

incentivar outras investigações comprometidas com a compreensão das experiências da população negra brasileira.

Agradeço a todos os sujeitos, autores e autoras que, direta ou indiretamente, contribuíram para a construção desta pesquisa.

Que este trabalho encontre agora os leitores que não encontrou quando foi concluído.

Boa leitura.

Tais Evandra Teles.

Presidente Prudente, SP, 2026.

“Enquanto os leões não começarem a escrever sua própria história, a estória continuará a ser a dos caçadores”

Provérbio Griô africano

A UNIVERSIDADE NÃO ESTÁ PREPARADA!

A universidade não está preparada para receber você.

Ela não se preparou para renunciar seus privilégios

Não se preparou para encarar as nuances do racismo, machismo e sexismo e outras violências simbólicas.

Não se preparou para lidar com as diferenças.

Sabe por quê? Ela é o reflexo da contradição. É um universo de possibilidades e restrições, é um campo de disputas.

Não se engane, ela tentará manter-se assim.

Lembre-se que este espaço não foi dado a você! Ele é fruto de uma conquista histórica.

Você; jovem, pobre, negra (o) indígena, LGBTQIA+ e todos aqueles lidos como minorias sociais...

Você em condição MARGINAL, sabe...

“Não é conto de fadas, lenda ou mito... (Racionais Mc’s)”

Você que por algum motivo não cumpriu as estatísticas de uma sociedade excludente, comemore, este espaço é seu por direito.

Nunca se esquece de onde veio. De quem você é. E porque está aqui! É preciso ter isso em mente para seguir de cabeça erguida...

As palavras são armas de combate. E eu, faço delas minha fonte de resistência!

“A casa grande treme ao nos ver letrados...”

Eu...

Meu nome vocês já sabem. Mulher negra, urbana e periférica.

Presente! Existe! Resiste e Persiste!

RESUMO

Este trabalho é em parte resultado de um trabalho maior de pesquisa desenvolvida ao longo da graduação "Juventude negra em cena: A construção da territorialidade sob a ótica étnico racial, financiada pela – FAPESP. Pesquisar a juventude implica despir-se das definições previamente estipuladas que a caracterizam e classificam. Neste trabalho, sentimos a necessidade de falarmos em "Juventudes", no plural, a fim de levarmos em conta a pluralidade de implicações aos quais os diferentes sujeitos estão submetidos, considerando os elementos de raça, classe social, gênero e o fator geracional. Para isso, debruçamo-nos numa diversidade de temas que pudessem nos fornecer subsídios para o desenrolar deste. Nosso percurso buscou espacializar parte da população negra no espaço urbano de Presidente Prudente-SP, a partir de recursos cartográficos, perpassando por temas como racismo, práticas socioespaciais negras, ações afirmativas, estética negra como símbolo de resistência. Assim, este trabalho evidência a busca por cidadania e pelo direito a ter o direito aos espaços formativos da cidade e na cidade. Ao buscar os territórios negros afirmativos, a pesquisa foi em direção aos jovens escolares de um bairro da cidade, onde temos a maior concentração da população negra. Do contato com estes jovens, as meninas foram selecionadas para um estudo em maior profundidade, constituindo-se num objeto de estudo que foi sendo construído, à medida que a pesquisa caminhava. Como questões mais relevantes, a pesquisa procurou demonstrar como as trajetórias de vida ligam-se a frequentação a espaços e contextos formativos que podem ou não serem espaços de afirmação étnico racial. As meninas, cujos trajetos pela cidade são mais limitados (por uma série de fatores) podem ser sujeitos sociais cuja carga de preconceito seja não só mais pesada, mas que encontram maiores dificuldades de constituírem-se como sujeitos que politizam sua condição socioespacial.

Palavra Chave: Juventude negra. Espaço urbano. Gênero. Raça. Identidade.

ABSTRACT

BLACK YOUTH: INTERSECTIONALITY BETWEEN RACE AND GENDER IN THE URBAN SPACE OF PRESIDENTE PRUDENTE-SP

This work is partly a result of a larger research work developed over graduation "Black Youth on stage: The construction of territoriality under the racial ethnic perspective, funded by - FAPESP. Search youth involves undressing of previously stipulated definitions that characterize and classify. In this work, we feel the need to talk on "Youth" in the plural in order to take into account the plurality of implications to which the different subjects are submitted, considering the elements of race, social class, gender and generational factor. For this, text looks us in a variety of themes that could provide subsidies for the development of this. Our route sought spatialize part of the black population in the urban space of PresidentePrudente-SP, from cartographic resources, passing by themes such as racism, black socio-spatial practices, affirmative action, black aesthetic as a symbol of resistance. This work highlights the search for citizenship and the right to have the right to training spaces in the city and in the city. In finding affirmative black territories, the research was toward the schoolchildren of a city neighborhood where we have the largest concentration of black population. Contact with these young girls were selected for a study in greater depth, becoming a subject matter that was being built, as the search went. As most relevant issues, the survey sought to show how the life trajectories bind to frequenting the space and training contexts that may or may not be spaces of racial ethnic affirmation. The girls, whose paths through the city are more limited (by a number of factors) can be social subjects whose bias load is not only heavier, but who find it most difficult to constitute themselves as subjects who politicize their socio condition.

Keyword: Black youth. Urban space. Gender. Race. Identity.

Lista de Gráfico

GRÁFICO 1. Caracterização da população negra de Presidente Prudente – SP..... 41

GRÁFICO 2. Percentual da população auto declarada negra Presidente Prudente - SP.....43

GRÁFICO 3. Juventude Negra e não negra de Presidente Prudente - SP.....68

GRÁFICO 4. Total de mulheres autodeclaradas negras por faixa etária de Presidente Prudente -SP.....71

GRÁFICO 5. Comparação entre mulheres autodeclaradas Preta / Parda por faixa etária – Presidente Prudente -2010.....73

GRÁFICO 6. Rapazes autodeclarados negros por faixa etária em Presidente Prudente -2010 74

GRÁFICO 7. Comparação entre rapazes autodeclarados pretos / pardos por faixa etária – Presidente Prudente - 2010 75

GRÁFICO 8. Comparação de autodeclaração negra por sexo e faixa etária em Presidente Prudente - SP.....76

GRÁFICO 9.....77

Lista de Mapas

MAPA 1. Distribuição espacial da população autodeclarada preta / parda.....38

MAPA 2. Exclusão/Inclusão Social – Presidente Prudente –SP.....39

Lista de Tabelas

TABELA 1. Quadro Síntese dos jovens Negros de Presidente Prudente – 2010.....67

Sumário

INTRODUÇÃO 16

Capítulo I. UMA HISTÓRIA NÃO CONTADA: NEGROS NA CIDADE 27

I.I O espaço urbano é reflexo e condição: passado e presente em diálogo 32

I.II -As cores marcam espaços e territórios na cidade 34

I.III -Somos de cor, somos de alma e pertencemos a cidade 40

Capítulo II. RACIMO NO BRASIL E SUAS NOVAS ROUPANGENS 44

II.I - Nascer ou tornar-se: Quem define a sua negritude? 53

Capítulo III. JUVENTUDE NEGRA: A OCUPAÇÃO DO ESPAÇO CONTEMPORÂNEO 58

III.I- Juventude negra de Presidente Prudente 66

GRÁFICO 5. Comparação entre mulheres autodeclaradas preta/ parda por faixa etária- Presidente Prudente – 2010. 73

III. II - Sou o que sou,porque nós somos: Ubuntu 88

III.III - Meninas-mulheres negras e espaço geográfico 90

CONSIDERAÇÕES FINAIS 106

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 114

APÊNDICES 118

Apêndice 1. 118

Apêndice 2. 127

MODELO DE ENTREVISTA 127

Apêndice 3 129

ANEXOS 134

INTRODUÇÃO

As reflexões expostas neste trabalho são, ao mesmo tempo, um exercício acadêmico, que tem me proporcionado um rico amadurecimento intelectual, bem como um instrumento de luta e resistência. Busco por meio das palavras e argumentações aqui presente, apresentar um estudo muitas vezes invisibilizado pela produção do saber científico. Assim tomamos como condição ao desenvolvimento deste trabalho a prerrogativa de que a questão étnico racial e de gênero também são temas importante para geografia, sobretudo para entender a produção do espaço geográfico e como os diferentes sujeitos sociais produzem e são produzido *no* e *pelo* espaço. Abordo esse tema com paixão; paixão no sentido mais verdadeiro do termo. Paixão no sentido dado por Gramsci: *o de colocarmo-nos em uma posição e, mediante a essa e por causa dela, tentar entender uma tragédia*. Assim, a pesquisa que deu origem a este trabalho - "Juventude negra em cena: a construção da territorialidade sob a ótica étnico racial" financiada pela Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP - vai além de um conjunto de problematizações de pesquisa. Ela é decorrente de uma "paixão", que por vezes dolorosa, impossibilitava o desenvolvimento de um olhar científico de distanciamento do tema.

O exercício intelectual de distanciamento íntimo do assunto se fez, contudo, necessário, sobretudo para que as trajetórias desses jovens negro, moradores de periferias urbanas, cheio de sonhos, anseios e da necessidade de serem ouvidos, não se mesclassem com as da pesquisadora, essa que vos escreve, de modo a não interpretar umas pelas outras. Lidar com a juventude negra em Presidente Prudente - SP, num recorte geográfico, possibilitou-me ler a ciência geográfica, num sentido mais rico, intelectualizado e apaixonado. Os relatos desses jovens sanaram questões e colocaram novas, trouxe-nos conhecimento acadêmico e o estímulo pessoal para continuarmos com este trabalho.

Afim de que nossas reflexões seguissem uma linha de raciocínio, tecemos aqui algumas considerações acerca da formação da cidade Presidente Prudente – SP. Porém, nossa leitura buscou identificar a presença da população negra na cidade. As questões que ordenaram tal leitura foram, sobretudo, onde estariam os negros em Presidente Prudente? Quais teriam sido suas contribuições para a formação desta cidade?

Assim, no primeiro capítulo, tecemos algumas reflexões acerca deste processo e suas implicações na atualidade, tanto no campo epistemológico, quanto no campo das relações vivenciadas por essa população na cidade. Outro assunto que se fez importante nessa primeira

aproximação com a temática, foi a discussão sobre o processo de produção do espaço urbano e suas implicações socioespaciais, tais como a segregação urbana.

No segundo capítulo, o debate consiste na reflexão acerca do racismo no Brasil. Buscamos abordar uma leitura da constituição deste como um instrumento de dominação política e ideológica, perpassado pelo processo de dominação da população negra, que resultou no sistema escravocrata brasileiro. Num segundo momento, colocamos a discussão acerca das "novas roupagens" que o racismo adquiriu após abolição. Nossa abordagem buscou discorrer sobre as transformações ocorridas no âmbito da discussão étnico racial e suas implicações nas relações sociais brasileiras que, por sua vez, adquirem uma materialização no espaço.

O terceiro capítulo consiste numa discussão sobre a juventude negra, passado e presente. Buscamos elencar pontos sobre a concepção teórica a respeito das formas como a juventude é lida no contexto da discussão acadêmica. Para o desenvolvimento deste capítulo, contamos com os resultados empíricos adquiridos ao longo da pesquisa. Deste modo, o capítulo é recheado por argumentações dos jovens negros, sujeitos desta pesquisa, tais argumentos foram resultados de um intenso trabalho de coleta de entrevista individuais e coletiva. Primeiramente abordamos a forma como esses jovens produzem espaços diversos na cidade, bem como, apontamos como as relações de raça e espaço urbano é intermediada pela questão de gênero. Discorremos sobre as diferentes maneiras pelas quais meninas negras vivenciam o cotidiano da cidade e seus embates.

Por fim, apresentamos algumas considerações que estão longe de serem definitivas e inquestionáveis, sobretudo, quando consideramos que este trabalho buscou criar possibilidades e caminhos para pesquisas futuras. Nesse sentido, o conjunto de considerações apresenta algumas respostas obtidas, bem como, salienta várias das indagações adquiridas ao longo deste processo. Isso é sem dúvida decorrente das intensas transformações que observamos no processo deste trabalho. O debate sobre a questão de gênero e raça que de certo modo, encerra este trabalho abre portas para se pensar a necessidade de se aprofundar em estudos e pesquisas que possuam como temática a mulher negra e espaço geográfico.

Contudo, cabem aqui alguns apontamentos sobre os métodos de pesquisa empregados para o desenvolvimento deste trabalho. Buscamos atrelar o conjunto de material ímpirico de pesquisa com as argumentações de autores pesquisadores do assunto. Deste modo as reflexões

aqui expostas são fruto das apreensões em atividades de campo, leituras e fichamento, bem como das discussões junto ao grupo de pesquisa e de outros orientandos (de todos os níveis) do professor Nécio Turra Neto, das participações em eventos científicos, culturais e políticos.

Passos da Pesquisa.

O desenvolvimento desta pesquisa foi realizado a parti de dois campos metodológicos de produção, tratamento e análise de informações: um de caráter quantitativo (a partir de dados secundários), outro de caráter mais qualitativo, no qual atuamos na produção de informações primárias. No primeiro momento da pesquisa, houve a necessidade de produzir um material quantitativo e visual, que pudesse "ilustrar" as informações obtidas em grandes bancos de dados, como IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), CEMESPP (Centro de Estudos e de Mapeamento da Exclusão Social para Políticas Públicas) e IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) .

Para isso, foi necessário aprender a trabalhar com programas de georeferencimento e mapeamento como Arqgis, Sidra e Excel. Num segundo momento, após termos finalizado esta etapa, passamos a desenvolver os trabalhos de campo, em locais sabidamente de encontro de jovens negros, bem como observações sistemáticas numa escola selecionada a partir dos dados quantitativos, entrevistas informais com jovens negros, em diferentes contextos (inclusive na escola) e atividades de grupo focal com jovens negros escolares.

Ao iniciarmos o levantamento bibliográfico acerca da temática, nos deparamos com a dificuldade de encontrar referencial sobre a presença negra em Presidente Prudente. A busca foi realizada nos acervos digitais das principais universidades do Estado. Contudo, reconhecemos a baixa produção de pesquisas acadêmicas que abordam o assunto, em espacial na ciência geográfica, reflexo de uma sociedade que, durantes séculos, inviabilizou o avanço político e social da população negra no Brasil.

Estabelecemos algumas palavras chaves que comporiam a busca por referencial bibliográfico, tais como "racismo", "negro", "ações afirmativas", "Presidente Prudente", "Identidade". Buscamos identificar trabalhos que apresentassem como recorte a questão racial no contexto da ciência geográfica, tendo como recorte espacial a cidade de Presidente Prudente.

Nos passos iniciais da pesquisa, nossa principal fonte foi o Acervo Digital da FCT/UNESP, campus de Presidente Prudente[1]. Identificamos a partir dessas palavras, apenas três trabalhos no campo da pesquisa geográfica. O primeiro, data de 1992 e consiste num trabalho de conclusão de curso. O trabalho foi nomeado de " Os movimentos Negros do Oeste Paulista", de autoria de Telma do Carmo Franco. A autora apresenta alguns apontamentos sobre como se desenvolveram as organizações de luta negra no Oeste Paulista, ainda em meados de 1980. O segundo trabalho consiste numa dissertação de mestrado defendida no ano de 2004, de autoria de Marcos Vinicius Pereira da Conceição, que realizou uma pesquisa no âmbito da geografia urbana, articulado ao debate com as questões raciais[2].O trabalho mais recente encontrado foi o de autoria de Ozineide de Matos Silva e consiste num trabalho de conclusão de curso, defendido em 2012. O trabalho intitulado "As políticas públicas para promoção de Igualdade no contexto de Presidente Prudente se configuram num apanhado histórico e geográfico do desenvolvimento e avanços das políticas de promoção de igualdade racial.

É possível que existam outros trabalhos que toquem na questão racial no contexto da cidade de Presidente Prudente, porém o nosso interesse era justamente identificar os trabalhos com foco na questão racial e as implicações desta no debate geográfico. Assim, esse tema deveria nos emergir no imediato da busca. Os resultados apreendidos dessa busca sugerem alguns questionamentos como, por exemplo, o porquê de haver pouquíssimos trabalhos com esse recorte? Por que existe uma distância temporal tão grande entre um trabalho ao outro?

O debate sobre as questões raciais no contexto da geografia brasileira é um tema que só ganha algum destaque a partir de fins dos anos de 1990, sobretudo, após o advento da Geografia Cultural. Esse silenciamento da geografia brasileira, tal como Silva (2007) chama a atenção, é decorrente de um histórico eurocêntrico e racializado das produções científicas brasileiras. Assim, dado os poucos registros encontrados, direcionamos nossos estudos de localização para os bancos de dados do IBGE, na busca de conseguir um conjunto de informações que nos auxiliassem numa produção cartográfica da presença negra na cidade presidente Prudente.

Esse trabalho sistemático e quantitativo não deu conta de reconstruir a história da participação da população negra na formação de Presidente Prudente, visto que isso nos remeteria a um trabalho de História Oral, assim como numa busca quase que arqueológica em direção aos registros históricos disponíveis, para termos acesso à memória de pretos e pretas

[1] Biblioteca da Faculdade de Ciências e Tecnologias FCT/UNESP Base de Dados Atenas
[2]Titulo da dissertação " Rugosidade étnicas e a espacialidade do Preconceito Racial".

velhos[3] e aquilo que ficou como fonte escrita. Confirma-se assim que a população negra de Presidente Prudente, assim como de muitas outras cidades do Brasil, faz parte daquela parcela da sociedade que, apesar de ser numerosa, permanece invisível, ou é invisibilizada, para a qual não se há registros, ou não se tem interesse em estudar como uma parcela da sociedade que enfrenta problemas específicos.

Assim, partimos para a identificação da distribuição espacial da população negra na cidade de Presidente Prudente - SP, a partir dos dados secundários do IBGE, configurando os primeiros passos da pesquisa. Tal ação nos auxiliaria a delinear áreas de concentração, que teriam particular interesse para nossos estudos. A lapidação teórica deste trabalho inicial esteve apoiada nos relatórios anuais do – IPEA, que também oferece rica fonte de dados secundários sobre a população negra brasileira.

Após o levantamento[4] dos dados, passamos a um exercício de tratamento do material coletado, com a elaboração de tabelas e gráficos que, posteriormente, resultaram num conjunto de mapas temáticos que apresentam a distribuição espacial da população negra na cidade de Presidente Prudente - SP.

De modo concomitante, desenvolvemos uma vasta apreensão teórica a respeito dos termos e conceitos norteadores da pesquisa, assim como entramos em contato com temas transversais[5], temas estes que nos possibilitaram ampliar nossas leituras e interpretações acerca da juventude negra.

As atividades de campo ocorreram em praticamente todo trabalho, porém foram intensificadas após um amadurecimento teórico sobre o tema. Inicialmente, nossas incursões foram feitas aleatoriamente, sobretudo, nas quadras esportivas, localizadas no Parque do Povo, Praças na área central da cidade, com destaque à Praça 9 de Julho, bares e a principal casa noturna da cidade, frequentada por esses jovens – Balancê Clube. Em todas as nossas visitas buscávamos identificar se os grupos juvenis apresentavam marcadamente uma territorialidade

[3] Outros trabalhos foram localizados no banco de dados da FCT/UNESP, campus de Presidente Prudente, porém grande parte compreende as áreas de Educação (Mestrado) e do curso de Licenciatura em Educação Física. No acervo da Instituição Toledo de Ensino, encontra-se registrado o trabalho pioneiro na questão: "O negro e sua participação no movimento de união da consciência negra de Presidente Prudente", apresentado ao curso de Serviço Social.

[4] A descrição da elaboração deste trabalho está apontada de forma minuciosa no tópico materiais e métodos de pesquisa.

[5] Entende-se como temas transversais a abordagens de assuntos que não estavam previstos no projeto de pesquisa, como por exemplo "História do negro brasileiro", "Identidade negra" "Estudos sociológicos sobre ajuventude"História e cultura Afro-Brasileira".

negra, manifestada pelos signos que poderiam remeter a uma estética negra (roupas, cabelos, adereços), mas também e, sobretudo, pelo tom da pele, que poderia denunciar agrupamentos juvenis especificamente negros.

Porém, nossas incursões a campo em busca de uma territorialidade negra foram demasiadamente sem sucesso. Observamos que em grande parte dos espaços organizados, como as rodas de Hip-Hop, Jogos de basquete e atividades ligadas ao funk, era possível notar referências estéticas negras, mas apenas de forma individual, em alguns determinados sujeitos, e não necessariamente construído de maneira coletiva como um espaço de afirmação política negra, em que a identidade negra fosse ativa e coletivamente elaborada e praticada. Eram, sobretudo, agrupamentos juvenis mistos, do ponto de vista étnico racial.

Em nossas observações e conversas informais, ainda na fase de primeiras aproximações empíricas, notamos que grande parte dos presentes nessas atividades usufruía daquele espaço como uma forma apenas de consumo cultural e sociabilidade juvenil, não como uma ação política em torno da afirmação de uma identidade negra[6]. Identificamos também que em muitos desses territórios, sobretudo aqueles ligados as manifestações de Hip-Hop e rodas de capoeira, havia uma presença maciça de jovens não negros, cujos comportamentos e signos estéticos remetiam a pertencimentos a diferentes estratos de renda.

Este cenário nos fez refletir na possibilidade dessas atividades estarem ocorrendo às margens da cidade. Talvez essa territorialidade negra não estivesse expressa nas áreas mais centrais, ou de maior "luminosidade" /visibilidade da cidade. Foi quando vislumbramos como outra opção de pesquisa, nos voltamos às periferias identificadas em nosso trabalho como aquelas de maior presença de população autodeclarada negra na cidade. Pensamos que essa nova "rota" poderia proporcionar uma oportunidade de diálogo com jovens negros nos seus contextos de moradia e de escola. Foi assim que chegamos na zona Leste de Presidente Prudente, uma das mais antigas da cidade – e estabelecemos a Escola Estadual Clotilde Veiga de Barros como nosso campo de estudos.

A Zona Leste de Presidente Prudente localiza-se "*da linha do trem pra lá*", é uma das áreas apontadas por Melezzo; Ferreira; Miyazaki (2003) como sendo as de maior precariedade

[6]O que não significa que não havia ali processos de elaboração de identidade em torno das culturas juvenis, mas tão somente que não poderiam ser considerados territórios de afirmação de identidade negra, como supúnhamos.

em termos de serviços básicos, saúde e educação e com baixo índice de desenvolvimento humano, identificada pelo CEMESPP como área de forte exclusão social.

A partir destes delineamentos visitamos a diretoria de ensino de Presidente Prudente, em busca de informações a respeito da escola que entendia os meninos e meninas da área, em idade de 15 a 19 anos. Este percurso nos direcionou a Escola Clotilde Veiga de Barros, localizada no Bairro Jardim Santana, mas que atende também jovens do Jardim Cambucí e Jardim Planalto, todos identificados como bairros de forte presença de população negra e de alto índice de exclusão social. Assim, passamos para a etapa de familiarização com o ambiente de pesquisa. Passamos a nos fazer presente na escola, acompanhado sua dinâmica, bem como algumas das relações entre os estudantes, professor e aluno e com as ordens superiores da escola.

Inicialmente, estabelecemos um diálogo prévio com a coordenação da escola, com a finalidade de apresentar-lhe a pesquisa, os procedimentos até chegar na escola e a necessidade em dialogar com os jovens que estivessem dispostos a contribuir com a pesquisa. O processo de familiarização com a escola foi importante, tanto para que os professores pudessem explanar suas considerações acerca das questões raciais que perpassam o cotidiano escolar, tanto para que estabelecêssemos contato com jovens potenciais colaboradores da pesquisa, de modo a que estes também se familiarizassem conosco, para que, no momento de um diálogo mais formal, não lhes fossemos completamente estranhos.

O acolhimento por parte da instituição de ensino foi memorável, o corpo docente e a direção da escola se mostraram proativos e contribuíram imensamente para que as atividades de diálogo com os jovens fossem bem-sucedidas. Em relações ao desenvolvimento da pesquisa, sempre nos preocupamos em não comprometer as atividades escolares, apresentando-nos disposta a flexibilizar nossas atividades.

A escola atendia cerca de 145 alunos de ensino médio (na faixa etária que nos interessa). Nesse conjunto, temos treze turmas com uma média de 45 alunos por sala. São ao todo cinco turmas que atendem os alunos do primeiro ano do ensino médio, quatro turmas de segundo ano e três turmas de terceiro ano do último ciclo da educação básica. Tais turmas estão dispostas, em maioria, no período matutino, tendo apenas uma turma de segundo ano e duas de terceiro, no período noturno.

Após esse período de familiarização, passamos a estabelecer o diálogo com os jovens, que pode ser dividido em três momentos. Nossa preocupação inicial era conseguir que os jovens se sentissem estimulados a participarem da pesquisa. Assim, o primeiro contato direto com tema se deu em forma de uma apresentação prévia da pesquisa realizada de sala em sala.

Nesta apresentação da pesquisa, apresentávamos os objetivos e lançávamos um convite à participação. Os alunos que se mostraram interessados foram convidados para uma primeira "roda de conversa". Neste momento, buscamos apresentar mais detalhadamente a proposta de trabalho, numa tentativa de colocá-los a par dos procedimentos futuros. Nesta etapa de apresentação, solicitamos que os alunos preenchessem um questionário de apresentação, no qual havia questões acerca de suas práticas culturais e espaciais na cidade e uma abordagem do contexto familiar.

Este processo foi realizado com todos os alunos interessados em participar, de todas as turmas. Mesmo deixando claro que o foco da pesquisa era a juventude negra, não impedimos a participação de qualquer aluno na pesquisa, o que fez com que jovens não negros também participassem das "rodas de conversa" e depois viessem a tomar parte nos grupos focais. Após esse longo processo de aproximação primária, passamos a entrar em contato com os jovens que se dispuseram participar da pesquisa, para agendarmos umas das principais atividades do nosso trabalho, os grupos focais.

> O grupo focal vem sendo empregado a (sic) muito tempo, sendo primeiramente empregado como técnica de pesquisa em marketing, nos anos de 1920, e usada por Robert Merton na década de 1950 para estudar a reação das pessoas na propaganda de guerra, nos anos de 1970 e 1980 o uso do grupo de discussão como fonte de informação em pesquisa foi comum em áreas muito particulares, no início dos anos de 1980 houve a preocupação em adaptar essa técnica para o uso de pesquisa científica (MELO; ARAÚJO. 2010, p. 03).

Ao longo do nosso trabalho, preocupamo-nos em olhar nossos jovens como sujeitos sociais (DAYRELL, 2007, p. 161) capazes de refletir, dialogar e tecer contribuições acerca de si em relação ao mundo. A atividade tinha como propósito escutar o que esses jovens teriam á falar sobre as questões norteadoras da pesquisa. A opção pela metodologia do grupo focal se

deu principalmente pelo fato deste possibilitar o diálogo e a construção de ideias de maneira compartilhada.

Em consonância com esta ideia, Weller (2006) tece algumas considerações acerca da maneira como podemos organizar os grupos focais, enquanto estratégia de produção de um diálogo e de uma fala em debate. Os grupos focais são organizados de modo a proporcionar que todos os participantes tenham fala garantida, para isto, não podem ser muito numerosos, a ponto de alguns não terem tempo de se expressar livremente, ou ficarem inibidos. Deste modo, o ideal é que o grupo seja composto por seis a doze pessoas.

Do ponto de vista da sua operacionalização, o ideal é que se tenha uma equipe com quatro integrantes, na qual um deles desempenha o papel de "mediador-dirigente" das discussões, dois observadores, que ficam responsáveis por anotar as falas e expressões dos participantes e o quarto integrante seria o responsável por registrar as informações, com o uso de uma câmera filmadora, ou gravador de voz.

Em nossa atividade, dispomos de uma equipe que oscilou entre 2 e 3 pessoas, algumas das quais realizando mais de uma das atividades descritas. Dividimos os estudantes em três grupos, dois deles com oito estudantes e um com nove. Dois dos grupos apresentaram uma configuração mista, meninos e meninas e em apenas um optamos por dialogar apenas com as meninas. Dois dos grupos foram mediados pelo professor orientador e nós mediamos um deles, justamente o que reuniu apenas as meninas.

Aconselha-se que o desenvolvimento do grupo focal seja orientado por um roteiro de questões e ações desencadeadoras do debate. O nosso roteiro buscou introduzir assuntos como identidade negra, racismo, discriminação social, racial e de gênero, práticas culturais e lazer na cidade (pode ser visualizado no Apêndice 2). Buscamos adotar uma posição de neutralidade, tentamos ao máximo nos colocarmos fora do diálogo, apenas o estimulando, devolvendo aos participantes suas próprias considerações para que confirmassem se estavam realmente de acordo, como nos orientam as referências metodológicas. Tal posição pautou-se na necessidade de fazer com que esses jovens se sentissem confortáveis para tecer suas concepções. Deste modo nossa participação restringia-se a nortear os temas que apareciam, assim como acalmar os ânimos nos momentos mais intensos.

Estruturamos os grupos a partir de três grandes eixos de discussão. Primeiramente, uma apresentação prévia dos participantes, os quais deveriam discorrer sobre o interesse em

participarem da pesquisa, seguida de uma autodescrição, em que deveriam falar de suas características física e culturais mais marcantes e, por fim, um exercício de "autoidentificação", a partir da observação de um conjunto de imagens diversas em que se viam jovens em diferentes situações (imagens selecionadas por nós e que remetiam a diferentes formas de engajamento social e econômico de jovens negros e não negros – o conjunto destas imagens encontra-se no Anexo 1). A intenção era identificar se estes jovens, em algum momento, discorreriam sobre uma possível identidade negra, fosse pela descrição de suas características fenotípicas e/ou pelo princípio de alteridade, ou seja, o reconhecimento no outro e de sua posição na sociedade.

No segundo momento, foi apresentado aos jovens o vídeo "manifesto porta cara", que relata uma situação "fictícia" em que um jovem branco coloca em sua bolsa um molho de chaves e moedas e se dirige até uma agência bancária. Este jovem não encontra nenhum empecilho para entrar no estabelecimento. Ao sair, a bolsa é repassada a um jovem negro. Este, ao tentar entrar no banco, é barrado e obrigado despir-se, na tentativa de provar não estar carregando armas ou algo do gênero, tendo que ir embora, sem ter conseguido adentrar na agência.

Em síntese, o vídeo retrata uma situação de discriminação racial vivenciada por muitos jovens negros no Brasil. Ao apresentar-lhe esse documento, colocamos explicitamente a questão do racismo na pauta das discussões do grupo e deveríamos estimulá-los a relatar experiências particulares de racismo. Como parte deste mesmo assunto, apresentamos a reportagem em que o jogador Daniel Alves foi agredido racialmente num jogo de futebol em Barcelona - "episódio da banana", que foi bastante polemizado na mídia brasileira. O objetivo era desencadear um debate para identificar como aqueles (as) jovens participantes do grupo focal se posicionam diante do tema e estimulá-los a falar de suas próprias experiências, nos espaços e tempos de seu cotidiano na cidade de Presidente Prudente.

Havia um conjunto de questões no roteiro inicial dos grupos focais, em que procurávamos conhecer se estes jovens participavam de espaços de afirmação da identidade negra na cidade, qual o peso destes espaços na elaboração de identidades afirmativas por parte deles. Contudo, como havia ficado muito evidente, pelo andamento do debate, que nossos colaboradores não tinham ainda passado pelo processo de politização da sua posição de negros na sociedade, este conjunto de questões perdeu sentido e acabou não sendo colocado.

O último grande conjunto abordado foi a discussão sobre as práticas e espaços de lazer e encontros desses jovens. Nosso propósito era então identificar se nas suas práticas de

sociabilidade, nos espaços em que estas se realizam, havia alguma forma de afirmação da identidade negra, ou se nesses espaços, eles e elas estavam apenas como jovens, num sentido mais geral, elaborando suas identidades em coletivos juvenis em que a questão da negritude não estava colocada.

Após a produção dessas informações, demos início ao trabalho de transcrição. O que já nos permitiu vislumbrar a riqueza do material empírico obtido. Temos que essa metodologia nos colocou diante um conjunto de jovens ávidos a falarem de si, de suas percepções, da forma como leem o mundo e como acham que são interpretados.

Os resultados dessa etapa atenderam a alguns dos objetivos previstos no projeto inicial, bem como nos fizeram repensar outros, dentre esses o fato de meninas negras, em particular, apresentarem um complexo dilema que perpassa pela questão da identidade étnica e de gênero. Observamos o quanto os signos de cabelo e cor da atua de modo a inferiorizar as jovens negras diante de si e dos outros. Havia uma espécie de naturalização da negação desses símbolos como sinônimo de inferioridade étnico racial. Deste modo pensamos na necessidade de incorporar essa abordagem na pesquisa, com o intuito de entender como essas jovens experiência sua condição de jovens, negras e moradoras de uma periferia urbana.

Tal indagação nos colocou a refletir quanto às implicações da discriminação de gênero, raça, classe social e posição geográfica como sendo um conjunto interseccional de opressões. Nesta etapa nos debruçamos sobre alguns estudos sobre feminismo, feminismo negro e espaço geográfico, bem como nos propomos a escutar essas jovens a partir de um caráter mais intimista. Tal postura exigiu de nós identificarmos algumas jovens a partir das redes de relações existentes nas redes sociais e ou de integrantes da pesquisa que pudessem indicar alguma jovem, damos prioridade, sobretudo aquelas que já obtinham uma maior mobilidade no espaço urbano para que nos auxiliasse a entender como elas interpretam a questão vista no seu cotidiano.

Deste modo podemos dizer que este trabalho pode ser subdivido em três períodos. Num primeiro momento nos atemos às questões que nos pudessem "localizar" meio ao emaranhado de dúvidas e questionamentos sobre o tema em questão. Era preciso uma localização de "nós" enquanto pesquisadores e "deles" enquanto sujeitos dessa pesquisa. Nesse contexto foi necessário tocar numa ferida histórica, a questão do racismo e seu caráter perverso que hierarquiza as relações sociais presentes no espaço geográfico. Num segundo momento nos debruçamos mais diretamente sobre a questão do nosso sujeito de pesquisa, a juventude, suas

facetas, caracterização e embates inerentes a condição de ser jovem negro num país como o Brasil.

Por fim, nós lançamos ao novo, num recorte que não estava previsto em nossos estudos, decidimos falar sobre elas, meninas mulheres negras que comungam um conjunto de opressões e formas de vivenciar diferentes espaços, bem como, entender como o direito ao espaço e de vivencia-lo em sua plenitude muitas vezes nos é negado.

Assim este trabalho é múltiplo desde sua abordagem a até a sua escrita. Cada um desses momentos acompanhou o amadurecimento pessoal e profissional da pesquisadora, algo que é perceptível na maneira como a pesquisa foi narrada. Este é sem dúvida uma parte desta que escreve. Tenham uma boa leitura!

Capítulo I. UMA HISTÓRIA NÃO CONTADA: NEGROS NA CIDADE

Muitos são os trabalhos desenvolvidos a partir dos conhecimentos geográficos. A Ciência Geográfica nos permite permear por diferentes áreas do conhecimento, sem que se perca o rigor teórico metodológico desta que é uma ciência múltipla, dialética e envolta numa dinâmica social repleta de contradições, estas que, por sua vez, são inerentes a sociedade humana.

Dentre estas contradições, temos o fato de ainda encontramos poucos trabalhos de cunho geográfico a respeito da população negra e suas contribuições na produção do espaço geográfico. Historicamente, estivemos marginalizados, desde o ponto de vista social, político, econômico, mas também no campo intelectual e nos espaços de debates de produção de saber.

É sabido que mais de 80% da população brasileira reside em cidades de grande e médio porte, segundo os dados do IBGE-2010. Porém, cabe aqui pensar no contexto histórico e geográfico das várias cidades brasileiras, pensar em sua composição físico territorial, mas também social, o que nos remete a falar das desigualdades que marcam o espaço. É preciso que a Geografia busque ler essa desigualdade também como uma questão de raça e não apenas de

classe social. Para isso, é preciso entender nosso passado escravocrata, reconhecer a eficiência de uma política de estado que excluiu parte desses sujeitos do direito à vida e à cidade.

O processo de urbanização da população brasileira ocorreu, em grande parte, tardiamente. Nos primórdios da formação social brasileira, tivemos o predomínio da estrutura rural de organização, durante os primeiros séculos, o Brasil Colônia esteve estruturado numa economia agro exportadora, pautada na mão de obra escrava e com baixíssimo nível de desenvolvimento tecnológico.

Segundo as considerações de Monbeig (1984), o processo de ocupação do Oeste Paulista ocorreu, na segunda metade do século XIX. O Oeste paulista teve marcadamente a presença dos indígenas e, posteriormente, a figura do branco-mineiro adentra a região. A presença indígena era marcada pelos grupos étnicos dos Kaigangs, os Cayuás (Guaranis) e os Xavantes. O autor supracitado destaca que o grupo mais importante era o Tupi-Guarani, que passara a ser chamados de Cayuás, após o processo evangelizador.

Os Cayuás-Guaranis estavam "*disseminados pela bacia do Paraná ao sul do Tiete*". Outro grupo indígena de expressiva presença era o dos Tupiniquins que, por sua vez, haviam adotado a língua do tupi-guarani.

> Esses tupis tinham submergido, mas não destruído populações preestabelecidas que pertenciam às diversas ramificações na nação jê. Por entre elas, os caiapós dominavam as diversas partes dos Planaltos compreendidos entre os rios Grande e o Tietê. Mais dispersos, formavam os xavantes, designados pelo nome de coroados, a partir do século XVIII, distribuíram-se tanto pelos planaltos paulistas como pelas regiões do Paraná e do Brasil meridional (MONBEIG, 1984, p. 130).

A presença indígena era expressiva na região. Esses grupos foram submetidos à escravização[7], quando não, populações inteiras foram dizimadas no processo de ocupação de terras, desempenhado pelos bandeirantes. As considerações de Sposito(1983, p. 34) também nos indicam o grupo étnico indígena dos "Coroados" como os primeiros moradores dessa área, sendo estes perseguidos pela figura do mineiro desbravador de terras José Teodoro de Souza, ainda em meados do século XIX.

[7] Escravização: Da ação de escravizar.

A busca por novas terras, sobretudo na porção oeste paulista, é decorrente de um processo histórico de inúmeras mudanças. O sistema político e econômico brasileiro passava pelo declínio do sistema colonial e escravocrata e a progressiva ascensão do sistema capitalista de produção, ditando novas regras e formas de organização política e econômica.

O sistema capitalista de produção tem por objetivo gerar lucro, a manutenção do sistema escravocrata impediria o alcance de um mercado consumidor em potencial. Desde o início do século XIX, os ingleses passaram a apontar novas formas de organização das relações de comércio e o sistema colonial escravocrata não estava mais inserido nos novos parâmetros. No Brasil, com vista à implementação do sistema capitalista, além da extinção do escravismo, a terra passou a ser uma mercadoria (GADELHA, 1989, p. 155).

Para Sposito(1983), a comercialização de terras, que passou a vigorar no Brasil após a promulgação da Lei de Terras[8], estimulou a ocupação do Oeste Paulista, de modo que a esta região já nasce intrinsecamente vinculada aos novos ditames da economia capitalista. Tal como aponta a autora, "A ocupação da área, denominada Sertão do Paranapanema, foi alimentada pela decadência da mineração e pela Guerra do Paraguai, que expulsavam das zonas velhas aqueles que temiam ser convocados" (SPOSITO, 1983, p. 34-35).

Foi após a vinda de José Teodoro de Souza, que se observa a maciça entrada de migrantes mineiros, em buscas de terras. Em grande parte, essas eram negociadas com documentos falsos nos cartórios da região e/ou eram compradas de posseiros pioneiros, apropriando-se desta de modo ilegal (SPOSITO, 1983; MONBEIG, 1984).

Nesse contexto, as terras do sertão do Paranapanema se tornaram desejáveis por estes "desbravadores", sobretudo, pela sua importância para expansão do cultivo do café e pela baixa regulamentação de sua posse. A decadência da atividade econômica mineradora forçou a busca por novas rotas de atividade econômica. A produção cafeeira estava, assim, inserida num contexto dos novos ditames da economia capitalista, que galgava espaço no cenário econômico de bens agrícolas comercializáveis.

Sposito (1983, p. 39) salienta que, a intensificação da especulação de terras rurais e, mais tarde, de terras urbanas, tornou-se uma das principais formas de acumulação capitalista na região. Como vimos salientando, o processo de ocupação do Oeste Paulista estava atrelado ao

[8]Lei de Terras, 1850; decreto de lei apresentado ainda no período de Regência, no qual, a terra passaria então a ser um bem comercializado.

processo de capitalização de terras, a este soma-se a produção de café, porém, este último não pode ser caracterizado como fator determinante ao processo de ocupação. Em contrapartida, é fato que a ocupação do Oeste Paulista passou por um processo de desaceleração, quando, nos finais do século XX, a cultura cafeeira entrou em crise.

Assim, o surgimento da cidade de Presidente Prudente está imerso num contexto político econômico de reorganização das atividades econômicas na região paulista. Em 1906, temos a implementação de políticas de valorização do café, umas dessas políticas resultou no chamado convênio de Taubaté[9]. Essa política teve como objetivo diminuir o impacto sobre o preço das sacas de café estocado nos armazéns, até os finais do século XIX. É, sobretudo após a vigência desta, que temos uma nova fase de expansão da cafeicultura. É nesse contexto, de ressurgimento do café com alto potencial de comercialização, que temos, então, a origem da cidade Presidente Prudente (SPOSITO, 1983, p. 47).

A cidade de Presidente Prudente teria "nascido", oficialmente, após a implementação das Vilas Goulart e Marcondes, no período que data de 1917-1920. O rápido povoamento da cidade foi decorrente de dois fatores: o movimento migratório campo-cidade, resultante de mudanças estruturais na economia rural da região; e da disponibilidade de terras na cidade. "A venda das grandes glebas Montalvão e Pirapó-Santo Anastácio permitiram um rápido povoamento da cidade" (SPOSITO, 1983. p. 53).

Segundo os apontamentos de Whitacker (1997), a cidade de Presidente Prudente apresenta, em sua formação, um caráter peculiar, está se daria a partir da constituição de dois de núcleos de povoamento, criados sob a finalidade de amparar a dinâmica de compra e venda de terras. Os coronéis Francisco de Paula Goulart e José Soares Marcondes foram os responsáveis pela fundação sistemática e colonização da cidade e de parte da região.

As vilas Goulart e a Marcondes tinham como função garantir um suprimento mínimo de gêneros diversos, servindo de elo de comunicação para atividades essenciais ligadas a colonização. Cada uma dessas áreas foi adquirindo funções distintas, assim como podemos observas nas palavras do autor.

[9] O convênio Taubaté, 1906 faz parte do conjunto de políticas desenvolvidas desde os anos finais do século XIX e início do século XX, com vista a valorização do café brasileiro (PEREIRA, 2009, p. 22).

> A vila Goulart foi paulatinamente assumindo funções características de "centro da cidade" enquanto a vila Marcondes, primeiramente, também com diversas características centrais, passou a concentrar as funções, para as quais fora originalmente pensada, de suporte à ocupação de áreas rurais. Assim, os armazéns, empresas de beneficiamento, etc. tenderam desde aquele momento a localizarem-se naquela parte da cidade (WHITACKER. 1997, p. 132-133).

A cidade de Presidente Prudente teria sido constituída a partir desses dois pólos dinamizadores de atividades econômicas, políticas e de povoamento. É importante salientar, tal como apontam Sposito (1983) Whitaker (1997), que Presidente Prudente teria seu desenvolvimento pautado numa "*bipolaridade*", orientada pelo divisor da cidade que se materializava pela estrada de ferro Alto Sorocabana[10]. Esta teria sido um elemento que "orientou o processo de expansão territorial da cidade" Whitacker (1997), deixando profundas marcas no desenvolvimento desta até os dias atuais.

Imerso nesse processo de formação da cidade de Presidente Prudente, desde seus primórdios, vimosa presença de alguns "grupos sociais", que fizeram parte de tal construção. Porém, os dados oficiais negligenciam a dimensão de raça nesse processo. Os documentos que poderiam nos auxiliar quanto a reconstrução histórica das contribuições da população negra está dispersos em acervos particulares e registros criminais, bem como em pequenos arquivos no museu histórico da cidade, numa condição de história não oficial. Alguns registros foram encontrados, porém, não encontramos um material que apresentasse uma sólida discussão sobre o tema, situação que evidencia, por um lado, o descaso institucional, sobretudo, dos grandes centros de pesquisa para com o tema e, por outro lado, a necessidade de construirmos novos referenciais históricos e geográficos, como por exemplo, a partir história oral, que certamente nos traria elementos factuais para compreender as trajetórias e contribuições da população negra em Presidente Prudente.

Assim, em decorrência deste "vazio", passamos então a desenvolver esforços, a fim de mapear essa população, numa busca por registrar tal presença, através de elementos quantitativos, para uma primeira apreensão mais sólida.

[10]A Estrada de Ferro do Ato Sorocabana, chega em Presidente Prudente no início do ano de 1919, se constituiu como um importante fator para a intensificação de circulação e dinamização da economia cafeeira, assim como para circulação e povoamento da Cidade. (WHITACKER, 1997. P. 126).

I.I O espaço urbano é reflexo e condição: passado e presente em diálogo

Entender as complexas relações existentes no contexto citadino, requer, a priori, compreendera cidade como sendo um espaço onde as relações sociais se materializam. A cidade atual é um reflexo do acúmulo de processos históricos, engendrados no seu contexto econômico político e social. Compreender esse espaço, contraditório e dialético, demanda entender a dinâmica do sistema econômico vigente, assim como assuas contrariedades.

O nosso trabalho requer estabelecer um diálogo sobre essas vicissitudes que, por sua vez, implicam em diferentes formas de vivenciar a cidade – o que revelam que o espaço é mais que um reflexo da sociedade, é também condição para a reprodução das relações sociais que o produziram (CÔRREA, 2005). A abordagem conceitual que pretendemos desenvolver aqui, possibilita-nos entender como os nossos sujeitos experienciam o espaço urbano, assim como a dinâmica de inclusão, exclusão e marginalização permeiam a nossa sociedade. Entender a cidade e sua dinâmica requer um olhar para as relações sociais nela embutidas.

Para Castells (1983), é necessário "ultrapassarmos o empirismo geográfico". Argumenta que a permanência desse olhar impossibilita uma análise comprometida com os elementos fundamentais à compreensão do espaço geográfico. Para o autor, o espaço deve ser compreendido a partir da combinação de "uma forma", "uma função" e "uma significação social".

> O espaço é um produto material em relação com outros elementos materiais – entre outros, "os homens", que entram também em relações sociais determinadas, que dão ao espaço (bem como aos outros elementos da combinação) uma forma, uma função, uma significação social. Portanto, ele não é uma pura ocasião de desdobramento da estrutura social, mas a expressão concreta de cada conjunto histórico no qual uma sociedade se específica (CASTELLS, 1983, p. 182).

Assim, compreender o espaço implica em considerar tais "*processos, formas e funções*" que este adquiriu ao longo do tempo, uma análise pautada apenas na interpretação "do hoje", não nos possibilitará uma compreensão dos inúmeros processos históricos e relações sociais de outrora. Seguindo este mesmo raciocínio, o autor aponta para a estrutura do espaço urbano.

Para Castells, o "*espaço urbano é estruturado*", sua organização não se dá de maneira ocasional, muito pelo contrário, a configuração deste engendra os determinismos de cada período da organização social.

O espaço urbano seria assim, previamente pensado, com finalidades estabelecidas - atender aqueles que detêm maior poder econômico. Entender o jogo das relações econômicas é importante, mas se analisado de modo desconexo aos demais agentes que constituem o espaço, tal leitura apresentará graves lacunas e preconceitos. Tal como salienta Santos (1978),quando alguém se dispõe a mostrar tais preconceitos, a tarefa científica se torna também uma tarefa política, porque os erros, às vezes deliberados, numa ciência comprometida, beneficiam a certos grupos de interesses.

O sistema econômico capitalista de produção estabelece normas e regras àqueles que almejam vivenciar a cidade. Na concepção de Côrrea (2005), o espaço urbano no contexto político e econômico do sistema capitalista é um todo, ao mesmo tempo fragmentado e articulado. A articulação refere-se a circulação de pessoas, transporte de mercadorias, fluxos de carros entre as áreas residenciais e os locais de trabalho, entre estes e os locais de consumo, lazer, estudos etc. Estaríamos então falando dos fluxos desenvolvidos neste espaço. Isto é resultado de uma cidade fractal, onde há o predomínio de determinados usos do espaço urbano, fazendo deste um *lócus* onde as ações de uso e apropriação ora convergem e dialogam entre si e em outros momentos separa e segrega.

> O espaço urbano é simultaneamente fragmentado e articulado cada uma de suas partes mantém relações espaciais com as demais ainda que de intensidade muito variável. Estas relações manifestam-se empiricamente através de fluxo de veículos e de pessoas associados as operações de carga e descarga de mercadoria, aos deslocamentos quotidiano entre as áreas residenciais e os diversos locais de trabalho, aos deslocamentos menos freqüentes para compra e venda de mercadoria nas áreas centrais da cidade (CÔRREA, 2005, p. 7).

O espaço urbano pode ser entendido como um todo complexo. A sua compreensão exige um olhar atento às várias relações existentes, a observação do conjunto de contradições, apontadas pelo autor, quando olhamos este espaço sob três apreensões sistemáticas. Uma primeira observação nos permite ler o espaço urbano em sua superficialidade, sem nos aprofundarmos nas complexas relações presentes. Uma segunda ótica nos permite enxergar as

“fraturas” existentes neste espaço. Já numa terceira apreensão observa-se a complexidade das relações sociais ali existentes. O autor argumenta que o espaço urbano deve ser compreendido como reflexo e como condicionante da sociedade. Como reflexo, pois ele revela as contradições e desigualdades da sociedade de classes. Como condicionante, pois o espaço urbano assim organizado e produzido tende a reproduzir a sociedade que o produziu, tendo papel importante no seu funcionamento. Eis aqui o que podemos chamar de dialética socioespacial.

Nossa intenção é agregar à esta análise a compreensão de como no bojo das relações sociais que produzem espaço e que são produzidas por ele estão as dimensões de gênero, classe social e raça e, não menos importante, o fator geracional.

I.II -As cores marcam espaços e territórios na cidade

Ao colocarmos a cidade de Presidente Prudente no debate acerca da segregação socioespacial, estamos, em primeiro lugar, admitindo o progressivo crescimento desta cidade, que adquiriu, ao longo dos anos, significativa importância regional e, ao mesmo tempo, afirmando que esta não está apartada da lógica hegemônica, que produz o urbano e suas complexidades.

Porém, acreditamos que este debate só seja possível na medida em que colocamos em discussão a presença do negro no espaço urbano, assunto este que, em muitos trabalhos, relacionados ao tema, não tem alcançado o devido destaque. A este respeito, temos as considerações Rolnik (1989, p. 29), apontando tal negligência. Segundo a autora, isso é decorrente da inexistência de espaço explicitamente segregados por “matiz de cor” da população brasileira, como se observa “claramente” nos Estados Unidos da América, o que teria colocado em xeque tal negligência, sobretudo, em nosso contexto político e social.

Outro ponto é o fato de que apenas nos últimos vinte anos, sobretudo a partir do advento da Geografia Crítica e Cultural Humanista, o debate sobre as questões raciais e de gênero na produção científica brasileira ganha merecido destaques. Sabemos que a conformação dos espaços urbanos nas cidades brasileiras é marcada pela pluralidade étnica, tal como a nossa sociedade, mas é preciso reconhecer que num país com o histórico de escravização da população negra, a pobreza possui uma cor e território preestabelecido, sobretudo, nas cidades,

ela é preta e está nas periferias mal servidas, nos morros e favelas e em fundos de vale sujeitos a inundação.

Outra questão é pensar quem tem sido os Geógrafos e Geógrafas brasileiros preocupados comas questões raciais, no âmbito da pesquisa acadêmica. É nesse mesmo período de tempo no qual tivemos o advento da Geografia Crítica, Cultural Humanista, acompanhado pela grande efervescência das lutas pela erradicação do racismo, políticas afirmativas, que hoje encontramos nomes como Rafael Sânzio dos Anjos, Adrelino de Campos, Antônia Garcia, Alex Ratts, Denilson Araujo, Renato Emerson dos Santos e o célebre pai da Geografia Crítica Brasileira- Milton Santos que, apesar de não ser conhecido pelo seu debate sobre questões raciais no Brasil, sempre mencionou esta temática em suas entrevistas e afirmou-se como um intelectual negro. Não podemos negar que esse tardio interesse ao tema acompanha o lento processo de ingresso dos estudantes e pesquisados negros a tais espaços de produção do saber.

Deste modo, foi sob tais preocupações, pensando novos caminhos para a Geografia Urbana é que fomos em busca de localizar a população negra de Presidente Prudente, apesar desta cidade não ter se consolidado no contexto da escravização negra, dada a sua fundação tardia, a lógica capitalista que norteia as ações e usos da cidade não deixa de ter caráter racializado.

Assim, desenvolvemos nossas pesquisas a partir dos dados do Instituto Brasileiro de Pesquisa e Estatística (IBGE, 2010), desagregados por setor censitário[11], para identificar as áreas de maior concentração da população autodeclarada preta/parda, sendo que, numa primeira abordagem nos atemos a população total do município, mas devido ao foco da pesquisa, explicitamos apenas a população urbana.

Segundo as considerações de Garcia (2009, p. 41),o IBGE assume por responsabilidade a adição do quesito cor nas coletas de dados do censo, a partir da pressão exercida pelo movimento negro e por estudiosos das relações raciais. Isso possibilitou uma maior visibilidade desses sujeitos, no panorama da cidade e nos bancos de dados nacionais.

O município de Presidente Prudente conta com a lei municipal, que divide sua área urbana em setores e unidades espaciais de planejamento. Esse método de administração tornou

[11] Segundo Melazzo (2003), o IBGE utiliza-se do setor censitário como área de coleta de dados, durante o momento de realização do censo.

possível que o IBGE coletasse e organizasse os dados de acordo com esses setores (MELLAZO, 2003, p. 213).

Outra questão é o fato de os levantamentos censitários garantirem a declaração de "cor ou raça", sendo esta questão obrigatória e aplicada a toda população. Este fator passou a ser um instrumento de elaboração identitária da sociedade brasileira, mesmo que com inúmeras contradições[12], naquilo que se refere ao pertencimento a uma identidade racial ou étnica. De fato, temos que, desde os anos 2000, esse levantamento pôde ser realizado, o que favoreceu em muito o desenvolvimento do nosso trabalho.

Desse modo, nossos esforços resultaram no mapa abaixo, no qual podemos observar as principais áreas de ocupação da população negra em Presidente Prudente e, ao mesmo tempo, notar que o modelo de segregação socioespacial também é algo existente em cidades médias, como é o caso de Presidente Prudente, além do fato desta ser ordenada conjuntamente pelo matiz de cor da população. A metodologia de produção deste mapa e de trabalho com os dados censitários, bem como os dados brutos encontram-se no Apêndice 1.

É possível notar que as áreas de maior concentração da população negra de Presidente Prudente - SP, responde ao que pode ser observado nas grandes cidades brasileiras. A presença de negros (soma de pretos e pardos) autodeclarados é expressamente marcada nos extremos da cidade, estes os quais representam também os indicadores de pessoas com menor renda e acesso aos serviços prestados pelo Estado. De acordo com os dados obtidos temos que a zona leste, zona norte e extremo oeste da cidade são as áreas que apresentam maior expressividade na concentração da população negra. Ao cruzarmos esses índices com os indicadores de desenvolvimento social observamos que as áreas indicadas anteriormente também compreendem as áreas com maiores índices de precariedade nos serviços prestado pelo Estado, tais como o direito a saúde, educação, moradia digna e lazer. Observe o mapa abaixo.

Em estudo semelhante a este, desenvolvido pelos pesquisadores Everaldo Melazzo, (2003) e Victor Camachu, (2013), cujo recorte era identificar as áreas de exclusão social em Presidente Prudente- SP, segundo o critério de renda dos chefes de família, temos os menores

[12] As subcategorias de preto e pardo que compõem a categoria negro no IBGE são alvo de discussão entre estudiosos, como Garcia (2009) e Munanga (2004), e os movimentos sociais. O debate envolve a questão de como este quesito auto declaração é empregado num país dito miscigenado. Outra questão colocada é pensar como é a caracterização do "pardo", que parece entrar na contagem para dar uma margem de manobra para aqueles que não se afirmam com negros, mas estão aí numa zona intermediária do ponto de vista da cor da pele.

indicadores de renda, nas mesmas localidades onde identificamos a maior concentração da população preta e parda.

Os apontamentos dos autores supracitados não colocaram em questão o quesito "cor ou raça" da população em seus trabalhos. Ao desenvolvermos o exercício comparativo, a justaposição dessas duas abordagens trouxe como resultado o reforço da ideia de que Presidente Prudente responde as mesma lógica de segregação socioespacial evidenciada nas grandes cidades, tendo em sua dinâmica físico-territorial o presente embate, no qual encontramos indicadores de desenvolvimento elevado e baixo percentual de pessoas autodeclaradas negras, de um lado e, de outro, áreas com a população de baixa renda, com precárias condições de acesso aos serviços e onde se concentra também o maior número de população autodeclarada negra e parda.

MAPA1. Distribuição espacial da população autodeclarada preta/parda

DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA POPULAÇÃO AUTODECLARADA PRETA E PARDA
POR SETORES CENSITÁRIOS. PRESIDENTE PRUDENTE-SP 2010.

Escala 1 : 70000

0,7 0 0,7 1,4 2,1 Km

LEGENDA

Percentual em relação ao total da cidade

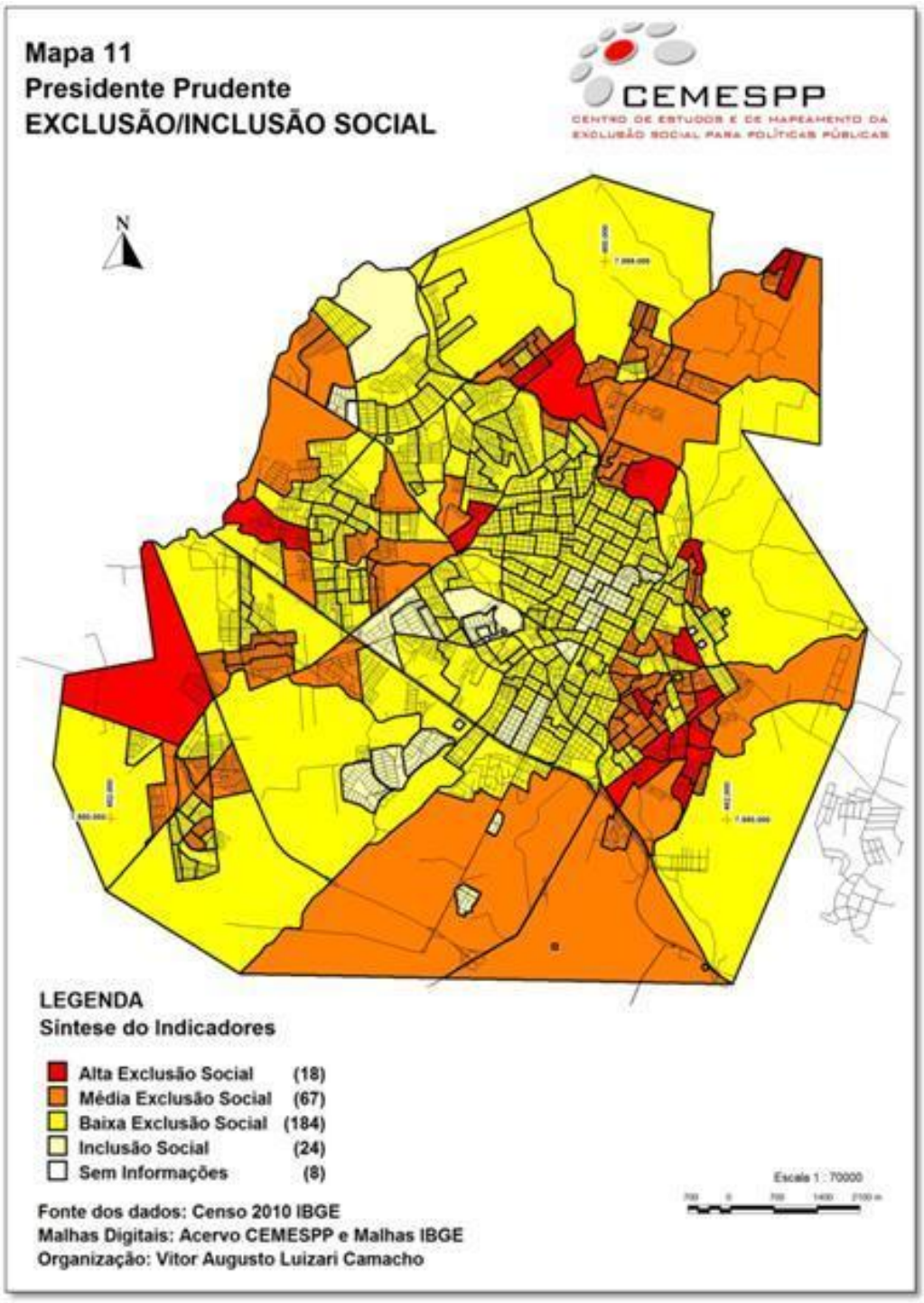
- 0,9 a 1,19 (11 setores)
- 0,6 a 0,9 (30 setores)
- 0,3 a 0,6 (106 setores)
- 0,01 a 0,3 (142 setores)
- 0 (12 setores)

Total da população autodeclarada: 63984

Fonte e malhas digitais: Censo IBGE 2010
Organização:Tais Evandra de Carvalho Teles dos Santos
Mapeamento e Layout: Vitor Augusto L. Camacho

FAPESP GASPERR

MAPA 2. EXCLUSÃO/INCLUSÃO SOCIAL - PRESIDENTE PRUDENTE- SP



Fonte: Extraído de Camachu (2013)

Desse modo, observa-se em Presidente Prudente, que a distribuição espacial da população negra marcar seus “tons” em grande magnitude nas “bordas” da cidade, são

populações essas que se configuram como o "*grupo social excluído*", que lutam diariamente pelo direito de viver a cidade em suas múltiplas facetas.

Após esta abordagem, saltam aos nossos olhos a compreensão de Castells (1983), quando fala a respeito da homogeneidade presente em distintos espaços das cidades; ao mesmo tempo dialogamos com Côrrea (2005), que aponta um espaço urbano articulado e fragmentado ao mesmo tempo. Convém agora, conhecer esses sujeitos, entender como esses, em especial a juventude negra, vivencia a cidades e se faz presente nesta. Pois ao passo que esta articula diferentes áreas; a dinâmica nela existente fragmenta, aparta e segrega uma parcela da população hierarquizada pela cor da pele e pela condição de classe.

I.III -Somos de cor, somos de alma e pertencemos a cidade

Como salientamos anteriormente, ao buscarmos material que tratasse do processo histórico e da dinâmica geográfica da formação da Cidade de Presidente Prudente, observamos a presença de alguns grupos sociais que foram evidenciados nos registros encontrados. A figura do indígena, mesmo que com os esforços das ações colonizadoras da sociedade brasileira, e a figura do homem branco, como "desbravador" de terras, além da figura do imigrante, mão de obra branca e livre, destinada a substituir a mão de obra negra escravizada, ao fim do sistema escravocrata.

Esses sujeitos, que integram a formação socioespacial de Presidente Prudente vieram a luz dos nossos olhos na etapa de busca por "desenhar a formação da cidade''. Porém, a figura do negro e sua contribuição não foram encontradas. Não obtivemos registros das formas de ocupação da população negra neste município. Não se sabe ao certo, quando nem como a população negra passou a integrar de fato esta cidade, como veio, por que veio, como inseriu-se nas atividades econômicas.

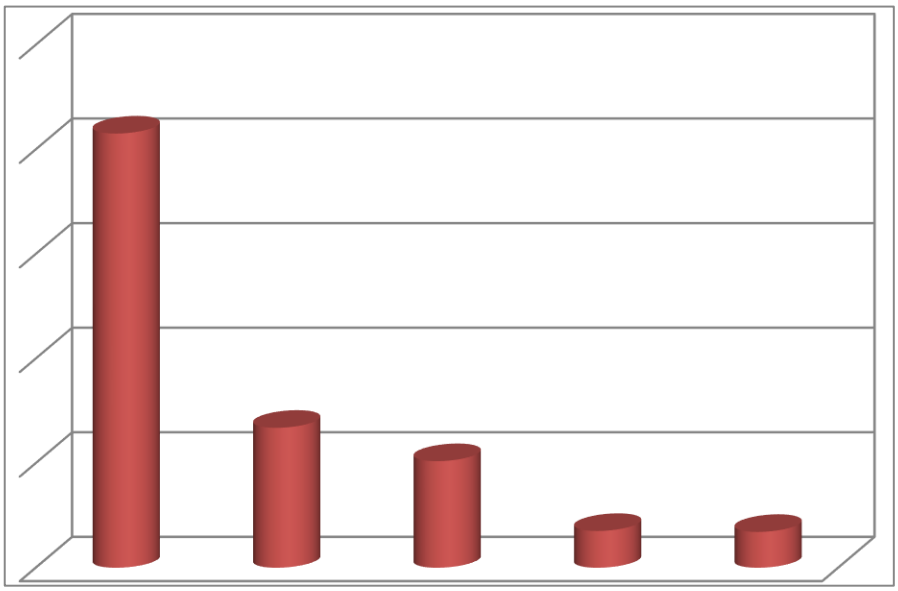
A ausência de registros históricos da população negra é um dos principais empecilhos ao desenvolvimento de pesquisas que apresentem como recorte central essa temática. O sistema escravocrata no qual se montou a formação social brasileira se ocupou de(in) visibilizar a presença negra no nosso país. Um reflexo disso é a ausência de material sólido para o desenvolvimento de estudos como este.

Não podemos embasar nossos estudos apenas em hipóteses. A presença da população negra nesta cidade poderia ser resultado do movimento migratório campo-cidade, dada a circunstância da época. Talvez os negros tenham migrado durante o processo de implementação da estrada de ferro de Alto Sorocabana, porém, estas ainda são hipóteses não confirmadas, o que demandaria a elaboração de outro recorte de pesquisa; o que neste momento não poderíamos desenvolver. A reconstrução da trajetória histórico geográfica dos negros em Presidente Prudente, muito provável, só seria possível através de um amplo de história oral, dada a carência de fontes escritas.

Neste momento, optamos pela apreensão das informações encontradas na base de dados do IBGE, com destaque para o último censo demográfico (2010). Segundo esta fonte de dados,o município de Presidente Prudente conta com uma população de 207.610 habitantes, dos quais a população negra (soma de pessoas que se autodeclararam pretos e pardos) consiste num total de 66.915 habitantes.

A população jovem (entende-se aqui, estatisticamente falando, pessoas na faixa etária de 15 a 29 anos) marca um total de 50.960, dos quais a população jovem negra representa o total 17.586 habitantes – considerando apenas a população jovem negra urbana, temos 17.133 habitantes, ou seja, a quase totalidade dos jovens negros deste município habita as áreas urbanas – a sede municipal e os distritos. Uma síntese destes dados pode ser visualizada no Gráfico 1.

GRÁFICO1. Caracterização da população de Presidente Prudente - SP



Fonte: Banco de dados IBGE - Censo demográfico – 2010

Numa observação primária, poderíamos incorrer no erro de afirmar que, a população negra do Município de Presidente Prudente seria ínfima, representando apenas 32% da população total. Porém, quando analisados comparativamente este dado com o percentual da população negra no Estado de São Paulo, pode-se ter outra percepção, uma vez que os índices são equivalentes.

Em 2005, após algumas pesquisas realizadas a partir do censo demográfico de 2000, a população brasileira foi estimada em 184,4 milhões de habitantes. Segundo as informações da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicilio- PNAD -, a população que se autodeclarou negra(Preta/Parda) equivalera a um total de 91 milhões; dentre aquelas que se autodeclararam Branca, somava-se 92 milhões, denotando assim uma aproximação significativa.

O Estado de São Paulo foi apontado com um montante de autodeclarantes pretos/ pardo de aproximadamente 12,5 milhões de habitantes, atingindo um percentual de 31% dos habitantes do Estado. Porém, em termos relativos é o menor com pessoas declarantes negras, juntamente com a Região Sul.

Considerando o censo demográfico de 2010, o total da população declarante negra apresentou progressivo aumento, em comparação com o último censo. Atualmente, segundo os dados do IBGE e IPEA, o Brasil é considerado um país de maioria negra. O levantamento censitário apontou que em 2010, 97 milhões de brasileiros se declararam negros, contra 91 milhões de pessoas autodeclaradas brancas.

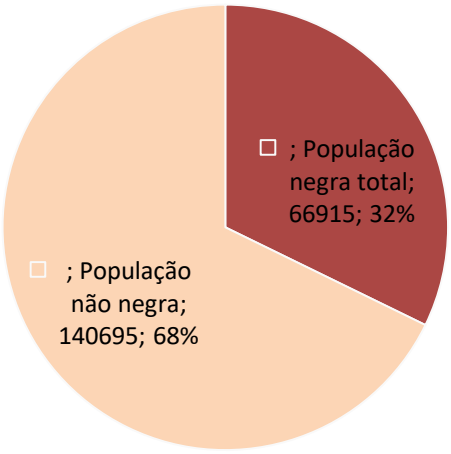
Deste modo, temos que a população negra de Presidente Prudente representa um terço da população total. Quando comparada ao percentual do Estado de São de Paulo, temos indicativos que convergem para afirmação de que a presença negra no município é representativa.

No gráfico abaixo temos a ilustração do percentual da população autodeclarada negra (soma de pretos e pardos) de Presidente Prudente, em relação à população não negra.

Historicamente, a população negra esteve alijada ao direito de reconhecimento territorial, cultural e identitário. A dificuldade em encontrar registros históricos sobre a população negra em Presidente Prudente é decorrente de uma prática que muitas vezes insiste em colocar nossa estória numa condição de invisibilidade. Contudo, acreditamos na existência de materiais, que se encontram dispersa em pequenos acervos, sobretudo acervos particulares, sobre a trajetória sócio espacial da população negra em Presidente Prudente, esperando por uma

sistematização e apreensão minuciosa. Neste sentido, após essa pequena apreensão em busca de evidenciar um pouco das múltiplas ações que construíram a cidades de Presidente Prudente, foi que realizamos essa categorização e mapeamento sistematizado.

GRÁFICO 2. Percentual da população autodeclarada negra de Presidente Prudente -SP



Fonte: Banco de dados IBGE - Censo demográfico – 2010

Capítulo II. RACIMO NO BRASIL E SUAS NOVAS ROUPANGENS

O debate sobre a questão étnico racial no Brasil perpassa por uma histórica negligência. Isso é decorrente de uma farsa histórica, que constitui o imaginário da população brasileira, a ideia de vivemos numa democracia racial. Todo nosso aparato político e ideológico sustentou a ideia de que no Brasil não existe racismo. Muitos brasileiros, quando questionados quanto à existência ou não de racismo, afirmam categoricamente: "o Brasil não é um país racista. Vivemos entre brancos, pretos e mulatos sem qualquer distinção de cor". Será? Não é o que mostram os dados (oficiais) quanto á morte de jovens por arma de fogo, ou por crimes violentos, ou quando mostra os baixos índices de desenvolvimento humano, de pobreza e miséria do Brasil. Dados sobre as condições de vida nas periferias das grandes cidades. Todos estes dados apontam para que a pobreza no Brasil tem sim uma cor, e ela é majoritariamente negra.

O que nos leva a esse tema é a busca por leituras "reais", que nos trouxessem uma perspectiva de como o racismo se reproduz entre nós, com suas formas peculiares de manifestação e qual o papel do espaço urbano produzido no reforço destas relações. Estes foram alguns dos apontamentos que carregamos ao longo do desenvolvimento da pesquisa, sobretudo com especial olhar para as novas roupagens que o racismo[13] adquiriu ao longo dos anos pós abolição, e como este é atualmente percebido e vivenciado no cotidiano de muitos negros no Brasil.

A produção científica ocidental e, consequentemente, a brasileira, está pautada num conhecimento eurocêntrico. Desse modo, para que possamos entender as bases do "racismo nosso de cada dia", é necessário voltarmos onde tudo começou.

Segundo as considerações do antropólogo Kabengue Munanga, tal discussão perpassa por uma concepção binária da constituição dos "povos", centrada na ideia de um nós (europeus, ocidentais) e dos outros (todos aqueles não ocidentais, ou seja, que apresentassem distintas

[13] O racismo é caracterizado como a afirmação de inferioridade de uma raça sobre outra (VALENTE, 1987), não estando restrito apenas ao negro. No caso brasileiro, em especial, isso se deu pelo fato de os sistemas político e econômico, ainda nos primórdios da colonização, terem sido pautados na escravização de negros africanos, colocando estes em condições de inferiores, desumanizando-os e, portanto, reduzindo-os à condição de objetos de troca e de uso.

formas de organização, cor, costumes e língua falada). Nessa distinção, o nós corresponde a "civilização", enquanto os outros seriam os "povos primitivos".

> Nesse projeto, a oposição primitivo/civilizado prefigura a posição binária "nós" e "outros", que podemos considerar como o primeiro esboço da ideia de diversidade e de identidade atual. Pela segunda vez, a todas as sociedades não ocidentais, foi atribuída uma identidade coletiva de "povos primitivos", substituindo a identidade anterior de "selvagens" dada pelos ancestrais iluministas (MUNANGA, 2006, p.49).

Tal concepção configurou-se como um dos pressupostos à legitimação da escravidão de povos não "civilizados", sob a prerrogativa de que os ocidentais, povos civilizados, levariam a cultura, o desenvolvimento e a aceitação divina, a partir dos preceitos da religião cristã. Ainda nas considerações do autor supracitado, os povos ocidentais colonizadores teriam se apropriado de uma lenda religiosa dos povos mulçumanos, a fim de legitimar a escravização negra, a partir de princípios religiosos inquestionáveis.

> A naturalização da escravidão negra encontra suas fontes de legitimação na lenda mulçumana segundo a qual Ham, filho de Noé, e ancestral dos negros, foi condenado a ser negro por causa do seu pecado. A maldição do "ser negro" foi transmitida a todos os seus descendentes. Essa história dá um exemplo interessante dos objetivos e utilização ideológica dos mitos. A origem da maldição de Ham é evidentemente bíblica (Gen. IX, 1-27) e rabínica (MUNANGA, 2006, p. 55).

A esse respeito, temos as considerações de Soares (1982), em seus estudos sobre a legitimação da inferioridade racial a partir da bíblia. O autor argumenta que o "Antigo Testamento" aponta, em uma de suas passagens, a existência da inferioridade de raça[14], atribuída a todas as gerações do filho amaldiçoado (Caim). Nos escritos bíblicos, os filhos de Caim e seus descendentes seriam então marcados com diferenças físicas e mentais.

[14]O termo raça nesta passagem está sendo empregado do ponto de vista biológico, tal como era apreendido como forma de justificativa científica Munanga (2003).

Segundo o autor, até os finais do século XV, não havia o verdadeiro preconceito racial no mundo. O antagonismo era religioso, entre cristão e "infiéis". Porém, em meados do século XVII, houve forte empenho de caráter científico, a fim de legitimar a pretensa superioridade de determinados povos sobre outros (SOARES, 1982).

O racismo teria assim duas grandes fases em sua "construção ideológica", a primeira de ordem religiosa e a segunda de caráter científico. A construção tanto religiosa quanto científica do racismo encontra respaldo num aparato político e ideológico. O Filósofo Lukács, (1970, p. 260) afirma que as ideologias se constituem na construção de um sistema de ideias, que evidenciam uma forma de agir, pensar e desenvolver determinadas análises a respeito de fatos e assuntos propostos à reflexão (MALACHIAS, 2006, p. 08).

O racismo científico encontrou no discurso religioso sua fonte primária de legitimação. Os apontamentos de Soares (1982, p.12) indicam o francês De Leapouge como um dos precursores do desenvolvimento do racismo científico. Segundo este, suas teorias não indicavam apenas a existência de inferioridade de raça, quanto ao índio e ao negro, mas também, empreendeu esforços em provar que tais povos em pouco se diferenciavam dos seres irracionais, construindo, deste modo, um embasamento que legitimou o projeto escravocrata em relação a estes povos.

Em contrapartida, os cientistas e pesquisadores da época elaboraram também a teoria da supremacia da raça ariana, sinônimo de inteligência e virilidade, sendo que a mistura das "raças" colocaria em xeque a pureza desta. A perspectiva era pautada em diferenças biológicas, mais ou menos visíveis, das quais se deduzia caráter, capacidade cognitiva, nível de desenvolvimento técnico e cultural.

> Os arianos eram então definidos como os povos de estatura elevada, olhos azuis, cabelos loiros, e crânio alongado. Possuidores de virilidade, nobreza e inteligência, espírito de independência, rigor para consigo mesmo. Raças líderes, homens de grandes empreendimentos e ideias firmes e como tendo missão divina a desempenhar (SOARES, 1982, p.14).

Tais teorias foram também amplamente utilizadas para legitimar o assassinato de milhões de judeus durante as duas grandes guerras mundiais. Tendo como interlocutor dos discursos Adolfo Hitler.

Temos aqui alguns dos pressupostos fundamentalistas do racismo, processo de inferiorização do outro a partir de diferenças físicas. Tal processo legitimou a morte e a escravização de milhões de pessoas, destituídas de seus corpos e coisificadas a serviço de uma lógica perversa história de desumanização.

Mattos (2010) também afirma que a construção do racismo científico está pautada na diferenciação entre seres humanos, a partir de suas características físicas. O racismo científico foi amplamente difundo no início do século XIX e fundamentou os grandes atos de subjugação humana de povos como indígenas, negros africanos e judeus. Este surge num contexto, social e político no qual havia a necessidade em justificar dois pontos de vista para exploração do outro, o antropológico e o biológico.

No Brasil, tais ideias se fizeram presentes e pautaram as relações que se estabeleceram entre brancos, indígenas e negros no processo de formação socioespacial do país. No princípio deste contato interétnico, índios e negros nem se quer eram considerados seres humanos. Eram entendidos como "povos primitivos", destituídos de alma e racionalidade, inferiorizados do ponto de vista social e biológico. Aos europeus cabia não só o dever, mas também o direito de os submeter, até mesmo como forma de salvá-los de si mesmos.

Cabe aqui salientar, quanto ao fato de não ser nossa pretensão esmiuçar o processo de escravização negra desde os primórdios do século XVI. Porém, faz-se necessário sabermos quais foram as motivações que levaram os povos ocidentais a enxergarem nos povos da África Subsaariana, como uma população pretensa a escravidão e a coisificação de seus corpos, para que assim possamos tecer algumas considerações sobre os desdobramentos dessas ideias ainda hoje no Brasil. Tal como afirma Valente (1987), aquilo que aconteceu ontem tem consequências hoje, e o que acontece hoje terá consequência amanhã.

O primórdio da colonização brasileira teve como sua principal "coluna vertebral" a marca de três povos, o índio nativo, os negros africanos e os europeus, na figura do colonizador Português. Valente (1987, p.09-20) argumenta quanto ao fato de antes da escravização negra africana, houve o predomínio da escravização indígena, configurando-se como importante elemento na construção da colônia.

A exploração da mão de obra indígena foi largamente utilizada até a segunda metade do século XVII, sendo mais tarde quase que totalmente substituída pela mão de obra escrava negra africana.

A historiografia oficial, inclusive a presente nos livros didáticos, aponta o "índio acostumado com a liberdade", recusando-se ao trabalho escravo, tal atitude teria "forçado" o colonizador português a ir buscar mão de obra escrava no continente africano, onde os negros supostamente já estavam acostumados com tal sistema, apresentando uma condição "natural de ser escravo".

> Dizer que o colonizador português foi à África buscar escravos que adquiria, comprando-os pela troca de fumo da Bahia e outras mercadorias, graças à cumplicidade dos reis e príncipes africanos, não deixa dúvidas sobre a crença na existência dos escravos como categoria natural, ou seja, na existência na África de seres humanos que nasceram escravos (MUNANGA, 2009, p. 88).

Os povos africanos se organizam de distintas formas, tanto social, política e cultural. É fato que havia grupos étnicos africanos que mantinham pessoas condenadas a escravidão, mas isso dentro do contexto cultural africano se desenvolvia sob outros critérios e não pela desumanização do ser. Assim como no Brasil, entre os diferentes grupos indígenas, havia escravização dos prisioneiros de guerra.

O ponto fulcral é entender que, nas sociedades africanas tradicionais, como em qualquer outra sociedade, as pessoas nasciam livres e em alguns casos tornavam-se escravos nos moldes de um sistema de servidão. Tal forma de organização não era uma "pré destinação", mas sim decorrência de disputa de poder entre diferentes grupos étnicos africanos.

A falsa argumentação de que os negros estariam "aptos" a serem escravizados, devido às formas de organização social e cultural, perdurou e ainda perdura no imaginário da sociedade brasileira. Porém, há que se considerar a existência de uma lógica mercantilista empregada pelos portugueses, a fim de dispor de maior rentabilidade. A escravização humana negra era de fato um comércio.

O processo de expansão das colônias em continente africano gerou aos Portugueses, além de uma vasta extensão de terras em seu domínio, um grande contingente de "pessoas" a serem comercializadas nas colônias brasileiras.

Segundo as considerações de Malachias (2006), o processo Geohistórico do escravismo brasileiro promoveu, a partir do século XVI, a imigração compulsória de milhões de africanos para o Brasil. Desde então, este evento vem demarcando a dimensão racial como elemento da estruturação socioespacial brasileira.

Não se sabe ao certo qual o número real de africanos saqueados de seus territórios. Há registros que os Europeus tenham sido os maiores responsáveis pelo tráfico transatlântico. Estima-se que cerca de 40 a 100 milhões de africanos foram deportados para a Europa e, sobretudo, para a América (MUNANGA, 2009, p. 80).

Segundo as considerações de Anjos (2011), é necessário considerar que o movimento histórico das grandes navegações foi uma consequência direta do processo de dominação geográfica, territorial desenvolvido pelos europeus sobre o continente Africano. Este processo de incorporação de terras, encontro de culturas, identidades e territorialidades, redesenhou o mapa do mundo. Como resultado, o mapa do mundo foi profundamente modificado nos séculos XV, XVI, XVII, XVIII e XIX, sobretudo, pelos novos territórios incorporados à lógica de funcionamento da economia europeia e as "novas" fronteiras constituídas e impostas. Este período da história dos seres humanos vai se caracterizar por uma nova fase de relações entre estes e a natureza.

No século XVI, a referência espacial principal são as regiões caracterizadas como Alta e Baixa Guiné. Esses foram trazidos principalmente para as regiões açucareiras de Pernambuco e Bahia, mas também, foram levados para o Maranhão e para o Grão-Pará. Os territórios africanos atingidos pelo tráfico nesse período, atualmente, correspondem aos limites internacionais dos seguintes países: Serra Leoa, Senegal, Guiné, Guiné-Bissau, Nigéria, Benin, Burquina Faso, Gana, Costa do Marfim, Libéria, Mali e Gâmbia. No século XVII, o tráfico vai ser dinamizado na Costa de Angola, transportando povos africanos para a Bahia, Pernambuco, Alagoas, Rio de Janeiro, São Paulo e regiões do centro-sul do Brasil, e na Costa da Mina, com fluxos para as províncias do Grão-Pará, Maranhão e o território atual do Rio Grande do Norte. A antiga Costa da Mina compreende atualmente os territórios dos seguintes países: Costa do Marfim, Libéria, Burquina Fase, Mali, Niger, Congo, Gana, Togo, Benin, Nigéria e Camarões. A conhecida Costa de Angola corresponde atualmente aos seguintes países: Angola, Gabão,

República Democrática do Congo e Guiné Equatorial. Nos séculos XVII e XVIII, vão se constituir as mais importantes e duradouras extensões territoriais das rotas do tráfico negreiro: as Costas da Mina e de Angola. É nesse período que vão ocorrer os maiores volumes de povos africanos transportados para o território brasileiro (ANJOS, 2011, p.263-264).

É possível encontrar em muitos textos e livros didáticos a informação de que os negros escravizados no Brasil seriam oriundos do litoral angolano, litoral do Golfo de Benim e de Moçambique. Porém, tal como apontam Anjos (2002) e Munanga (2009), esses lugares era onde se localizavam os portos, onde os negros saqueados embarcavam nos navios negreiros. A etapa de captura se dava, sobretudo, no interior do continente africano.

Os negros africanos e seus descendentes deixaram um legado de contribuição para a formação social, cultural e política brasileira. Não é possível pensar a história do Brasil sem as contribuições e formas de resistência negra a este sistema de perversidade humana.

Nas colônias portuguesas, muitas foram as formas de resistência negra africana e de seus descendentes. Tanto no que tange as formas de organização, quanto na manutenção de práticas culturais e religiosas. A mais conhecida forma de resistência negra foi a organização de negros (as) em "quilombos[15]", marcantes nas áreas de maior influência Congo - Angola.

Muitas vezes, a história "oficial" negligenciou as várias formas de resistência negra em território brasileiro e, em consequência, alimentou a ideia de passividade dos negros escravizados. Incursões negras, como a "revolta dos malês[16]", levantes e constituição de quilombos e mocambos e os atos de suicídios eram algumas das formas de resistência negra à escravidão.

Registros históricos apontam as muitas formas de "contenção negra". Os inúmeros castigos e formas de violência foram experiências cotidianas de milhões de negros africanos e seus descendentes, no contexto colonial.

[15]De origem de língua umbundu de Angola, "quilombo" é um aportuguesamento da palavra *kilombo*, cujo conteúdo remete a uma instituição sociopolítica e militar, que resulta de longa história envolvendo regiões e povos Luanda, ovimbundu, mbund, luba, kongo e imbangala ou Jaga, cujosterritórios se situam hoje nas repúblicas de Angola e dosdois Congos (MUNANGA, 2009,p. 93-94).

[16] A revolta dos malês foi uma das muitas insurgências negras ocorridas em território brasileiro, ainda no período colonial. Esta ocorreu na Bahia, no início do século XIX, em áreas onde havia forte concentração de negros islamizados. O domínio do Islã e, consequentemente, da escrita árabe, possibilitou a organização dos negros para fuga dos cativeiros. Esta revolta teve como precursora Luiza Mahin (VALENTE, 1987).

> Os açoites, os grilhões, a violência sexual e a atribuição de qualidades negativas aos negros faziam parte de um conjunto de instrumentos e "técnicas" de tortura e castigos para domar e subjugar os escravos. E mais que a subjugação física, o castigo era importante para fazer com que o escravo introjetasse uma ideia negativa de si mesmo e de sua raça. Essa incorporação de ideias negativas pelos escravos levou alguns autores a interpretarem o comportamento deles como passivo (VALENTE, 1987, p.11,).

As transformações ocorridas na Inglaterra, nos finais do século XIX, acarretaram em profundas mudanças no sistema político e econômico brasileiro. A proibição do tráfico negreiro, o desenvolvimento do sistema industrial capitalista, somado a necessária existência de mercado consumidor, as intensificações das revoltas negras e a crescente atuação dos movimentos pós abolição, foram pontos determinantes para extirpar o sistema escravocrata brasileiro (VALENTE, 1987).

O sistema mercantil escravista ruiu por si só. Não era mais possível, após mais de 300 anos, manter vigente um sistema tão animalesco. As pressões internas e externas contribuíram significativamente para agilizar seu fim. Porém, até o efetivo decreto da Lei Áurea, em 1888, assinado pela Princesa Isabel, foram implementadas Leis proteladoras[17] ao fim deste sistema.

As transformações no contexto econômico mundial, dirigidas pelos ditames ingleses, passaram a tensionar as diligências coloniais Portuguesas na América, forçando a extinção do tráfico negreiro. A Revolução Industrial na Inglaterra conformou novas regras à política econômica internacional, com vista à formação de mercados consumidores. Tal necessidade era incompatível com um sistema de exploração econômico pautado na mão de obra escrava, pois inviabilizava o progresso técnico e não formava consumidores entre os trabalhadores, visto que estes não recebiam salário, para resolverem por si mesmos suas questões de consumo.

Neste contexto, a ordem escravocrata brasileira passou a ser fortemente questionada pelos ingleses.

[17] 1871, Lei do Ventre Livre - fixou que todos os filhos de mulher escrava, a partir daquela data,seriam livres.1885, Lei do sexagenário – fixou que, daquela data em diante, os escravos com mais de sessenta anos ficariam livres.

> As pressões tornaram-se mais fortes após a independência. O Brasil necessitava do reconhecimento de outras nações, e em especial do apoio inglês, para manter sua autonomia. Apesar disso o país parecia não querer descartar o trabalho escravo e, em 1845, aumentou o comércio de africanos. O golpe decisivo contra esse comércio foi dado apenas em 1850, quando foi sancionada a lei de Extinção do Tráfico negreiro no Brasil (VALENTE,1987, p. 20).

Os acontecimentos de ordem externa e interna confluíram para extinção do tráfico negreiro. A libertação oficial dos negros escravizados acabou por se configurar como mais um descaso a tal população. Após o decreto de 1888, tínhamos uma massa populacional negra, sem emprego, moradia, estigmatizada por um ideário de inferioridade, deixada literalmente a sua própria sorte (MALACHIAS, 2006; VALENTE, 1987; MUNANGA, 2004).

O fim da escravidão, a partir de um decreto de lei, não foi capaz de implantar políticas que pudessem favorecer o auto desenvolvimento dessa massa de negros libertos. Antes, havia um contingente populacional de negros escravizados, estando sob o domínio dos senhores, no campo e na cidade. Após a abolição, essa mesma "massa" encontrava-se agora desamparada pelo Estado. O fim da escravidão configurou-se, então, como mais uma página na história social brasileira de negligência àqueles que contribuíram para a constituição do Estado Nação.

Paralelamente, toda uma política de branqueamento da população brasileira, com a importação de mão de obra branca da Europa (mas também amarela do Japão), trouxe maior complexidade para o novo campo de forças, ao qual a população negra teve que se adaptar.

> A "libertação" dos escravos resultou numa massa de negros que perambulavam pelas fazendas e cidades a procura de emprego. De um lado, todas as terras agrícolas já estavam ocupadas. De outro lado, as áreas urbanas apresentavam um excedente populacional que constituía um problema social.
>
> Nas fazendas, onde durante séculos trabalhavam, quando conseguiam emprego não ganhavam como os imigrantes, não! "Eles não têm condições de aprender as novas técnicas de produção", diziam os ex-senhores.... Nas cidades, como ex-escravos era difícil conseguir trabalho (VALENTE, 1987, p. 22).

A este respeito Malachias (2006, p. 05) afirma que a presença africana e de seus descendentes representava, para a elite nacional da época, atraso e primitivismo. Os negros seriam um limite interno ao progresso almejado, daí a necessidade de remodelar as estruturas sociais brasileiras, a partir da inserção de uma mão obra mais "qualificada" e branca.

Perceba como as relações estabelecidas no desenvolvimento social, político e econômico brasileiro foram racializadas. Entender o contexto da formação social brasileira é de suma importância ao debate, visto que permite identificar o quanto nossos primórdios escravocratas e as relações racializadas na nossa sociedade se materializaram no espaço geográfico e foram se reproduzindo na sociedade e no espaço até os dias atuais.

Assim, não podemos concordar com o argumento de que no Brasil não existe racismo, ou que nós vivemos numa democracia racial. As desigualdades raciais estão na origem da nossa própria história comum, em que brancos, negros, indígenas foram posicionados hierarquicamente na constituição da sociedade nacional.

O Racismo negou a diferencia, em prol de um modelo de vida social e cultural pautada numa suposta supremacia racial branca e eurocêntrica. No Brasil o racismo adquiriu inúmeras especificidades, sobretudo, pelo longo processo de miscigenação entre os povos. Desse modo, temos no nosso país a consolidação do racimo à brasileira[18].

II.I - Nascer ou tornar-se: Quem define a sua negritude?

Como salientamos anteriormente, entender o hoje requer uma leitura do passado. Assim, entender o que é "ser" negro hoje significa, também, compreender como se deu a miscigenação brasileira. Acreditamos que a miscigenação brasileira foi mais uma forma de agressão aos "ditos inferiores e sem alma".

[18] "Racismo à brasileira": essa expressão tem sido empregada por estudiosos da temática étnico racial no Brasil, assim como tem sido utilizada nos espaços de discussões do movimento negro brasileiro. Ela aponta para o fato de as práticas racistas no Brasil ao longo da nossa construção social e história, terem apresentado a especificidade de um paíscom racismo, mas sem racistas (VALENTE,1987, p. 24-37).

A condição preestabelecida de que as mulheres negras eram propriedade de seus senhores legitimava uma série de "estupros coloniais". Este, por sua vez, resultou numa prole de mestiços e mulatos ainda no Brasil Colônia (VALENTE, 1987, p. 16).

> Muitos senhores usavam as negras (principalmente as mais bonitas, ainda virgens e adolescentes) para a satisfação de seus desejos sexuais. Ai daquelas que se recusassem! Eram propriedades de seus senhores e, assim, podiam ser usadas a seu bel-prazer. Muitas negras, depois de algum tempo, acabaram se sujeitando sem maior resistência a executar esses "serviços". Isso propiciava a elas um tratamento melhor. Melhor comida, trabalho mais suave na casa grande...
>
> Esses estupros resultaram em uma grande quantidade de mestiços: filhos de negras escravas com os senhores brancos. Esses mestiços, que em alguns casos tinham a pele quase branca, também eram considerados escravos.

A autora aponta que esses "estupros coloniais" foram o que deu ao Brasil essa massa de negros mestiços, marcando assim o início do processo de mestiçagem no país. Não podemos dizer que não houvera nesses 300 anos de escravidão relações interraciais de consentimento por parte das negras escravizadas, certamente que houve, mas este não foi sem dúvida o que dera origem ao primeiro grande grupo de mestiços no Brasil.

Garcia (2002), apoiando-se em Eduardo Telles, argumenta que essa mistura racial se deu tanto de forma violenta, como de maneira amistosa, em relações "formais" e "informais". Não é possível afirmar com precisão os modos predominantes como essas relações se constituíram. Porém, sabe-se da existência de casos, em que havia relações sexuais consentidas e compartilhadas, e aquelas nas quais as mulheres negras eram apenas violadas, estando submetidas às condições de propriedades de seus senhores.

Garcia (2009) aponta os estudos de Sergio Pena (2004), no campo da genética, indicam que os brasileiros brancos, ou não negros socialmente reconhecidos, em sua grande maioria apresentam uma padrilinhagem branca, de origem europeia, e madrilinhagem ameríndia ou africana, representando cerca de 60% dos casos. Tal composição remonta aos primórdios do povoamento, ainda no período Cabralino, "justificada" pela maciça presença de homens brancos europeus e a ausência de mulheres brancas nas colônias portuguesas.

Atualmente, temos no nosso país um percentual significativo de negros autodeclarados, como apontamos no primeiro capítulo, mas dada essa composição multirracial brasileira, como poderíamos definir quem é ou não negro no país; e em meio a isto, como falar da existência de racismo?

Valente (1987) defende a existência de uma "linha de cor" na sociedade brasileira. Essa indicaria o grau de discriminação racial pela matiz de pele dos sujeitos. Teríamos em nosso país, "negros (as) socialmente reconhecidos", que apresentam evidências raciais em seu fenótipo, como matiz de pele mais acentuada, lábios grossos e cabelos crespos; entre outros atributos. Esses são apontados por Oliveira (2014)[19] como registros faciais e corporais de uma ancestralidade negra.

Em contrapartida, temos aqueles "negros não socialmente reconhecido", os ditos "mestiços e mulatos" que, geralmente, apresentam uma tonalidade de pele mais clara e características fenotípicas indefinidas, ou seja, características de negro e características de branco e/ou indígena. Deste modo, a "linha de cor" apontada por Valente (1987) sugere a hierarquização daqueles que terão suas trajetórias marcadas ou não por uma diferenciação racial mais incisiva.

> No Brasil, quanto mais clara a cor da pele, menores as pressões racistas. No entanto ser mais claro ou não no Brasil não ajuda muito. O preconceito sempre aparece nas horas de competição. Só que, no caso dos mulatos, o preconceito toma formas mais sutis (VALENTE, 1987, p. 38).

Seguindo o raciocínio da autora, o racismo emerge em situações de competição e disputas, seja esta em uma vaga de emprego e/ou espaços de discussão e diálogo coletivo. Geralmente, este aparece quando está em jogo a necessidade de se impor e se colocar no mundo. Por trás da "disputa" está imersa a ideia de superioridade sobre o negro. Muitas agressões contra esses sujeitos são postas no "jogo das relações sociais e raciais" cotidianas, sobretudo, quando os presentes estão num contexto de busca por visibilidade.

[19]Denilson Araujo de Oliveira, Professor Doutor da Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ/Departamento de Geografia. A argumentação apresentada emergiu no debate realizado no Congresso Brasileiro de Geógrafos-CBG-ES/2014. O Professor mediou a discussão no grupo de trabalho de Geografia e Relações Étnicos Raciais.

No caso dos mestiços e mulatos, o fato destes apresentarem um conjunto de atributos, os quais, dentro dos critérios da seleção social, são tidos como melhores e mais bonitos que os do negro, deve-se à persistência da ideia de serem eles uma "raça melhorada"- racismo científico. Em muitos casos essa discriminação ocorre com uma carga de sutileza.

Deste modo, temos a criação daquela ideia de mestiço amplamente difunda no início dos anos de 1930, como algo almejado pelos negros. Ser mestiço representaria, assim, um desejo intrínseco de aproximação com o grupo racial branco (aquilo que é bom, lúcido, melhor, alvo, bonito, puro) e o distanciamento do negro (o negativo, ruim, feio, indolente, tenebroso).

Cabe salientar que negros e mestiços são vítimas de racismo no Brasil, o que há em alguns casos é que a "linha de cor" estabelecida nas relações sociais brasileiras, por vezes os coloca num lugar de "exacerbação da raça"[20], como por exemplo, a louvação aos negros no samba, futebol e na arte, e em outros casos a negação deste em determinados espaços e/ou ocupações de cargos com alto prestígio social.

Segundo Valente (1987, p.23), "no racismo à brasileira, o lugar do negro é na cozinha, na entrada de serviço dos edifícios luxuosos, na pobreza, na cama... Proibido de entrar em certos hotéis e restaurantes, é também sistematicamente perseguido pela polícia: Negro correndo é ladrão!"

Perceba que as novas roupagens do racismo não destoam daquelas de seus primórdios. Munanga (2004) já havia nos alertados quanto ao seu surgimento no contato com o "outro", na necessidade em demonstrar domínio e hegemonia de um determinado grupo e/ou comunidade em relação à outra. No Brasil, quanto mais acentuado for a tonalidade da pele negra, mais essa pessoa está sujeita as interpolações de ordem institucional racializada, a exemplo o contato de negros e mestiços com a polícia e nas relações do cotidiano (SANTOS, 2007).

Quando nos propomos a discorrer sobre as novas roupagens do racismo, estamos forçando a uma reflexão do quanto a naturalização deste acarreta a não percepção clara do seu funcionamento e manifestação. Segundo as considerações de Matos (2013), antes da cor da pele, dos inúmeros constrangimentos sociais e políticos pautados no ideário de um fenótipo

[20] Segundo Munanga(2004), raça é uma classificação pseudocientífica rejeitada pelos próprios cientistas das áreas biológicas. O nó do problema está no racismo que hierarquiza, desumaniza e justifica a discriminação existente. Há cerca de 40 anos, geneticistas e biólogos moleculares afirmaram que as raças puras não existem cientificamente (cf. Jean Hiernaux, J. Rufié, A. Jacquard, F Jacob, etc).

inferiorizado, e consequentemente da exclusão do "diferente", temos a naturalização do racismo.

A naturalização do racismo, como piada exposta no cotidiano, a naturalização da negligência dos serviços estatais para com a população pobre e em sua maioria negra são formas que configuram essas novas roupagens, contribuindo para a manutenção de práticas racista, tanto no âmbito das relações em pequenas escalas - escola, trabalho, relações afetivas, etc.; quanto no âmbito das grandes escalas, ordenadas por políticas estatais e institucionalizadas.

Esse "jogo" de desmonte do preconceito racial arraigado no nosso país requer de nós negros, uma tomada de posição. Num contexto em que ser negro e brasileiro é automaticamente uma característica negativa posta pela sociedade racista, reverter este quadro tem exigido daqueles/as socialmente reconhecidos como negros uma tomada de posição, um engajamento ativo na luta política e cotidiana. Nesse sentido, para além de uma questão de cor da pele, que leva ao reconhecimento social e ao preconceito, ser negro tem se constituído numa tomada de decisão política.

Deste modo, estamos falando de uma população negra que é socialmente reconhecida como tal e que, ao mesmo tempo, em muitos casos, não se reconhece como negro, ou seja, não politiza seu processo de identificação social. Mas também daqueles que, mesmo com um matiz da pele mais claro, não sendo, portanto, socialmente reconhecido como negros, aderem à uma série de expressões culturais que o ligam, ou o fazem afirmar sua negritude. Tais atitudes só podem ser analisadas a partir da construção do "ser negro" na sociedade brasileira.

À medida que temos uma sociedade que nega a existência dos outros, sobretudo, no que tange as suas diferenças, faz-se necessário que negros e negras se tornem de fato e passem a posicionar-se politicamente como negros e negras – uma afirmação política da identidade. Deste modo, entendemos que ser negro ultrapassa as intensidades da tonalidade da pele. Estaríamos diante da necessidade da discussão do tornar-se negro, politicamente construído, a fim de quebrar as regras e ditames do mito de democracia racial e da inferiorização da população negra.

Capítulo III. JUVENTUDE NEGRA: A OCUPAÇÃO DO ESPAÇO CONTEMPORÂNEO

A atualidade do nosso recorte de pesquisa, juventude negra contemporânea em Presidente Prudente, não nos exime de um olhar sobre o passado, como forma de construção de uma análise mais sólida. Obter a dimensão histórica das relações sociais nos auxilia a compreender os temas que permeiam nosso debate enquanto geógrafas (os) na contemporaneidade. As reflexões e indagações expostas neste trabalho são produtos de um novo repensar das teorias.

Nas palavras de Silva (2007), as teorias configuram-se como um sistema de ideias carregadas de uma cultura, que difundem a linguagem e constroem uma maneira de ler e interpretar o mundo. Seus argumentos nos incitam à necessidade de criarmos uma prática científica reflexiva em torno do "conhecimento do conhecimento", ou seja, é necessário pensarmos o caráter hegemônico e cristalizado das teorias científicas eminentemente, brancas, masculinas e eurocêntricas. O não entendimento deste fato, muitas vezes, pode nos impossibilitar de enxergar a realidade social brasileira e toda sua complexidade.

Considerando isto, colocamo-nos diante da necessidade de "refletirmos o refletido". Para isso, nosso embasamento teórico foi desenvolvido sob as considerações de autores comprometidos com o debate científico acadêmico, político, social e étnico do povo brasileiro, buscando assim desconstrução de uma leitura hegemônica dos fatos. Entendemos que a ciência geográfica é capaz de apresentar significativas contribuições sobre o assunto. Porém, é necessário encarar as estruturas, com as quais o pensamento geográfico, sobretudo o brasileiro, foi construído.

> A geografia científica produzida por nós geógrafas (os)é um campo de saber engendrado por relações de poder. Apenas quando assumimos a postura de que o discurso científico é uma construção social e desenvolvemos uma atitude crítica sobre os modos de "fazer geografia", duvidando das consagrações das "verdades" estabelecidas pela versão hegemônica difundida na historiografia do pensamento geográfico, é que compreendemos as razões das ausências de

> determinados sujeitos como agentes produtores do discurso científico e geográfico (SILVA, 2003, p.25).

Deste modo, nossa leitura sobre a juventude negra em Presidente Prudente busca acompanhar esse movimento presente–passado e sua dinâmica em diferentes tipos de tempos e espaços geográficos (SANTOS, 2007). Nossa preocupação é identificar os caminhos e percursos que possam vir a contribuir para o "despertar" de uma identidade negra de caráter afirmativo, assim como, buscamos entender de quais maneiras as jovens negras vivenciam o cotidiano da cidade, considerando as implicações do machismo e racismo, marcadamente presentes no espaço geográfico. Para isso, é necessário nos atentar para as formas como atualmente a juventude negra brasileira constitui espaços de afirmação étnica negra e demarcar seus territórios no jogo de disputas de poder, inerente as relações sociais brasileiras.

Pensar a juventude negra no atual cenário brasileiro é importante. O emprego de um olhar livre das amarras nos possibilita olhar esses jovens em sua pluralidade e como sujeitos protagonistas de suas ações. Contextos e debates sobre o genocídio da juventude negra, maioridade penal, identidade negra, valorização étnica, estão sendo postos na mesa por esta juventude. Uma juventude que encara as reminiscências de uma sociedade marcada pelas relações de racismo e discriminação de classe social e gênero.

No cenário atual, observamos grupos e coletivos, partidários ou não, que buscam diferentes formas de colocar em questão este debate. Tal como aponta Lélia Gonzáles, historicamente, a população negra buscou, através dos signos identitários do corpo negro e do legado cultural étnico, novas formas de manifestação social e política. Alex Ratts (2010), autor que retratou a vida e obra dessa mulher, símbolo de luta para o movimento negro, conta como a influência da música *Soul*, ainda em meados dos anos de 1970, contribuiu para conformação de espaços de lazer eminentemente negros e como estes espaços constituíram-se num *lócus* de afirmação de uma identidade negra politizada. Em suas palavras, esses espaços foram o "berço do movimento negro". Tratava-se de uma manifestação em que, ao mesmo tempo, era específica a um grupo e universal.

A música e os signos identitários apresentados por ela elencavam dilemas também vivenciados por negros brasileiros, considerando, é claro, nossas particularidades sociais e étnicas.

A grande questão era que, naquele momento, estava em curso uma crescente mobilização de jovens negros e negras em busca por melhores condições de vida e reconhecimento social. Esse movimento de luta teve como demarcação explícita as dimensões do corpo e das manifestações culturais. Dentre as várias possíveis interpretações desse processo, chamamos a atenção para o contexto de dinamismo social em que estavam inseridos.

O início dos anos de 1970 foi acompanhado pelo desenvolvimento das técnicas de comunicação. Isso decorre do processo de aceleração do desenvolvimento capitalista. Esse aprimoramento das técnicas e agilidade informacional foi se intensificado com a passagem do século. O século XXI é marcado pela agilidade e fluidez informacional, sobretudo a informação digital.

> Hoje, vivemos um mundo da rapidez e da fluidez. Trata-se de uma fluidez virtual, possível pela presença dos novos sistemas técnicos, sobretudo os sistemas de informação, e de uma fluidez efetiva, realizada quando essa fluidez potencial é utilizada no exercício da ação, pelas empresas e instituições hegemônicas (SANTOS, 2000, p. 83).

O desenvolvimento das técnicas foi pensado pela ordem econômica, a fim de favorecer um segmento social, político-econômico. O uso e apropriação, mesmo que parcial, configura-se como um ato de subversão. Contudo, a partir desses meios de comunicação é que a juventude negra atual vem polarizando informações e estimulando o debate de pertencimento e constituição de uma consciência negra politizada. Busca-se afirmar signos identitários de uma "cultura comum" a este segmento. Assim, os coletivos negros[21], apropriando-se de "espaços de discussão virtuais", têm dinamizado o debate sobre ser jovem negro no Brasil.

É notória a articulação desses jovens em torno de uma "identidade comum". É claro que o debate sobre identidade requer inúmeros outros campos de análise. A identidade não é algo estático e imutável, tal como afirma Hall (1999). Segundo o autor, uma série de transformações estruturais tem transformado as sociedades modernas. Essas transformações e

[21]Coletivos negros, como Coletivo Força Ativa, Coletivo Negro da Usp, Coletivo Mãos Negras- UNESP, Coletivo Mulheres de Orí, Coletivo Kacimba de Aruanda, Coletivo Negro da Unicamp, Coletivo Neopardas. Esses são alguns dos coletivos negros que mantém debate e articulação política via redes de comunicação virtual.

releituras estariam fragmentando as paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade, que no passado, tinham-nos fornecido sólidas localizações como indivíduos sociais. Desse modo, devemos pensar essas identidades como processo de construção e fragmentação dos sujeitos envolvidos, não sendo possível falarmos da ideia de pertencimento único a uma identidade.

Porém, o que está em disputa por esses jovens é o direito de exercerem uma identidade comum e solidária aos negros marginalizados pelo processo de "embranquecimento" cultural da população negra no Brasil. Trata-se de construção de uma negra atitude – "*negritude" –,* descaracterizando a carga pejorativa adquirida no processo de formação social brasileira. Nas palavras de Hernandez (2008), o termo *negritude*conduz a alguns dos temas mais caros aos teóricos clássicos africanos. Estudiosos como Crummell, Du Bois, Blyden são alguns autores contemporâneos africanos preocupados com o debate sobre identidade e negritude, ligados ao movimento intelectual e político denominado de pan-africanismo (movimento iniciado, sobretudo, após o processo de independência dos países africanos, em fins do século XIX, que buscava restabelecer a identidade do povo negro africano). Segundo Hernandez (2008), esse foi um movimento que, na sua gênese, esteve voltado para a reabilitação do ser negro na segunda metade do século XIX.

O movimento, que teve como palavras de ordem frases como "África para os Africanos", ganhou visibilidade nos espaços de discussão junto aos negros da diáspora na América. Trata-se de um processo de construção de identidade étnica com base na valorização do povo negro. Buscava-se o restabelecimento de uma identidade, assim como, pautou-se na necessidade da elaboração de um conjunto de medidas destinadas aos povos sobre os quais se abateu a dominação colonial racista.

> Um dos mais importantes movimentos internacionais em prol da valorização e reconhecimento do papel da África no mundo foi o da Negritude. Houve grande mobilização mundial nesse sentido a partir dos anos 60, quando a quase totalidade dos estados africanos estava descolonizada. Esse grande movimento retomou os ideais de liberdade, os ideais de volta aos modelos de organização social, aos sistemas ancestrais de poder a partir das famílias, das lideranças religiosas, buscando traduzir o princípio de uma África para os africanos (LODY, 2004, p.86).

Esse movimento, que adquiriu escalas globais, influenciaria diretamente o movimento negro brasileiro, sobretudo, após os anos de 1980. O processo de reelaborar a identidade negra voltou-se, então, à África. Essa evidente rearticulação histórica influenciou e influência até hoje o movimento étnico identitário. É possível considerar que as manifestações negras, sobretudo, aquelas que possuem caráter questionador da atual condição do "ser" jovem negro nas cidades brasileiras, que ocupam as principais pautas dos coletivos negros e movimentos organizados, têm suas bases nesse movimento de origem transatlântica. De maneira expressiva, essas organizações têm apresentado um importante papel na valorização do negro e erradicação do racismo.

A educação, pautada na pluralidade étnica brasileira, têm sido outro caminho norteador. O estímulo para construção de uma identidade negra afirmativa tem acompanhado o debate e exigências da Lei 10. 639/03 - lei que torna obrigatório o ensino de África nas escolas públicas e privadas. Busca-se com ela, potencializar o debate sobre a valorização étnica negra e as contribuições dos negros vindos da diáspora. A emenda que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDBN) é bandeira permanente de luta, desde os anos de 1970 e 1980.

Outro debate que tem se mostrado presente diz respeito a questão da estética negra, arte e cultura, como formas e consolidação de uma identidade afirmativa. Esses movimentos culturais buscam, a partir dessas linguagens, novas formas de expressão e liberdade criativa da cultura estigmatiza pelos estereótipos racistas. Trata-se de um movimento que atua no processo de construção das identidades de cada sujeito envolvido no processo. Ao mesmo tempo, essas identidades individuais são compartilhadas nesses espaços coletivos e se reelaboram mutuamente.

> A estética africana – compreendendo-se sob estes termos várias e diferentes estéticas e Áfricas – caracteriza-se por traduzir e revelar a natureza, o ser humano e o mito de maneira vivencial, sendo antes de tudo uma estética de experimentar, e não apenas de apreciar. Assim nascem e formam-se sistemas simbólicos que podemos chamar de o lugar da estética, onde também está o espaço da expressividade da música, pintura, desenho, dança, canto, palavras, esculturas, adornos corporais, comida, roupa, arquitetura, do próprio corpo e da religiosidade (SCHUMAHER; VITAL BRAZIL 2007, p, 203).

Essas expressões podem ser lidas não apenas como a estética pela estética. Em casos onde o processo de conformação de uma identidade passa pelo processo de reconhecimento, isso, muitas vezes, é transmutado para o corpo. São tidas como expressões de pertencimento a um determinado grupo. Esses sujeitos estariam utilizando essas expressões simbólicas como formas de afirmação identitária. Assim, passa pelo processo estético, mas com objetivo de ser um ato de resistência.

À medida que esse corpo deixa de ser apenas socialmente identificado como negro, mas passa a se auto identificar, assumindo uma estética própria, mas comum ao grupo, as intermediações com espaço geográfico são inevitáveis. A mobilidade desses sujeitos ocasiona interações com meio em que vivem, passam cotidianamente por experiência positivas e negativas do que é torna-se negro.

Entender a importância da dimensão espacial é inerente a este estudo. Esse "recolocar-se" no espaço geográfico em busca de garantir que a população negra possa vivenciar sua condição de cidadãos em plenitude requer esforços. Esses jovens estão negando a condição imposta de cidadãos mutilados, como nos alerta Santos (2007).

Adquirir o status de cidadão no nosso país não é uma dádiva. Assim como o fim da escravidão não o foi. Sujeitos sociais que identificam a sua condição enquanto cidadãos mutilados já ultrapassaram a barreira "invisível" da negação. Compreender sua condição enquanto sujeito detentor de direitos sociais, no sistema mundo moderno, já é por si só a quebra de barreiras. Entender o ordenamento social empregado através de uma herança escravagista, patriarcal, eurocêntrica e racista é um salto na condição de "ser" um cidadão brasileiro.

> A cidadania, sem dúvida, se aprende. É assim que ela se torna um estado de espírito, enraizado na cultura. É, talvez, nesse sentido, que se costuma dizer que a liberdade não é uma dádiva, mas uma conquista, uma conquista a se manter. Ameaçada por um cotidiano implacável, não basta à cidadania ser um estado de espírito ou uma declaração de intenções. Ela tem o seu corpo e os seus limites como uma situação social, jurídica e política (SANTOS,2007 p. 20).

Assim, o autor sugere que a cidadania deva ser um direito conquistado. Deve sair do plano escrito em leis, propriamente dito, e atingir as dinâmicas do cotidiano de cada indivíduo. Porém, cabe aqui uma questão: Quem é verdadeiramente cidadão neste país? Historicamente, a população negra buscou distintas maneiras de resistir ao sistema desumanizador de outrora e suas reminiscências permanentes na mentalidade colonizadora da sociedade brasileira. Estamos falando de uma parcela da população negada ao direito de humanização. Negadas, anteriormente, pelo sistema colonial escravista e hoje negado pelas condições dialéticas do sistema econômico capitalista, que mantém suas bases na discriminação de classe social, raça e gênero.

A realidade brasileira é algo particular. Digna de uma explanação mais atenciosa, sobretudo pelo caráter diverso e plural, que consiste na nossa formação. Esse debate deve ser antecedido pela necessidade de enfrentarmos alguns traumas presentes em nossa história. Santos (2007) nos apresenta um "retrato de Brasil", que muitos conhecem, mas poucos aceitam. Um Brasil em que a cidadania é usufruída de maneira fragmentada. Destinada a uma parcela da população, que é capaz de obter este título. Ser cidadão no Brasil, num país em que a política do consumo atua de maneira corrosiva passa, necessariamente pela condição "ter", "possuir". Os cidadãos nos países de terceiro mundo acabam necessariamente adquirindo o *status* de "ter" para "ser".

É nesse sentido que buscamos evidenciar também as lutas cotidianas pelo direito a cidadania dos negros neste país. Em nosso recorte analítico, devem ser consideradas as restrições e particularidades desses sujeitos. Estudos de campo, leituras e vivências empíricas têm nos mostrado o "jogo invisível" de forças que se reproduzem na cidade de Presidente Prudente as estruturas e relações de poder pautadas na discriminação de raça e de classe social.

Temos observado que jovens negros têm buscado localmente várias formas de romper com essa condição imposta. Em visitas e trabalhos de campo realizados na cidade, observamos o crescimento de algumas atividades culturais ligadas ao movimento Hip-Hop, movimento este considerado um ato contestador às condições as quais a população pobre e, em sua maioria negra, vivencia nos espaços urbanos. Há na cidade alguns grupos de jovens, em sua maioria pobres e negros, que estão construindo espaços onde as manifestações ligadas a música RAP (Revolução ao Povo) se faça presente na cidade. Recentemente, através de contatos numa pequena rede amigos a partir de redes sociais como o Facebook, tomamos conhecimento do

“Projeto Ensaio”. Projeto este que tem como finalidade de proporcionar espaços onde grupos musicais e artistas ligados ao Rap possam mostrar seus trabalhos.

Manifestações outras começam a ocupar espaços na cidade de Presidente Prudente. Jovens ligados a tais manifestações passam a ocupar espaços como a “Praça Vale”, localizada no Parque do Povo, principal área de lazer da cidade. O encontro desses jovens também está ligado ao movimento Hip-Hop. A atividade denomina-se “Batalha do Vale”. Este tem sido, nos tempos mais recentes, a ocupação factual desses jovens nos espaços públicos. O movimento congrega jovens de várias idades, “cores e valores”, todas as sextas feiras, para a “batalha”. Ganha aquele que derrotar o seu oponente, a partir de uma enxurrada de rimas e frases poéticas de cunho contestatório. Neste espaço, meninos e meninas disputam entre rimas e batidas musicais. Este espaço é ocupado em grande parte por homens. A presença feminina é pouco expressiva. O estímulo é fazer Rap, expressar opiniões, além também de ser um tempo e espaço de lazer, diversão e sociabilidade. Jovens pobres, em sua maioria negros, ocupando os espaços da cidade, fazendo geografias e construindo territórios, um tempo e espaço em que estando entre iguais, a identidade pode ser praticada e não mais vivida como deslocada no interior da cidade mais ampla.

Nas palavras Suertegaray (2005), a geografia seria uma interpretação. Cabe assim dizer que existem muitas geografias. Essa deve ser lida e interpretada de maneira alinhada às formas de vivenciar os lugares e espaços, bem como, o modo como observamos a paisagem e seus contornos socioespaciais. Desse modo, poderíamos dizer que esses jovens estão aos poucos dando novos contornos aos múltiplos espaços da cidade, que construir a sua identidade afirmativa é também especializar-se em locais antes não acessados, ou especializar-se diferentemente daquilo que se fazia até então, pois, a partir desta nova construção de si, ou sendo suporte ou consequência dela, há a elaboração de novas formas de se relacionar com os outros e com os lugares. A constituição de territórios afirmativos na cidade passa, assim, a oferecer importantes pontos de referência, colocando-se no horizonte daqueles jovens que ainda estão buscando compreenderem-se no mundo em que vivem, buscando aproximações e distanciamentos. Cumprem, assim (estes coletivos e os pontos de referência espaciais de encontro que promovem), um importante papel político-educativo na cidade.

Porém, ainda observamos nesses espaços uma fragilidade no que tange ao caráter construtor de uma identidade politizada, do ponto de vista em que os movimentos negros organizados apresentam. Esses jovens ocupam estes espaços, no intuito de ser mostrarem na

cidade. Constroem-no e exigem seus direitos à cidade. Estão dizendo - “estamos presentes”, “este espaço também é nosso”.

III.I- Juventude negra de Presidente Prudente

O primeiro resultado da pesquisa foi a elaboração cartográfica da espacialização da população negra de Presidente Prudente. Esse conjunto de mapas foi elaborado com o propósito de mostrar quais eram os “lugares” de maior concentração da população autodeclarada preta e parda, segundo os dados do censo demográfico de 2010, do IBGE. Esse material foi subdivido em dois conjuntos temáticos. A primeira representação cartográfica da população total autodeclarada negra considera a população total disposta no perímetro urbano da cidade. No segundo conjunto, temos a representação dos nossos sujeitos de pesquisa, os jovens negros/as. Delimitamos, para fins estatísticos, os jovens na faixa etária de 15 a 29. A título de obtermos um material detalhado, achamos mais interessante subdividir este conjunto em três subgrupos etários. Desse modo, elaboramos mais três representações, estando estas dispostas num subgrupo de jovens autodeclarados pretos e pardos na faixa etária de 15 a 19 anos, seguida por jovens de 20 a 24 anos e, por fim, os jovens de 25 a 29 anos autodeclarados pretos e pardos.

A presença maciça de negros nas áreas mais afastadas do centro urbano de Presidente Prudente respondeu a nossa hipótese inicial de pesquisa, de que a presença de negros e negras se concentra nas periferias pobres da cidade. O denso processo de coleta de dados, tabulação, interpretação e elaboração cartográfica também nos possibilitou a elaboração de um conjunto de gráficos que apontam o percentual da população negra em relação a população não negra, o percentual de jovens negros da cidade Presidente Prudente em relação aos não negros. E as disparidades entre homens e mulheres que se autodeclaram pretos e pardos, em relação à faixa etária. A elaboração dos mapas e gráficos nos possibilitou analisar o processo de ocupação do espaço urbano de Presidente Prudente, bem como a discussão acerca da construção da identidade negra e o debate sobre a miscigenação brasileira.

Na segunda etapa da pesquisa, já com alguns resultados obtidos da fase anterior, pudemos focar de maneira mais específica nos trabalhos de campo, observações participante, entrevistas informais e na realização dos grupos focais. Nosso trabalho possibilitou elaborarmos uma caracterização da juventude negra de Presidente Prudente. Apresentaremos estes

resultados articulados com a apreensão teórica e os resultados obtidos junto aos nossos sujeitos de pesquisa.

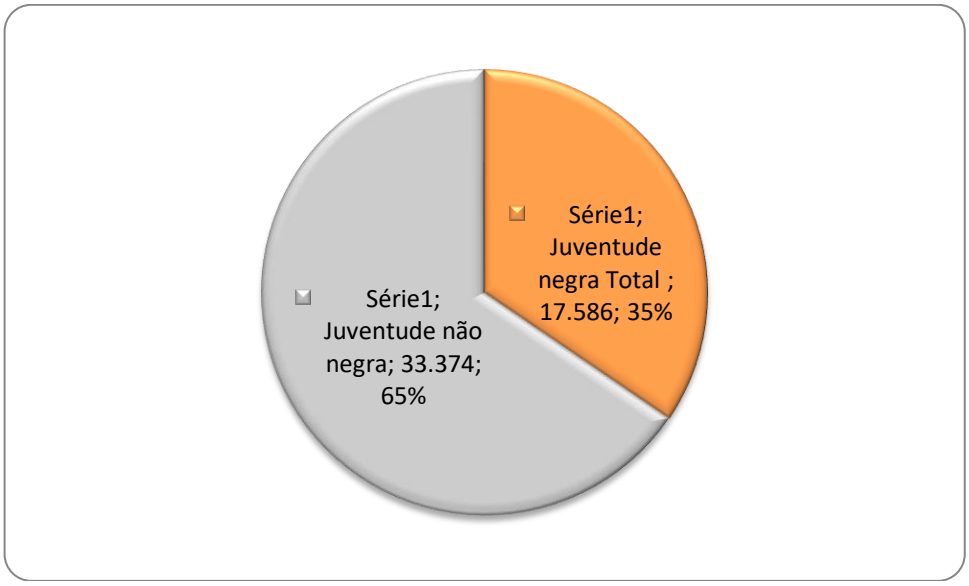
Os dados estão assim distribuídos por gênero e subgrupos etários, ou seja, de 15 a 19 anos, 20 a 24 anos e 25 a 29 anos.

TABELA 1. Quadro Síntese dos jovens Negros de Presidente Prudente – 2010.

Gênero/Idade	Mulheres			Homens			TOTAL
	15-19	20-24	25-29	15-19	20-24	25-29	
Pretos (as) / Números Absolutos	314	397	378	365	426	460	2.340
Pretos (as) / Percentual em relação ao total do grupo etário	11%	14%	13%	12%	15%	16%	14%
Pardos (as) / Números Absolutos	2435	2426	2480	2680	2441	2345	14.807
Pardos (as) / Percentual em relação ao total do grupo etário	89%	86%	87%	88%	85%	84%	86%
TOTAL/ números absolutos	2.749	2.823	2.858	3.045	2.867	2.805	17.147
TOTAL/ Percentual em relação ao total dos jovens audeclarados pretos e pardos	16%	16%	17%	18%	17%	16%	100%

Fonte: Banco de dados IBGE - Censo demográfico – 2010.

Gráfico 3. Juventude Negra e Não Negra de Presidente Prudente- 2010.



Fonte: Banco de dados IBGE - Censo demográfico – 2010

A juventude do município de Presidente Prudente, segundo os dados do IBGE, representa um total de 50.960 jovens. Desse montante, temos que 35% se autodeclaram negros (pretos/pardos). O percentual da juventude autodeclarada preta/parda ultrapassa a marca do total de negros autodeclarados, este com o percentual de 32% em relação à população total. Outro dado importante refere-se ao fato de a grande maioria dessa juventude residir no perímetro urbano da cidade. Computando apenas um total de 3% dos jovens autodeclarados negros, residentes nas áreas rurais do município. Em números absolutos temos que, os jovens autodeclarados negros (soma de pretos e pardos) contabilizaram 17.586 (entre meninos e meninas), na faixa dos 15 aos 29 anos. Desses, cerca de 17.133 têm situação de domicílio urbana. Tal observação é condizente com o fato de estarmos imersos numa dinâmica em que mais de 80% da população brasileira reside em áreas urbanas, segundo o próprio IBGE (2010).

A maior concentração desses jovens no perímetro urbano pode estar atrelada ao importante papel que a cidade adquiriu ao longo dos anos. É possível que tal dinâmica seja um reflexo do longo processo de ocupação e urbanização da cidade de Presidente Prudente. Tal processo foi regido, sobremaneira, pelo movimento migratório campo-cidade, assim como apontou Sposito (1983), sobretudo, de escala regional, uma vez que Presidente Prudente apresenta um importante papel na região administrativa da Alta Sorocabana, atuando de maneira polarizadora na oferta de algumas das principais atividades econômicas, comerciais e culturais da região.

Os sujeitos envolvidos na pesquisa são jovens de 15 a 29 anos, socialmente reconhecidos como negros. A “escolha” pela faixa etária se deu, sobretudo, por critério

metodológico de pesquisa. Dialogamos com as considerações de Pais (2003) e Dayrell (2002), quando estes argumentam acerca das formas de se "ler a juventude". Segundo os autores, tal "leitura" requer de nós ultrapassarmos o conjunto de homogeneidade no qual este debate está posto.

Ler a juventude implica observá-la tanto em seus critérios de homogeneidade, como um conjunto etário claramente identificado, como pertencente a uma determinada fase de vida. Assim como interpretá-la, levando em consideração suas especificidades e particularidades, decorrentes das múltiplas trajetórias de vida de cada indivíduo, em seus contextos concretos e específicos de socialização e sociabilidade. Neste segundo aspecto, temos que a juventude não se reduz a um limite etário, podendo ser vivida como uma experiência tanto por sujeitos que estão além da faixa etária estatisticamente reconhecida, quanto ser vivida de forma muito breve por jovens que, estando nesta fase de vida, com uma idade e um corpo jovens, já entraram no mundo adulto, pela assunção de papéis como chefe de famílias.

O estudo sobre a juventude deve despir-se de padronizações do "ser jovem", visto que se liga a uma série de representações sociais, algumas das quais se impõem como hegemônicas e acabam entrando nos processos de elaboração de si, por parte dos jovens concretos. O próprio conceito de juventude tem se apresentado como um debate em aberto, no âmbito das ciências sociais.

Segundo as considerações de Dayrell (2007, p. 157), construir um conceito de juventude não é tarefa fácil, principalmente porque os critérios que a constitui são históricos e culturais. Muitas vezes a juventude é lida como uma fase de vida pré-estabelecida, em contraponto com a cultura da geração anterior. Assim, a juventude seria um bloco homogêneo, constituído por todos os jovens que, naquele período histórico, possuem certa idade, em contraponto às gerações anteriores. Em outros casos, esta é interpretada como uma situação problema, em que aqueles que se encontram nela estão sujeitos as constantes interferência do meio social em que vivem, desviam-se dos processos de socialização institucionalizados e acabam adentrando na marginalidade social. Poucas são as vezes em que a juventude é vista em sua pluralidade de "modos de ser de jovem", considerando os jovens como sujeitos sociais e interlocutores de suas ações (ABRAMO,1997, p. 25-36).

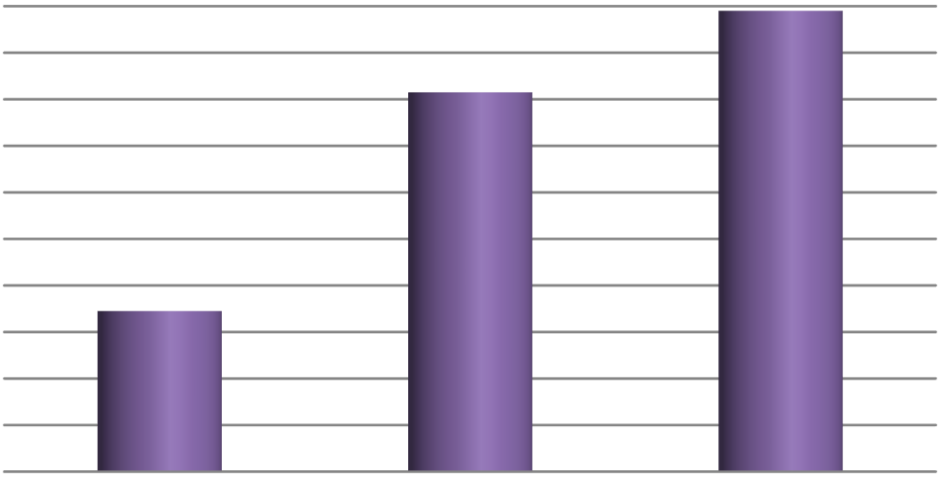
Adotamos o ponto de vista segundo o qual debater a questão da juventude nos impõe apreendê-la de maneira plural, considerando suas particularidades de gênero, cor/raça, classe social, orientação sexual, estrutura familiar etc, como demarcadoras de experiências juvenis

particulares. Segundo Dayrell (2007), a juventude é, ao mesmo tempo, uma condição social e um tipo de representação. O autor argumenta quanto a possível existência de um caráter universal dado pelas transformações do indivíduo numa determinada faixa etária, nas quais completa o seu desenvolvimento físico e enfrenta mudanças psicológicas. Porém, devemos levar em consideração que tais transformações não apresentam um caráter rígido e é equivalente em todos os contextos socioespaciais, ou em todas as formas de organização social. A juventude deve ser interpretada, levando em consideração que podem ser muito variadas as formas de vivenciá-la.

Desse modo, temos que a interpretação desse segmento social, como um grupo único e homogêneo, caracterizado a partir da concepção de uma "fase de vida" e de um "modelo de juventude", pode empobrecer a leitura acerca deste segmento social. Tal apreensão fará com que neguemos as complexidades presentes em nossa construção social. Discorrer acerca de uma juventude negra periférica que, em grande parte, está envolvida em alguma atividade remunerada, não é o mesmo que falar sobre uma juventude de classe média e branca. É necessário ter em mente que, as leituras de mundo daqueles serão completamente diferentes, visto que posicionados de forma desigual no quadro das relações socioespaciais. Deste modo, não devemos falar de juventude, mas sim em "Juventudes".

A juventude negra, enquanto um conjunto social "homogêneo" é, ao mesmo tempo, um conjunto de contrariedades. Ao passo que temos uma "identidade racial comum", temos inúmeros outros movimentos identitários em andamentos, que fazem, inclusive, que a identidade negra não seja necessariamente assumida, naquilo que hoje ela representa, enquanto posicionamento político e adesão estética, fazendo do conjunto dos jovens negros um segmento social altamente diversificado. Essa diversificação nos possibilita, então, ler as múltiplas formas de ser uma jovem negra e/ou um jovem negro. Assim, partimos do pressuposto de que ser uma jovem, negra, periférica e estudante de escola pública, entre outras facetas de identidade, não é o mesmo que ser um jovem negro, residente destes mesmos espaço e pertencente ao mesmo sistema de ensino, justamente porque a juventude envolve também uma questão de gênero, que desenha experiências diversas.

Gráfico 4. Total de mulheres autodeclaradas negras por faixa etária Presidente Prudente -2010



Fontes: Censo demográfico- IBGE-2010/ Perímetro Urbano de Presidente Prudente

No gráfico 4, temos a representação das meninas autodeclaradas pretas/pardas. No conjunto etário de 15 a 19 anos, estas compreendem a um total de 2.729 jovens. Na segunda coluna, temos a representação de jovens negras na faixa etária de 20 a 24 anos, com um total de 2.823. No grupo de mulheres negras de 25 a 29 anos, temos um total de 2.858. Observa-se um gradual aumento nos índices de autodeclaração. Não é possível saber ao certo quais são os reais motivos para o crescimento gradativo da autodeclaração entre as mulheres negras, com relação ao aumento da idade. Mas podemos aventar algumas hipóteses: uma das interpretações possíveis é o fato de as jovens de 15 a 19 anos não serem sempre as responsáveis pelas declarações na pesquisa de amostragem. Muitas das nossas entrevistadas, sobretudo, aquelas na faixa etária de 15 a 17 anos, declaram já terem participado das pesquisas de amostragem, mas isso no caso do responsável não estar presente. Outra interpretação cabível pode ser que a construção de uma identidade, ou de pertencimento racial/étnico faz parte de um processo de amadurecimento, tanto individual quanto coletivo. As identidades são consolidadas à medida em que o sujeito transita por distintos espaços em que esta pode ser fortalecida, muitas vezes isso ocorre acompanhado pelo fator idade.

Segundo as considerações de Hall (1999), o próprio conceito de "identidade" é demasiadamente complexo, muito pouco desenvolvido e muito pouco compreendido nas ciências sociais, ainda mais no período contemporâneo, em que movimentos de globalização cultural introduzem novos elementos desestabilizadores.

> Estas transformações estão também mudando nossas identidades pessoais, abalando a ideia que temos de nós próprios como sujeito integrado. Esta perda do sentido de "si" estável é chamada algumas vezes de deslocamento ou descentração do sujeito. Esse duplo deslocamento-descentração dos indivíduos tanto de seu lugar no mundo social e cultural quanto de si mesmo constituem uma "crise de identidade" para os indivíduos (HALL, 1999, p. 9).

A identidade passaria assim a constituir-se como um processo móvel, nunca estática, e múltipla, nunca única, fazendo com o sujeito se fragmente, em diversas identidades contextuais e que esteja em permanente elaboração. O indivíduo pode passar por distintos processos de construção de sua identidade e/ou "identidades". A identidade somente se torna uma questão quando está em crise, quando algo que se supõe como fixo coerente e estável é deslocado, pela experiência da dúvida da incerteza.

Nas considerações de Gomes (2011, p. 3), apoiadas na leitura de Jacques d'Adesky (2001, p. 76), a identidade, para se constituir como uma realidade, pressupõe uma interação. Assim, a ideia que um indivíduo faz de si mesmo e do seu "eu" é intermediada pelo reconhecimento obtido dos outros, em decorrência de suas ações. Temos assim que as identidades não se constroem no isolamento, ao contrário, são negociadas durante a vida toda, por intermédio do diálogo, parcialmente exterior e parcialmente interior, com os outros.

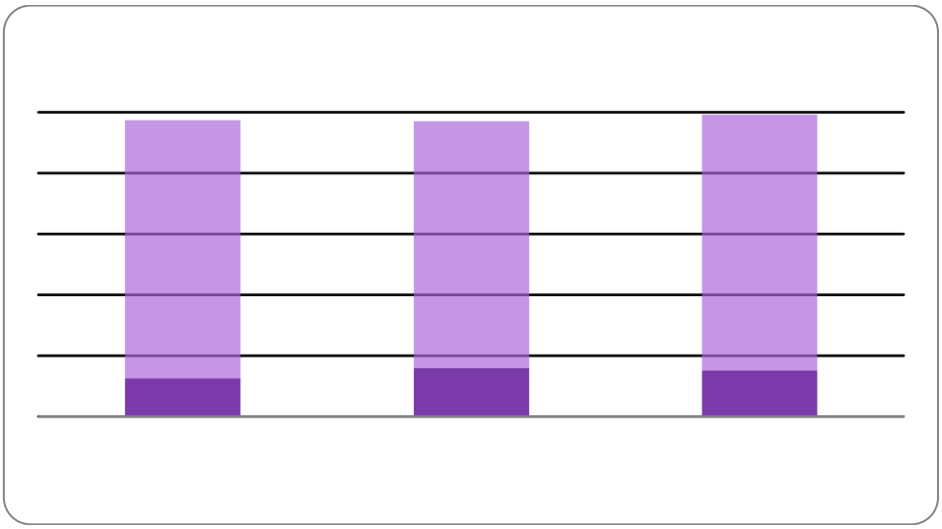
Desse modo, poderíamos dizer que essas meninas/mulheres podem sim ter passado por um conjunto de transformações ao longo do tempo, que possibilitassem uma nova interpretação de si em relação à identidade negra. Muitas dessas jovens passam a reconhecer-se enquanto negras à medida que vivenciam no cotidiano um conjunto de ações que as inferiorizam, mas também à medida em que passam a dialogar ou fazer parte de coletivos em que a identidade negra se vê afirmada.

Tal como apontamos no capítulo anterior, quando discorremos acerca do "ser negro no Brasil", isso se mostra latente quando estamos falando de meninas e mulheres negras.

Isso pode ser observado quando analisamos a categoria "negra" de modo desagregado, no Gráfico 5. Ao observarmos o total de meninas e mulheres que compõem o conjunto "negra", soma de pretas e pardas, observamos uma quantidade maior do número de mulheres autodeclaradas na categoria pardas. Isso pode ser também analisado a partir da leitura que

fizemos anteriormente, a respeito do processo de miscigenação brasileira e dos graus de racismo conforme os matizes de tom de pele.

GRÁFICO 5. Comparação entre mulheres autodeclaradas preta/ parda por faixa etária- Presidente Prudente – 2010.



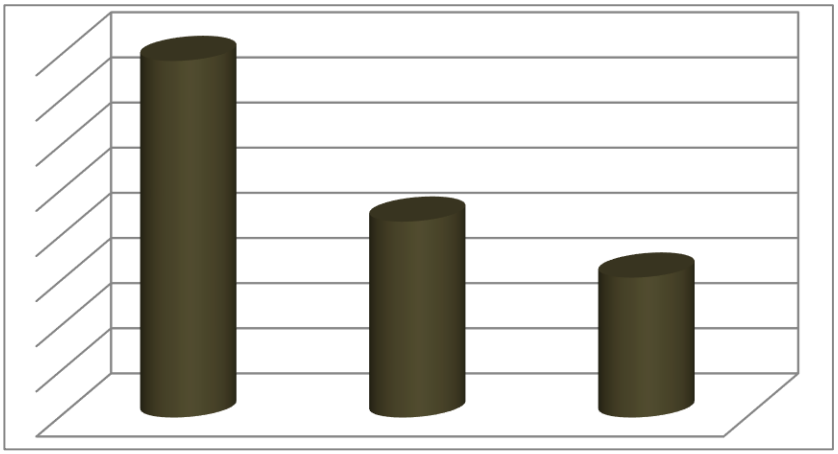
Fonte: Censo demográfico- IBGE-2010/ Perímetro Urbano de Presidente Prudente

Muitas mulheres negras, ao terem que se descrever em determinadas situações, por vezes, se declaram como "morenas", "moreninhas", cor de "jambo", ou outras nuances que se refiram a matiz de pele. Assim como aponta Gomes (2011), a construção negativa que se fez do negro e da mulher negra na sociedade brasileira é um dos principais responsáveis por esta negação. Ao mesmo tempo em que temos a necessidade de fortalecer a discussão sobre o racismo e as formas como este se espacializa, é importante o debate sobre a valorização da mulher negra no Brasil. Levando em considerações os apontamos de Gomes (2008)[22], colocamo-nos diante da questão: como construir uma identidade positiva, quando, muitas vezes, a imagem da mulher negra é retratada como anti modelo estético e social?

[22]As considerações a este respeito encontram-se no trabalho " Corpo e cabelo como símbolo de identidade", obra de autoria de Nilma Lopes Gomes. Otrabalho está disponível on-line mas não há registrodo ano de publicação.

Inversamente, entre os jovens negros, temos índices mais elevados de autodeclaração, justamente entre aqueles com menor idade (entre 15 e 19 anos), 3.045 jovens autodeclarados negros, como pode ser observado no Gráfico 6.

GRÁFICO 6. Rapazes autodeclarados negros por faixa etária em Presidente Prudente - 2010



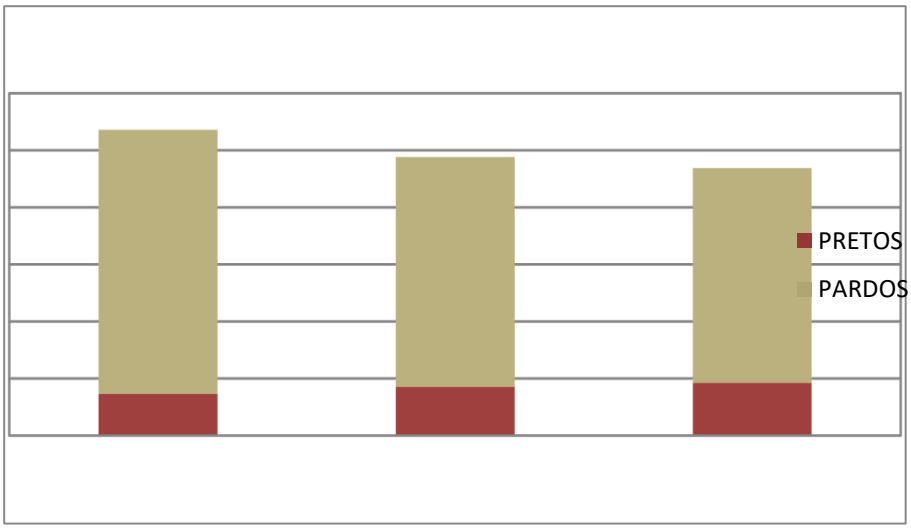
Fonte: Banco de dados IBGE - Censo demográfico - 2010/ Perímetro Urbano de Presidente Prudente

À medida em que observamos o aumento da idade, é possível notar uma queda vertiginosa desse índice. Assim como no caso das meninas, não podemos afirmar categoricamente o porquê dessa inversão, mas talvez o Gráfico 7 possa nos oferecer algumas pistas.

Neste gráfico, temos a comparação entre os jovens de 15 a 29 anos declarados pretos e pardos de forma desagregada. No conjunto de jovens entre 15 a 19 anos autodeclarados pretos, tivemos um total de 365, contra 2.680 jovens nessa mesma faixa etária autodeclarados pardos. No grupo etário de jovens de 20 a 24 anos, temos um total de 456 jovens autodeclarado pretos, conta 2.441 jovens que se autodeclaram pardos. No terceiro e último conjunto, temos que o grupo de jovens de 25 a 29 autodeclarados pretos é de 460 jovens, enquanto que aqueles autodeclarados pardos somam um total de 2.345. Observemos que à medida em que aumenta a idade, temos a diminuição daqueles jovens autodeclarados pardos e um ligeiro aumento dos que

se autodeclararam pretos. Observamos este movimento nos gráficos anteriores. O fator idade pode vir a desempenhar certa influência na afirmação da identidade negra.

Gráfico 7. Comparação entre Rapazes autodeclarados pretos / pardos por faixa etária – Presidente Prudente - 2010



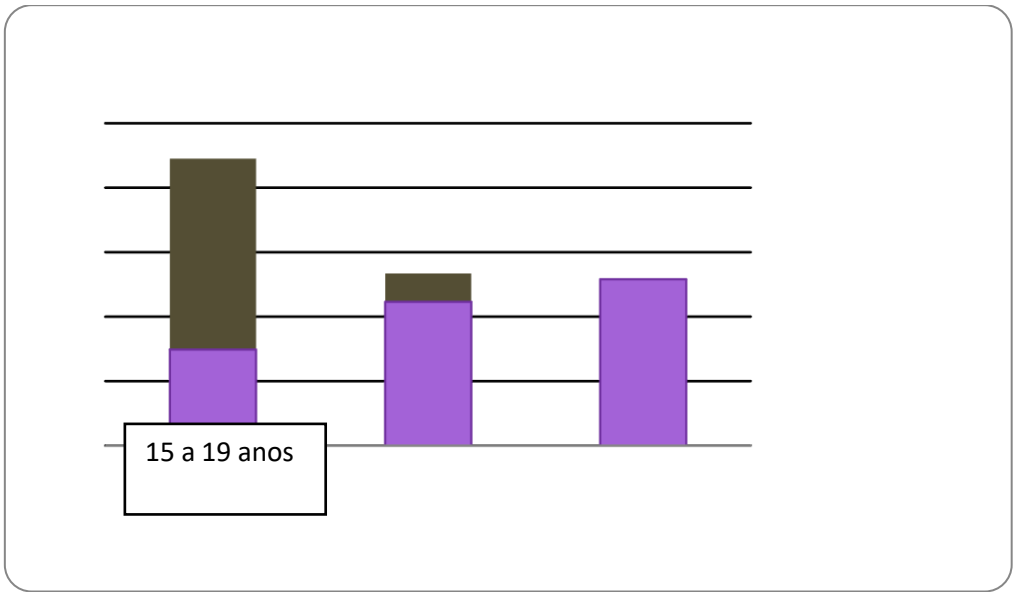
Fonte: Banco de dados IBGE - Censo demográfico - 2010/ Perímetro Urbano de Presidente Prudente

Ao analisarmos os relatos dos nossos sujeitos de pesquisa, aqueles que se declararam negros, expressando uma afirmação disso, também foram os mesmos que relatam terem passado por situações de discriminação racial, sobretudo, em ambiente de serviço e espaços de consumo. Estamos, assim, desenvolvendo um raciocínio de que, a medida que esses jovens passam a "usufruir" de distintos espaços na cidade, como atividade de trabalho, ensino e/ou lazer e consumo, como os *shopping centers*, muitas vezes, esses se veem diante da necessidade de colocar-se perante a sociedade, assumido para "si" e para os outros uma identidade de pertencimento, um posicionamento, este que, por sua vez, se dará na dimensão do próprio corpo negro, na dimensão de uma estética auto afirmativa.

No Gráfico 8, optamos por ilustrar o total de pessoas autodeclaradas negras (soma de pretos e pardos) por sexo e grupo etário. Entre os jovens de 15 a 19 anos, temos as mulheres que somam um total 2.749, contra um total de 3.045 de homens. Quando observamos o grupo de jovens de 20 a 24, esse quadro começa a se inverter, comum aumento gradual de mulheres autodeclaradas pretas e pardas, somando um total de 2.823 e uma diminuição entre os homens,

que agora somam 2.827. Já no terceiro conjunto etário, temos a inversão completa, as mulheres de 25 a 29 marcam um total de 2.858, contra 2.805 de homens, com um número maior de mulheres autodeclaradas pretas e pardas.

Gráfico 8. Comparação de Autodeclaração negra por sexo e faixa etária em Presidente Prudente - 2010



Fonte: Banco de dados IBGE - Censo demográfico – 2010

Neste gráfico optamos por colocar os dados dos jovens por sexo. Note que quando colocados juntos temos que o índice de autodeclaração das jovens negras é apontado como maiores em relação aos dos jovens do sexo masculino. Num primeiro momento poderíamos inferir que os dados deste gráfico negam as informações apresentadas anteriormente, porém, temos alguns pontos a apresentar nesse sentido.

A população jovem e masculina negra compreende hoje as maiores vítimas da violência urbana no Brasil, grande parte dos casos apresentam atos de violência registrados por policiais. Segundo o relatório “ Jovens do Brasil- Mapa da Violência (2014) ” no qual apresenta dados alarmantes.

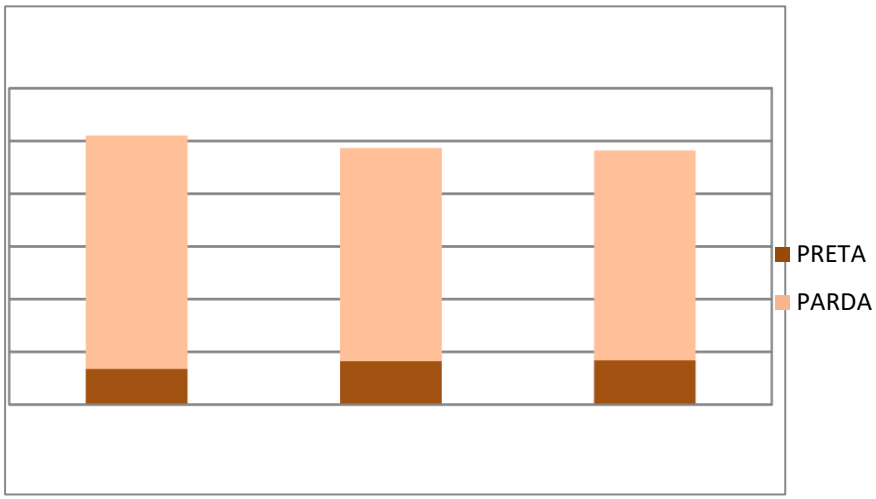
Nos últimos dez anos o governo brasileiro tem dado merecida atenção ao tema, isso é decorrente da pressão popular exercida pelos movimentos sociais. Outra questão importante é

apresentada no relatório “Mapa do encarceramento no Brasil” trabalho publicado em 2015 com apoio do Governo Federal.

Os dados apresentados nesses dois trabalhos indicam que os jovens negros de 15 a 29 anos compreendem as maiores taxas de homicídio do Brasil. De acordo com relatório as informações do “Sistema de Informação de Mortalidade(SIM)/DATAsus/ do Ministério da Saúde, mostram que mais da metade dos 56.337 mil mortos por homicídio eram jovens (27.471, equivalente a 52,63%) dos quais 77% negros e 93,30 do sexo masculino.

Os dados apresentam um panorama geral do embate que os jovens negros enfrentam. Não podemos dizer que este seja a única causa que podem ter contribuído ao desenho deste gráfico, para tal afirmação seria necessário um estudo particular ao município de Presidente Prudente. Neste sentido é possível dialogar com os dados gerais e com a indicação, segundo os relatórios apresentados de que a taxa de mortalidade e encarceramento juvenil negra é muito maior entre os meninos, isso pode sim inferir nos resultados apresentados anteriormente.

GRÁFICO 9. Comparação da população autodeclaração preta / parda por faixa etária Presidente Prudente - 2010



Fonte: Censo demográfico- IBGE-2010/ Perímetro Urbano de Presidente Prudente

Observe a maior proporção de jovens autodeclarados pardos nos três conjuntos etários. No conjunto de jovens entre 15 a19 anos, apenas 675 se autodeclaram pretos (as), enquanto que aqueles que se declararam pardos nessa mesma faixa etária somam um total de 5.105. Entre os

jovens de 20 a 24 anos, temos 823 deles que se autodeclaram pretos, contra 4.867 jovens declarados pardos. No último conjunto etário, de 25 a 29 anos, temos um total de 838 jovens autodeclarados pretos, enquanto que os pardos somam 4.821.

A dinâmica de autodeclaração se mantém. Temos uma maior representatividade dos jovens que se autodeclararam pardos. Porém, o conjunto de jovens autodeclarados pretos apresenta um progressivo aumento, mesmo que de maneira tímida, ao passo que a idade aumenta, enquanto dos jovens autodeclarados pardos apresenta uma queda, mas ainda continua com número muito mais elevados do que os autodeclarados pretos. Quais seriam as causas desse fenômeno?

Tal como salientamos anteriormente, acreditamos que o aumento na autodeclaração de pretos possa ser "uma tomada decisão" de identidade política. Nos últimos trinta anos, observamos a intensificação de ações que visam estabelecer políticas afirmativas, bem como fortalecer o debate racial no país. Essa arena de discussão tem ultrapassado barreiras físico territoriais, em decorrência da agilidade da comunicação e informação, que impulsionam as relações sociais a partir do desenvolvimento das técnicas (SANTOS, 1987). Esse processo é sem dúvida acompanhando por uma série de transformações do sujeito, na sua maneira de ler e enxergar o mundo, bem como de compreender a si mesmo em meio a essa sociedade de contradições. Se considerarmos que as pessoas não nascem negras, mas sim tornam-se, a partir de um processo de reconhecimento e autoafirmação, essa reflexão se faz coerente (MALACHIAS, 2008).

A identidade negra pode emergir de maneira conflituosa, sobretudo, pelo fato de "as identidades" não serem únicas e imutáveis, elas podem ser construídas e consolidadas e, posteriormente, fragmentarem-se ao longo da trajetória de vida do sujeito (HALL,1999). Nas considerações de Gomes (2008), compreender a identidade negra no Brasil requer considerá-la não somente em sua dimensão subjetiva e simbólica, mas, sobretudo, no seu sentido político, como sendo uma tomada de consciência de um segmento étnico/racial excluído da participação integral na sociedade.

Munanga (2004) aponta para a importância do debate acerca da valorização do povo negro na sociedade brasileira. O autor discorre sobre a importância dos trabalhos desenvolvidos por grupos politicamente organizados, sejam estes através da valorização cultural étnica negra, ou por ações diretas e indiretas das políticas de ações afirmativas.

> Consciente de que a discriminação da qual negros e mestiços são vítimas apesar da "mistura do sangue", não é apenas uma questão econômica que atinge todos os pobres da sociedade, mas sim resultante de uma discriminação racial camuflada durante muitos anos, o Movimento Negro vem tentando conscientizar negros e mestiços em torno da mesma identidade através do conceito "negro" inspirado no "black" norte-americano. Trata-se, sem dúvidas, de uma definição política embasada na divisão birracial ou bipolar norte-americana, e não biológica. Essa divisão é uma tentativa que já tem cerca de trinta anos e remonta a fundação do Movimento Negro Unificado, que tem uma proposta política clara de construir a solidariedade e a identidade dos excluídos pelo racismo à brasileira (MUNANGA, 2004, p. 53).

Ao longo deste estudo, não identificamos em Presidente Prudente um movimento político negro forte e organizado, com profundo debate acerca da questão étnico racial, que pudesse ser um território de afirmação da identidade negra, porém, as ações e conquistas do Movimento Negro Unificado, nos últimos trinta anos, ultrapassaram os limites de um determinado Estado ou região. Tais ações resultaram num conjunto de medidas que tiveram desdobramentos com tamanha dimensão. Uma delas foi a conquista da aprovação da Lei 10.639/03.

O reconhecimento da existência de racismo no Brasil e a ampliação da discussão têm contribuído para dar visibilidade à questão. A busca pela valorização cultural negra em espaços midiáticos, educacionais e culturais possivelmente é um dos responsáveis pelo aumento gradual daqueles que se declararam negros (pretos e pardos) nos últimos levantamentos censitários. De acordo com os apontamentos do IPEA (2010), resultado disso é o fato de, pela primeira vez na história do país, este ter sido considerado um país de maioria negra, apresentado 51% da população nacional no conjunto de pretos e pardos.

Em Presidente Prudente, ao identificarmos os lugares de maior concentração da população negra, passamos a investigar como, e se, os jovens negros e negras construíam algum tipo de território de identificação étnica negra, que tivesse um papel importante na forma como estes elaboram suas leituras de mundo e de si mesmos, ou seja, na forma como estes constroem suas identidades. Buscávamos assim, identificar os espaços apropriados pela juventude negra e identificar se nestes as práticas de sociabilidade, no tempo livre, eram também práticas

afirmativas de uma identidade negra.

Em nossas incursões a campo fizemos uma série de visitas a espaços abertos, como praças, parques, bares, rodas de capoeira e atividades ligadas ao movimento Hip-Hop[23], sobretudo aquelas ligadas ao rap, tentando, assim, identificar possíveis territórios e territorialidades de afirmação negra em Presidente Prudente.

A apreensão sobre o território empregada neste trabalho consiste primeiramente em entender este como sendo definido e delimitado por e a partir das relações de poder, Souza (2005). Estamos partindo do pressuposto de que ocorra uma disputa constante pelo território esse "poder" é aqui entendido como busca pelo direito ao espaço e consequente ao direito de possuir uma territorialidade. É preciso ter em mente que "*os territórios são antes de tudo relações sociais projetadas no espaço*" (SOUZA, 2005), essas relações adquirem assim uma materialidade espacial e temporal que aos poucos se constituem em identidade geográfica e social de um determinado grupo, num determinado tempo e espaço geográfico. (HAESBERT, 2004)

O território é um tipo de prática de espaço, demarcado por uma apropriação de certa parcela deste por um grupo que ali estabelece uma identificação interna e uma diferenciação em relação ao exterior. Trata-se, portanto, de um espaço de apropriação, tanto no sentido simbólico, quanto no sentido político. No território, temos a demarcação de relações de poder, seja internamente, pelo estabelecimento de formas de ser, falar, agir, constituído sobremaneira, pela identidade cultural, seja externamente, em que a relação com o exterior é mediada pelo contato a partir de fronteiras.

A territorialidade, além de incorporar uma dimensão mais estritamente política, diz respeito também às relações econômicas e culturais, pois essa está intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam o espaço apropriado, como elas próprias se organizam no espaço e como elas lhes dão significado (HAESBAERT, 2004, p. 22). Neste sentido, a territorialidade, pelo menos como nós a estamos entendendo aqui, é uma relação em que temos a marcada presença de uma dimensão política e cultural, espraiada num dado espaço, uma relação que funda territórios.

[23]O movimento Hip-Hop é aqui apresentado como uma forma de manifestação cultural política negra na contemporaneidade. Desse modo, esse pode ser também lido como uma forma de construção política de identidade negra – ainda que não exclusivamente (SANTOS, 2010).

As práticas culturais desempenhadas por jovens negros na cidade de Presidente Prudente não apresentaram um caráter tão explícito de "apropriação positiva" e demarcação territorial, temporal e simbólica de certos espaços. Identificamos espaços, como o Parque do Povo, principal espaço público da cidade, em que é grande a presença de jovens pretos e pardos, compondo seus grupos de sociabilidade, sem que estes tivessem uma clara conotação de afirmação de uma identidade negra, nos critérios estabelecidos neste trabalho.

Numa das visitas a campo em um evento de rappers, realizado na Praça 9 de Julho, no centro de Presidente Prudente, organizado por jovens da cidade e região, foi possível realizar conversas informais com jovens MC's. Em uma das conversas o MC[24] relatou a importância da existência desses espaços culturais de identificação, argumentando que a prática cultural do rap brasileiro é uma forma de resistência étnica negra.

Em nosso diálogo, foi debatida a importância daquele espaço para a difusão da cultura e do Movimento Rap em Presidente Prudente. Ao que ele respondeu ser este um espaço de suma importância, pois dá visibilidade ao pensamento de vários "*parceiros*", sendo este um "*espaço de resistência da cultura"*. Afirmou que, apesar da importância do espaço concreto, ou seja, da realização daquela atividade, a resistência não é apenas ali, mas sim no dia a dia de cada um que compõem a atividade. "*A responsabilidade e resistência tem que ser também no cotidiano*", afirmou[25].

Outro ponto salientado veementemente nesses espaços foi quanto as dificuldades em manter tal prática, sobretudo, devido aos enfrentamentos com a polícia e a "*mentalidade conservadora e racista*" da sociedade Prudentina. Outras atividades de origem cultural negra ocorreram de maneira esporádica, mas não de modo a consolidar um território de referência para a juventude negra local. Território, como argumenta Souza (2005), exige uma prática que se repete ao longo do tempo, que, mesmo sendo constituído apenas pelo encontro dos sujeitos em interação, e apenas possuir uma durabilidade enquanto durar o encontro, este deve ser cíclico, recorrente, para se tornar uma referência duradoura no tempo-espaço.

Ao identificarmos a não existência de um território negro, politicamente demarcado, em Presidente Prudente, somado às dificuldades em encontrarmos jovens negros reunidos em

[24]Rapper D.reside em Alvares Machado–SP, cidade de pequeno porte que faz divisa com a cidade de Presidente Prudente. É Mc e escritor.

[25] Este diálogo, assim como todos os relatos e descrições dos trabalhos de campo de observação e conversas informais encontram-se registrados no diário de campo, que hoje é uma das nossas fontes de consulta.

grupos de demarcação étnica, optamos por fazer uso do levantamento anteriormente elaborado, acerca da distribuição espacial da população negra em Presidente Prudente e abordar estes jovens no seu local de moradia. Acreditávamos que, se não havia territórios afirmativos à escala da cidade, talvez estes pudessem ser encontrados nos bairros, nas ruas, esquinas, escolas. O nosso mapeamento identificou como as áreas de maior concentração da população autodeclarada negra, as zonas leste, oeste e sudoeste da cidade.

Baseados no material elaborado, assim como dos relatos obtidos nas atividades em campo, dirigimo-nos a zona leste da cidade, uma das áreas com altos indicadores da presença de pretos e pardos, dentre as áreas delimitadas para o estudo. A necessidade em dialogar com os jovens fez com que buscássemos a escola do bairro, que atendesse a maior quantidade de alunos em idade de 15 a 19 anos, para que assim pudéssemos estabelecer o diálogo acerca das nossas inquietações. Ao abordarmos os jovens negros na escola, deparamo-nos com as complexidades das relações ali existentes, tanto aquelas relacionadas às relações étnico raciais, como as de gênero, homoafetividade, violência, dentre outros assuntos.

Nossa intervenção na escola consistiu em possibilitar o diálogo a respeito dos temas presentes em nosso trabalho. Preocupamo-nos em "naturalizar" nossa presença no ambiente escolar, com a finalidade de obter melhores resultados. Nossa atividade foi desenvolvida a partir da metodologia de grupo focal[26].

Naquilo que tange a discussão acerca da identidade negra dos jovens, isso apareceu de forma muito sútil. Muitos dos meninos e meninas, mesmo sendo negros socialmente reconhecidos, apresentavam-se como "moreninho", "moreno", como podemos observar neste relato descrito abaixo:

(EH[27]):*"eu sou baixinho, sou moreno, gosto de jogar bola. Minha vida é jogar bola! Gosto de sair, as vezes... Não sou inteligente (risos), não gosto de ler e também tenho 5 irmãos, contando comigo, ah, (risos) gosto de música, algumas, sertanejo, pagode, rap, sei lá..."*

(EM): "Eu tenho um 1,55 cm, eu sou baixinha, sou morenaaa, parda éé... sou gordinha, tenho o cabelo cacheado, é minha boca não é muito grande, nem muito pequena, sou legal, eu uso óculos,

[26] A reflexão metodológica, bem como a forma como conduzimos os grupos focais na escola já foramapresentadas na introdução.

[27]A identificação dos sujeitos da pesquisa será preservada. Assim as siglas (EH) referem-se ao estudante homem e a (EM) a estudante mulher.

mas bem de vez em quando. E eu gosto de... Gosto de ler e gosto de dançar hip-hop e eu não tenho cachorro, tenho papagaio e gosto de bicho."

Nos dois casos apresentados, temos jovens negros, socialmente reconhecidos. No primeiro relato, o jovem, morador da periferia urbana de Presidente Prudente, ao se autodescrever e falar de suas possíveis qualidades, expressa o desejo de ser jogador de futebol – "*gosto dejogar bola*", "*é o que sei fazer*". Ao mesmo tempo, esse jovem declara não se achar inteligente e/ou possuir outras qualidades. No segundo relato, mesmo afirmando que gosta de ler e dançar hip-hop, nenhuma das atividades fez com que lançasse um olhar mais politizado e afirmativo sobre sua condição de negra socialmente reconhecida. Ao se descrever, enfatiza suas qualidades, mas ao se remeter a questão da cor da pele, ficou nítida a cautela.

Poucos foram os casos em que os jovens integrantes da pesquisa demonstraram uma afirmação de identidade negra de forma explícita e positiva. Em outros casos, o relato vinha acompanhando pelo estigma do corpo, cabelo e cor da pele, por vezes, essas três características apresentavam-se de maneira conjunta, contribuindo para a não construção valorizada da identidade desses sujeitos.

(EM) *"Vixi Maria [risos] há... Eu tenho 1,64, sou negona né, arrazou [expressão com ênfase, e com ar de quem gosta sim da sua cor "SOU NEGONA"]. Meus cabelos são ruins [gargalhadas dela e das outras meninas na sala], são crespos, mas com aqueles alisamentos, mas ele é indefinido, meu nariz ele é meio grande... com fino assim, lábios grandes, sorriso branco"*

No relato de outra jovem, também socialmente reconhecida como negra, ficou visível a dificuldade em discorrer sobre si, os ombros curvados e expressão marcada por certo incômodo apontavam para a complexidade dos temas abordados em nossa pesquisa e como estes tocavam os/as jovens colaboradores nos grupos focais.

> *(EM1) "É, eu tenho 1,56, gosto muito de música, de hip-hop, uso aparelho, e usava óculos... eeu tenho um cachorro, gosto muito dele....."*

Nosso intuito na etapa de autodescrição, era observar se esses jovens,na leitura que fazem de si mesmos, acionam o referente étnico como elemento importante da sua identificação. Nosso propósito era identificar se os "registros" faciais, corporais e culturais eram apresentados de modo valorizado. Esses "registros", cor da pele, cabelo, nariz, lábios e corpo são, muitas vezes, utilizados como elementos pelos quais estes jovens são identificados socialmente como negros e também como símbolos pelos quais lhes é atribuída sua inferioridade racial, em situações de racismo. Na construção racializada da nossa sociedade, os

atributo fenótipos europeus são valorizados, enquanto aqueles relacionadas aos negros são vistos como negativos e feios.

> O cabelo do negro, visto como "ruim", é expressão do racismo e das desigualdades raciais que recai sobre esse sujeito. Ver o cabelo do negro como "ruim" e do branco como o bom, expressa um conflito. Por isso, mudar o cabelo, pode significar a tentativa do negro de sair do lugar de inferioridade ou a introjeção deste. Pode ainda apresentar um sentimento de autonomia, expresso nas formas ousadas e criativas de arrumar o cabelo (GOMES, 2008, p. 03).

Assim, as respostas que obtivemos nos permitem inferir que os/as jovens colaboradores da pesquisa têm introjetado em si o racismo. O que nos leva a questionar o papel da escola e dos educadores, no diz respeito a ofertar um ensino livre das amarras racistas que perduram até os dias atuais.

Contudo, num segundo momento dos grupos focais, quando explicitamente colocamos a questão do racismo na sociedade brasileira em discussão, os meninos e meninas se mostraram muito abertos ao auto reconhecimento, discorrendo sobre o modo como o racismo se materializa em seus cotidianos particulares. Realizaram conexões com os espaços nos quais se sentiam oprimidos racialmente. Alguns, inclusive apresentaram relatos de experiências de racismo que sofreram em diversos contextos, sobretudo na escola.

(EM) "Eu já passei por isso na sorveteria também..."Nossa"... EU NUNCA MAIS VOLTEI, eu fiquei sentida, eu nunca mais voltei, eu fui né, fui lá comprei o sorvete, daí deu vontade de comer outro né, lógico! E ai, tipo você vai, você paga e eles te dão um ticket, vai lá aonde serve o sorvete e dá o ticket, e o moço que me atendeu, ele olhou assim... Tava eu e minha patroa, né, ela Branca, daí o dela ele não pediu o ticket... e o meu... ele simplesmente olhou pra mim e falou... CADÊ SEU TICKET" e pra mim, eu vi como um preconceito sabe.. Porque pra ela, ele não pediu e pra mim ele pediu? Como se... Aí depois disso eu nem voltei mais."

Esta mesma jovem descreveu outras situações de discriminação sofridas na cidade, como num supermercado, em que a caixa perguntou a sua mãe se a conhecida, visto que ela empacotava a compra que a mãe tinha acabado de fazer. A jovem descreveu isto como se, por ser negra, estivesse sendo colocada sob suspeita. Estes relatos, por vezes, mesmo que elaborados de forma ainda não muito articulada e sem uma carga de crítica social explícita, indicam que esses meninos e meninas negros/as têm uma ideia do que seja racismo,

discriminação e preconceito, porque eles sentem isso cotidianamente, em diversos espaços da cidade.

Ao questioná-los quanto as formas como o racismo se manifestava, muitos deles apontaram situação como a procura pelo primeiro emprego, ou no próprio ambiente de trabalho, no ambiente escolar, através de "piadas" carregadas de estigmas racistas,em espaços comerciais na cidade, grandes lojas, *shopping centers* e redes de supermercados. Segundo as considerações de Dahia (2007, p.697-698), o racismo apresentado de forma "sútil" e "jocosa" é muito comum no Brasil. O riso atua como uma espécie de mediador entre duas realidades distintas - o psíquico e o social, o consciente e o inconsciente, o sério e o jocoso –, a expressão do riso seria capaz de articular tais ações de forma a contribuir para o encobrimento e consolidação do racismo vigente no país.

Considerando os apontamentos da autora e os relatos apresentados, observamos que o ambiente escolar pode vir a ser um dos espaços de tensões e conflitos de ordem racial. Em nossa atividade relatos como os apresentados abaixo apareceram mais de uma vez:

(Espaço de diálogo[28])

Mediador: e esse tipo de atitude, né, está em todos os lugares? Inclusive aqui na escola?

(EM): é na escola, tem bastante...

Mediador: como que vocês sentem isso aqui na escola, por exemplo?

(EM): ah, pela "zoação", já... "ôh neguinha, ôh gordinha"...

(EM): eu tento levar um pouco na brincadeira, aqui ainda é amigo, vão levar na brincadeira, mas alguma coisa deve ter ofendido, do que foi dito...

(EM): do que o povo fala mais é sobre o cabelo: "cabelo de progressiva, cabelo duro, cabelo não sei o que..."

Este trabalho nos possibilitou tocar "numa ferida" da sociedade brasileira, a nosso ver, isso tem proporcionado reflexões profundas à respeito das marcas deixadas pelo racismo vivenciado por esses jovens ao longo de suas trajetórias. Ler essa ferida a partir das considerações desses meninos e meninas foi, sem dúvida, singular. "Ler" esses jovens como

[28]Ao final das atividades do grupo focal abrimos espaço para alguns diálogos específicos e questões que os participantes quisessem fazer. Definimos este momento de "Espaço de diálogo- Ed".

sujeitos sociais, tal como salienta Dayrell (2007), não se reduziu à uma opção teórica. Diz respeito a uma postura metodológica e ética e, acrescentaríamos, a uma postura política.

Ao propormos a discussão sobre o território, este não se mostrou presente, enquanto espaço de afirmação identitária. A pesquisa evidenciou que os jovens e as jovens colaboradores dos grupos focais não participam, nem constituem, em suas práticas de sociabilidade, territórios em que as questões étnico raciais fossem problematizadas e onde a identidade negra fosse politizada. As aglomerações de jovens negros pela cidade de Presidente Prudente não apresentaram tal fundamento. As ocupações nas áreas de lazer se dão pelo desejo de vivenciar aquele espaço enquanto jovens, como uma prática de lazer e fruição e não como uma prática política de afirmação étnica.

Porém, algo que se fez presente, tanto no levantamento bibliográfico, quanto nos relatos dos jovens, foi a dimensão espacial das relações raciais e da prática do racismo. De modo geral, nosso trabalho obteve grande participação de meninas negras. Os relatos acerca da materialização do racismo no corpo e no espaço urbano, as formas como essas jovens vivenciam as suas "juventudes" e o processo de construção das identidades, em especial a identidade negra, nos incitou a novas reflexões.

O suposto desinteresse dos meninos também foi algo que nos causou inquietação. Nas visitas a escola, era perceptível a maneira como eles tentavam desviar do assunto. As atitudes apareciam como pouca disposição em debater os temas propostos. Muitos daqueles que participaram não o fizeram de fato, percebíamos que o desejo em participar era apenas pelo motivo de estarem fora da sala de aula. Este fato também contribuiu para nossa reflexão a respeito da presença do racismo no ambiente escolar, é sabido que meninos e meninas negras/(os) lidam com a questão cotidianamente, mas de formas diferentes.

Observamos que, em alguns casos, ao entrarmos na sala de aula, para fazer o convite aos alunos, muitos dos negros presentes se sentiam constrangidos, desviavam o olhar. A pressão dos colegas para com esses alunos socialmente reconhecidos como negros fazia da participação deste na pesquisa quase que uma obrigação. Porém, isso causou o processo inverso. Talvez tivéssemos que pensar outra metodologia de trabalho, essa "fuga" é compreensível, a proposta do nosso trabalho causava inquietação e desconforto, sobretudo, àqueles diretamente envolvidos com o assunto.

Por fim, há que se colocar, mais uma vez, a complexidade dos assuntos tratados neste estudo. Para muitos jovens negros/as, falar de si é um processo doloroso. Acreditamos que essa foi uma das dificuldades em conseguir que mais jovens negros/as participassem da pesquisa, ao passo que esta atraiu, como curiosos, jovens brancas/as.

Observamos que meninos e meninas negros lidam com as questões presentes na pesquisa de maneiras distintas. Notamos que para as jovens negras, as implicações da "cor e cabelo" atuam de forma mais conflituosa, visto que na nossa sociedade, ainda marcadamente machista, os cuidados estéticos são uma forma de aceitação social. A construção negativa da estética negra contribui para a naturalização da baixa autoestima dessas jovens. Tais percepções nos fizeram indagar quanto a questão da materialização do racismo no corpo e espaço urbano como uma questão de gênero e quanto às espacialidades desses sujeitos, incorrendo assim em novos elementos a serem estudados.

Cabe lembrar que, ao optarmos por acessar os/as jovens negras/os a partir da escola, dialogamos com aqueles entre 14 e 19 anos. A escola não nos permitiu ter acesso aos jovens das duas outras faixas etárias que trabalhamos pelos dados do IBGE. Assim, nossa hipótese de que a construção de identidade negra afirmativa é algo gradativo e que se fortalece com a idade, no sentido de que a pessoa não nasce negra, mas se torna, ainda precisa de mais elementos para ser confirmada ou não. Acreditamos que com maior idade, maior autonomia de acessar espaços e tempos da cidade, com o ingresso, ou não nas universidades e/ou no mercado de trabalho, com as próprias experiências de racismo, que vão se acumulando na trajetória desses sujeitos, teríamos a imposição da necessidade de afirmação identitária.

As meninas e meninos negros/as que colaboraram com a pesquisa lidam com várias nuances do racismo à brasileira. As práticas sociais racializadas marcam corpo, a mente e o espaço geográfico, muitas vezes interferindo de maneira corrosiva nas identidades desses sujeitos. Contudo, seus espaços formativos e educativos[29] não têm se configurado, até o momento de vida em que se encontram, como lócus de construção de afirmação cultural. Temos alguns apontamentos que podem sustentar novas reflexões. É necessário amadurecermos a discussão acerca da materialização do racismo no corpo e no espaço geográfico, para tanto,

[29] Entendemos como espaços educativos todos os espaços de socialização de crianças e jovens, seja a família, a escola, mas também a igreja, a rua, o grupo de amigos, os grupos de discussão, as rodas de capoeira, grupos de rap, enfim, todos os espaços de interação social são possíveis de serem espaços formativos.

pensamos em focar na questão de gênero, aliada à etnia e espacialidade. Proposta que desenvolveremos no próximo item.

III. II - Sou o que sou, porque nós somos: Ubuntu

Ubuntu, palavra de origem Bantu. A linguagem iorubana, assim como o Bantu, é uma das contribuições deixadas dos povos africanos na língua portuguesa (MUNANGA, 2009, p. 92). O "Bantu" configura grande parte das principais linguagens que marcaram os povos de origem africana no Brasil. Ubuntu significa "Sou o que o sou porque nós somos". Carrega consigo a mensagem de coletividade. Exalta a necessidade da partilha para o avanço de uma comunidade. Assim, estamos lendo o Movimento hip-hop a partir da ideia de Ubuntu. Não é possível pensar essa manifestação de raízes negras, sem pensarmos na coletividade e na sociabilidade dos sujeitos neles envolvidos. Assim, nós somos Ubuntu. O Hip-Hop é Ubuntu.

Essa manifestação cultural, social e política marca até hoje contornos específicos nas cidades brasileiras, orquestrada por jovens postos, muitas vezes, na condição de marginalidade. O movimento constitui espaços de lazer e diversão, mas também, em certa medida, espaços de valorização de uma identidade negra. O movimento Hip Hop é sem dúvida um movimento que "se faz junto" e de caráter criativo e crítico.

O movimento Hip-Hop surgiu em meados da década de 1960, nos Estados Unidos. O principal caráter desse movimento era contestar as ordens e normativas que legitimavam a discriminação racial. Essa contestação se dá por intermédio da palavra. No Brasil, essa manifestação ganha espaço a partir dos finais dos 1970 e início dos anos 1980, quando temos um denso processo social e político. Vivenciávamos o processo de redemocratização do Brasil.

> O Hip-Hop é o Movimento construído através de anseios vivenciados por grupos socialmente e racialmente excluídos de seus direitos, tendo em sua cultura uma estrutura que causa entretenimento dessa classe, ao mesmo tempo garante a oportunidade de expor seus pensamentos expressados na mais pura arte afro-periférica. Sua estrutura possui 4 elementos e se falta alguns deles em qualquer atividade se descaracteriza o conceito de Hip-Hop pois cada elemento tem a sua importância e o conjunto deles que se torna verídico a manifestação periférica

conhecida por HIP-HOP .(HÔNERE- Disponível em: >http://possehausa.blogspot.com.br/<)

Essa manifestação em Presidente Prudente possui a particularidade de uma cidade média. Já observamos que esta cidade, em partes, reproduz as mazelas e as referências culturais evidentes nos grandes centros urbanos, mas com os recursos e com a escala de uma cidade de porte médio. Ao longo do nosso trajeto de pesquisa, deparemo-nos com jovens, em sua maioria negros, integrantes desse movimento a partir da música Rap.

Nas palavras dos integrantes do grupo musical YoloRap[30], "O Hip-Hop não só é um estilo musical. No caso, por ser um estilo de música que traz na voz, a favela, acaba sendo aquilo que te salva".

O movimento hip-hop é parte importante da história de muitos dos jovens moradores de periferia. Para estes, o movimento, sem dúvida, oferece a possibilidade de envolvimento com outras manifestações. É poder se expressar, bem como, expor a maneira como leem e interpretam a realidade vivida.

O movimento é composto basicamente por quatro elementos. Graffite - desenhos, Dança-break, Rap que é o estilo de música, e os Mc's, e Dj's, aqueles que cantam as rimas na sonoridade do Rap. Para o Rapper, é a música Rap aquilo que dá os contornos necessários ao movimento. O graffite, break, Dj's e Mc's, de maneira isolada, são expressões artísticas. Quando temos a junção desses, temos o movimento Hip-Hop. A esse movimento de união estamos atrelando a ideia de Ubuntu.

Essas manifestações têm oferecido novos contornos aos espaços da cidade. Assim, o Hip-Hop é a possibilidade de transformação social, mas também é amor.

"É mais que um gênero musical. Muito mais. O rap é (..). É amplo falar de Rap (Risos). O Rap é hino, são vidas e ideologias que, fazem você olhar de outra forma, pensar de outra forma. O Rap faz você ter coragem para enfrentar os problemas, enaltece essa raça, enaltece você. O

[30] A passagem descrita foi obtida após entrevista com um dos integrantes do grupo YoloRap. A entrevista ocorreu em maio de 2015 e foi realizada no Parque do Povo – área central de lazer público na cidade.

Rap é forte, é marrento como eu fui, mas também é amor. (Risos)"

Essa expressão artística cultural tem sido a forma que muitos desses jovens têm encontrado para falar de suas vivências, ou apenas apropriar dos espaços objetivando o lazer, a diversão, assim como a contestação social. É uma forma de existir no espaço urbano. Independentemente da carga posta a este segmento sociocultural, que consiste no movimento Hip-Hop, os espaços constituídos por jovens envolvidos em tais manifestações são uma demarcação de espacialidade juvenil, em busca de visibilidade e formas de resistência.

III.III - Meninas-mulheres negras e espaço geográfico

Quando me descobri menina mulher e negra

Venho através deste texto relatar sobre minha infância e adolescência como menina negra. Cresci em uma sociedade racista, onde o branco é exaltado, sempre o mais bonito, mais capacitado, mais digno de bons cargos de emprego, e o negro sempre o menos favorecido em todos os aspectos. Os padrões de beleza sempre ditaram que a pele clara e os cabelos lisos são os mais bonitos. Os personagens sempre brancos, as princesas todas brancas com seus príncipes encantados brancos. Observando tudo isso, eu fui mais uma criança negra a render-se aos padrões de beleza e branqueamento impostos. Aos 9 anos decidi alisar meu cabelo, afinal, eu queria ser aceita e ser como as outras meninas da escola, eu não gostava de me expor ao sol, não ia á clubes, pois o medo de ficar com a pele mais escura tomava conta de mim. Eu queria ser branca! O tempo foi passando, eu me tornei uma adolescente e com as mesmas ideias de que era uma 'menina branca'. Ouvia músicas de cantores brancos, meus ídolos eram todos brancos, me enturmava com pessoas brancas. Até que no dia 20 de novembro de 2014, através de um passeio de escola, participei de um seminário do dia da consciência negra, realizado pelo 'Coletivo Mãos Negras'. Os filmes passados no dia, os debates, cada palavra do pessoal do coletivo entrava pelo meu subconsciente e me fazia refletir, foi naquele dia em que me reconheci! Minha visão e minha mente foram abertas. Sai daquele lugar com uma vontade enorme de assumir minhas raízes e gritar "eu sou negra!" Foi o início da construção da minha

identidade. Passei a observar e apreciar meus traços de negra. Desde então, procuro alimentar meus conhecimentos sobre minhas origens, leio livros a respeito da luta do meu povo, ouço músicas cantadas pelos negros. Hoje em dia, tenho orgulho do meu cabelo crespo, minha coroa natural, símbolo de resistência! Tenho orgulho dos meus traços e em cada lugar que vou levo meu brilho de negra! Tenho orgulho de ser descendente de Zumbi! Orgulho de ser quem eu sou!.. O som que toca no meu fone é James Brown, Nina Simone, o soul, o jazz, o hip hop, a negritude sempre presente. Busco aprender sobre meus ancestrais, minha cultura, cultivar minhas raízes! EU, MULHER NEGRA, RESISTO!

Relato de N.M., 16 anos, moradora do Jardim Prudentino, estudante da rede pública de ensino de Presidente Prudente (participante da pesquisa.

Ao propor falar sobre as questões de gênero e raça, como um conjunto de elementos interseccionais de opressão, debruçamo-nos num debate um tanto quanto difícil e, ao mesmo tempo, repleto de possibilidades naquilo que diz respeito ao amadurecimento social, político e intelectual da pesquisa e dos sujeitos nela envolvidos.

A partir deste momento, é inevitável que nos coloquemos como parte do problema que estamos estudando, de modo que o tom do relato que se segue será mais pessoal, pois também uma reflexão sobre a trajetória de vida desta autora que aqui fala. Por isto, vamos empregar a primeira pessoa do singular, em alguns momentos, como forma de evidenciar o quão esta construção está permeada de subjetividade e pessoalidade.

Ao nos deparar com a necessidade de falar em gênero e raça, indaguei quanto ao caráter intimista e pessoal que o tema sugere. Tocar nesses elementos ultrapassaram os limites de uma pesquisa teórica e mesclaram-se com aspectos de uma vivencia familiar, em que ser jovem, mulher, negra e periférica nos coloca muitas vezes sob o julgo de uma sociedade heteronormativa, racista e desigual. Talvez isso ocorra porque quase sempre não paramos para refletir sobre nós, sobre nossas trajetórias de vida, assim como, buscar entender o quanto os espaços que ocupamos, ou que disputamos, influenciam diretamente na nossa construção social, política e intelectual enquanto meninas/mulheres negras, postas numa condição desigual de classe, raça e gênero.

Assim, não seria possível dar início a essa reflexão sem, ao menos, apontar algumas ressalvas quanto à condição inicial de meninas/mulheres negras vindas da diáspora e quanto à construção social a elas atribuída em nosso país. Sem isso, continuaríamos sem saber quem foram algumas das inúmeras mulheres negras que nos ofertaram um passado carregado de luta e resistência. As estórias dessas mulheres não nos foram apresentadas. Foram séculos de luta e resistência. Hoje, muitas de nós, mesmo sem tê-las conhecido, estamos continuando seus passos, numa tentativa de desconstruir a condição marginal do processo de formação social brasileiro. Caso optasse por outro caminho, estaria negando uma história particular, e uma geografia coletiva.

Acreditamos que é amplamente conhecida a história de Zumbi dos Palmares, líder negro símbolo de luta e resistência negra ancestral. Já discorremos sobre sua trajetória nas páginas anteriores. Mas, Teresa do Quariterê, Chica da Silva, com "Ch", Luiza Mahin, Laudelina de Campos Mello,Beatriz Nascimentoe tantas outras mulheres, que grafaram com atos de resistência e suas trajetórias, caíram numa invisibilidade histórica e social, decorrente das normativas heterossexuais, racistas e patriarcais, que orientam nossas relações sociais. Cabe aqui uma tentativa de contribuir para a desconstrução dessas amarras e voltarmos a nós mesmos, a elas e a tantas meninas/mulheres negras.

Primeiramente, gostaríamos de "escurecer" o porquê usaremos a expressão "meninas-mulheres negras". Talvez, algumas delas (ou mesmo vocês, que estão lendo este trabalho) irão reconhecer-se nessas palavras facilmente. Mas para aqueles/as que estão a parte desse cotidiano experienciado por nós, jovens negras, oriundas das classes sociais mais baixas, a explicação faz-se necessária.

Ao sentir a necessidade em falar sobre nós, busquei na memória o momento em que havia me tornado uma mulher e negra. Entendi que essa tomada de decisão não tinha sido fácil. Muitas vezes, tornamo-nos mulheres antes mesmo de saber o que isso significa. Tornamo-nos negras a medida que lidados em nosso cotidiano com as variadas formas de discriminação racial. Porém, por vezes é difícil compreender o nó interseccional que esses acúmulos de opressão acarretam a esses sujeitos. Assim, quando nos damos conta de nossa condição desigual aos olhos da sociedade é quando nos posicionamos frente a ela, pronto, você se vê mulher e negra. Porém, para que pudesse entender esse processo, fora necessário entender as exigências e implicações das dificuldades vividas nesse conjunto interseccional de identidade, tal como sugerido por Silva (2009). Percursos e trajetórias adversas são vivenciados por jovens negras,

que ora estão marginalizadas pela sua condição de mulher, ora por sua condição de negra, ora por ambas, ora por referências sobre a sexualidade, padrões de beleza, condição de classe e tantos outros referentes estigmatizadores.

Grande parte das mulheres negras que conhecemos hoje, sobretudo, aquelas das classes sociais baixas, foram filhas, mães e esposas, antes mesmo de serem negras (no sentido de afirmarem-se como tal). Algumas meninas que se viram obrigadas a tornaram-se mulheres ainda crianças. A necessidade em cuidar dos irmãos, cozinhar e os cuidados com a casa, com o intuito de apoio essencial a família, muitas vezes na representação única da mãe-mulher chefe de família, configuram o cotidiano de muitas dessas jovens.

Este "desenho social" faz parte integrante da história de muitas meninas/mulheres negras. Seus percursos nas limitações do bairro não se restringem apenas as brincadeiras de ruas e ao "brincar de casinha". Essas brincadeiras são vividas no cotidiano real dessas meninas/mulheres. São sim, meninas/mulheres. Meninas quando podem e mulheres desde sempre. Não que elas assim o quisessem, mas é assim que muitas de nós aprendemos a nos tornar mulheres.

Talvez essa apreensão tome consistência aos olhos de muitos, quando tomar conhecimento do passado. Como poderíamos pensar as múltiplas vivências sociais e espaciais dessas jovens meninas/mulheres negras, sem conhecermos parte do nosso legado cultural étnico feminino ancestral? Para isso, decidimos falar um pouco de algumas mulheres negras que nos possibilitaram a continuidade dos nossos passos em busca da desconstrução social da invisibilidade da mulher negra, dentro do debate étnico racial. Buscamos colocar essas mulheres, líderes, no foco da discussão. Buscamos meninas/mulheres de outrora, para que as jovens de agora possam avançar em seu estágio de afirmação social e construção de uma identidade negra. Para isso, nós utilizaremos das considerações de Schumaher; Vital Brazil (1998) e Anjos (2010), ambas estudiosas da temática, numa perspectiva histórica.

O processo de negação ao qual muitas de nós estamos submersas apresenta suas origens em outros tempos e espaços, marcado por nosso passado colonial escravocrata. As jovens sequestradas de diversas regiões do continente africano chegaram ao Brasil colonial como muitos dos negros que aqui fizeram morada, nos grandes tumbeiros dos navios negreiros. Segundo Schumaher; Vital Brazil (1998), dentre os grupos escravizados, as mulheres correspondiam a uma média geral de 20% inferior aos dos homens transportados. Eram

destinadas a procriação de mais escravos, além do trabalho servil. Em registros históricos apresentados pela autora, as correspondências entre escravocratas e negociantes denunciavam o perfil dos negros prioritário neste negócio desumano.

> Pelas correspondências comerciais trocadas entre os escravocratas e negociantes, é possível deduzir o tipo de cativo mais desejado: os "moleques" ou "molecões", sem ou com pouca barba. Quando não era possível "comprá-los", optavam por "molecas" de "peito em pé". Em 1732, "uma negra mina de peito em pé" foi avaliada, no Brasil, em cem mil-réis, por ser jovem e ter uma aparência saudável (SCHUMAHER; VITAL BRASIL 1998, p.19).

Muito já ouvimos falar sobre a história da escravidão no Brasil. Mas acredito que poucos saibam que a escravidão no Brasil, além de possuir uma cor predominante, havia uma faixa etária específica. Quando falamos de homens e mulheres postos na condição de escravos, deixamos invisível um fato importante da história. Grande parte desses "homens" e "mulheres" tinha em média de 10 a 20 anos de idade. Eram os chamados pretos novos. Estamos falando de uma escravidão infanto-juvenil, que percorreu séculos de nossa história.

Eram meninos e meninas, jovens, oriundos de diferentes partes do vasto continente africano. Talvez, ao tomarmos conhecimento deste fato, possamos repensar os debates atuais sobre a juventude negra no Brasil[31].

Sem mais delongas, essas mulheres foram importantes, pois forneceram novos contornos às dinâmicas históricas e espaciais no cotidiano vivenciado por elas, conformando assim novos ordenamentos socioespaciais. Elas atuaram em organizações quilombolas, revoltas urbanas, movimentos sociais de luta pela libertação da população negra, bem como, mais recentemente, nos espaços de produção do conhecimento científico. Seus passos irão nos ajudar a pensar novas formas de ler a ciência geográfica.

[31] Dentro do cenário político atual, presenciamos o debate levantado por inúmeros movimentos sociais a respeito do Genocídio da Juventude Negra evidenciado, sobretudo, nas grandes cidades brasileiras. Segundo os dados da Secretaria de Promoção de Igualdade Racial- SEPPIR, em 2010, cerca de 75% dos mortos no Brasil são oriundos de violência policial contra os jovens negros e pobres do sexo masculino, com faixa etária entre 15 a 29 anos.

Em tempos de Brasil Colonial, a escravização humana nada mais era que um sistema econômico. Sendo os negros a máquina motor dessa economia. Nas palavras de Anjos (2011), nesse sistema de exploração não havia sentido a distinção entre homens, mulheres e crianças. Nesse sistema econômico mulheres, homens e crianças deveriam gerar igual lucratividade, afinal, eram todos escravos.

> Nesse sistema não fazia sentido o homem ter mais poder que a mulher frente ao senhor de escravo. Inclusive durante a maternidade a mulher escravizada era castigada e forçada a trabalhar. E uma vez que a mulher negra era classificada como "procriadora" e "amas de leite", em oposição as mulheres brancas classificadas como "mãe", seus filhos podiam ser vendidos ou retirados de seu convívio igualmente quando bezerros, desmamados ou não, são retirados das vacas leiteiras (ANJOS, 2011, p. 15).

Essas mulheres, muitas vezes como forma de resistir ao sistema, cometiam atos de suicídio, aborto ou até mesmo infanticídio (matavam seus próprios filhos ao nasceram). Esses atos, a primeira vista cruéis, eram a maneira pela qual essas meninas/mulheres escravizadas protegiam seus filhos. Era uma maneira de não alimentar a continuidade desse sistema, visto que a criança seria na verdade mais uma mercadoria. Os atos de resistências e protagonismo feminino negro não se resumem ao campo do "corpo individual", mas também nas tomadas de decisão que adquiriam dimensões espaciais e coletivas.

Pouco se fala, mas tivemos muitas mulheres líderes quilombolas, entre elas, Alquatunes e Acotirene. Mulheres que participaram do sistema de organização política, como lideres quilombolas, dentro do respeitável Quilombo dos Palmares. Mas, a fim de apresentar alguns nomes de mulheres negras, cuja representatividade é essencial e poucas vezes mencionada, falaremos de outra Rainha negra, Teresa de Benguela. Nosso especial destaque a essa personagem da histórica deve-se aos poucos relatos sobre sua especial trajetória.

Teresa de Benguela. O primeiro nome certamente decorrente do batismo cristão, ao qual negros eram submetidos na colônia portuguesa. O sobrenome indica sua origem territorial e nação pertencente em África. Segundo Schumaher; Vital Brazil (2007), a prática de adicionar o local de origem ao nome dado em terras do colonizador era comum entre os povos

escravizados. Essa seria a uma maneira de preservar um pouco de sua identidade étnica e territorial. E uma forma de encontrar seus iguais. Assim, é comum nos registros históricos, encontrarmos nomes como Eva da Mina, Felicidade Jeje, Teresa da Costa e tantos outros lugares e território que constituem o Brasil de agora.

Os registros apontam que Teresa de Benguela teria sido a líder do quilombo de Quariterê, localizado no Mato Grosso, próximo aos limites territoriais da colônia Portuguesa. Teresa teria chefiado a fuga de um grupo de negros e indígenas, sujeitos ao sistema escravista para o interior das matas. Schumaher; Vital Brazil (2007) & Carvalho (2011) apontam que o grupo chefiado por ela teria se instalado nas imediações do Vale do Guaporé, localizado no município de Vila Bela da Santíssima Trindade-MT.

Schumaher; Vital Brazil(2007, p. 82) argumenta que, durante duas décadas, a líder negra teria imposto uma organização pautada no Parlamentarismo. Desse modo, o quilombo era regido a partir das decisões tomadas pela Rainha Teresa de Benguela, com o apoio de um conselheiro. Buscava manter rígida organização e proteção deste espaço de resistência. O abandono do quilombo não era permitido a nenhum membro. Pois isso poderia facilitar a descoberta da organização por parte dos membros da coroa. Assim, era ficar ou morrer pelas mãos dos seus.

O Quilombo do Quariterê teria resistido até 1770, quando sofreu um bruto ataque por parte dos representantes da colônia Portuguesa. Os quilombolas foram brutalmente capturados e executados. Teresa de Benguela preferiu a morte à nova subjugação ao sistema escravocrata. Teria cometido suicídio a partir da ingestão de plantas venenosas.

Num salto entre tempos e espaços distintos, encontramos a estória de Chica da Silva, essa mulher que virou mito. Tal como esta história é comumente contata, ela era uma escrava que se casou com um homem branco, rico, europeu, o Comendador João Fernandes. A partir dessa relação, Chica da Silva teria alcançado status sociais de grande poder e influência no arraial do Tejuco-MG.

No período áureo da extração de ouro e diamante nas terras de Minas Gerais, hoje Diamantina, a história-mito ganhou a cidade e transpôs tempos. Porém, muito do que sabemos é uma visão categoricamente marcada pelo racismo e pelo sexismo, a partir da qual muitas

mulheres negras são interpretadas. A história de Francisca da Silva foi contada sob o julgo da falsa democracia racial, como aponta Furtado (2003).

Sua estória foi narrada com intensa carga de erotismo e sexualização do corpo da mulher negra, bem como, sob o estigma único de que esta almejava a ascensão social. Historiadores e romancistas negaram a individualidade e os anseios desta mulher. A condição de ex-escrava que ascendeu socialmente por meio de uma relação interracial sempre fora posta a partir dos atributos do corpo e sexo. Esse olhar sobre nós, mulheres negras, é ainda hoje uma carga presente nas relações interpessoais entre mulheres negras, envolvidas em relacionamentos interraciais e interclasse social. Sua condição de "não mulher", mas sim uma ex-escrava soterrou a sua subjetividade enquanto sujeito da relação.

Não estamos negando o processo de branqueamento do qual essa personagem real fez parte. Mas é necessário considerar os parâmetros pelos quais os negros em geral são postos a percorrem, a fim de alçarem o reconhecimento enquanto seres humanos e sujeitos sociais. Isso é o que problematizamos. O enfrentamento de Chica de Silva, frente a uma sociedade colonial, marcou tempos e nos ajuda a entender alguns dos meandros subjetivos aos quais muitas mulheres de ascendência negra são postas ainda hoje.

A mentalidade colonial escravista nega as vontades e desejos dessas mulheres, na medida em que estas são colocadas apenas na condição de corpo a ser apropriado pelo sexo. Essa leitura, eminentemente machista e racista, foi contada por romancistas e dramaturgos como João Felício dos Santos, que retrata Chica da Silva como a musa negra, que dominava o branco com o sexo, numa tentativa de apresentar uma visão libertária. Já o cineasta Cacá Diegues, que inventou Xica da Silva com "X", na qual a personagem atinge a redenção de sua condição de escrava pelo corpo e sensualidade - atributos que eram (e ainda hoje são) vistos como intrínsecos às mulheres negras.

Nas considerações de Furtado (2003), Francisca da Silva, mulher, negra, escravizada e mestiça, filha de mãe escrava e pai português, nasceu entre 1731 e 1735 (não se sabe a data correta). Viveu no vilarejo de Tejuco, do século XIX. João Fernandes, o comendador viveu vida de cônjuge com a ex-escrava e chocou a sociedade da época. Chica da Silva viveu relacionamento estável ao longo 16 anos com comendador e teve 13 filhos. Bem, onde quero chegar com isso... As histórias sobre "Chica a Negra", como disse o cantor Jorge Ben, foi contada, até o trabalho de Júnia Ferreira Furtado (2003), por homens brancos, heterossexuais.

Desenvolvido sob tais leituras, esse olhar superficial omite em partes os inúmeros enfrentamentos de caráter étnico com os quais essa mulher, Rainha Negra do Tejuco, teve que lidar ao longo de sua trajetória.

A mobilidade de classe social não escondeu a cor da pele, nem sua condição de ex escrava. Não era vista como mulher pela sociedade colonial, logo não deveria viver sob tal condição. O destino aceitável neste contexto era o uso de seu corpo como objeto sexual, destinado aos senhores de escravos e aos seus filhos. A estória de Chica da Silva deve ser interpretada com todas as letras de seu nome. Ela era Francisca da Silva, Chica, a Negra.

Ainda nesta nossa incursão histórica e geográfica, voltemos a conturbada capital baiana, na primeira metade do século XIX, para conhecer um pouco sobre o legado histórico deixado por Luiza Mahim.

"Sou nega mina. Sou nagô. Sou jeje. Sou pagã e libertária – Disse Luiza Mahim[32]". Luiza Mahim, mulher e negra, viveu na capital baiana do século XIX. Ocupava-se do ofício de quitandeira, prática comum a muitas mulheres negras no período escravocrata. Em condição servil, era denominada como escravas de ganho. Essas se ocupavam de atividades como vendedoras de quitutes, legumes, tecidos e outros gêneros, que articulavam a economia local. Na condição de escravas, toda renda adquirida deveria ser repassada ao seu senhor. Tal atividade ocupada majoritariamente pelas mulheres negras escravizadas em espaços urbanos permitia maior mobilidade nas cidades, e pouco controle por parte de seus senhores. A regra era "circular para vender".

Luiza Mahim se dizia princesa africana da região de Mahi, no Daomé – hoje Benin -, localizado na costa leste do continente africano. Schumaher; Vital Brazil, (2007) aponta este fato como sendo dúbio, pois historiadores afirmam que Luiza Mahin teria nascido em solo brasileiro. Os registros históricos apontados pela autora afirmam que, em 1812, ela estava na condição de liberta. Luiza Mahin teria feito do seu lar refúgio a muitos negros rebelados. Sua notoriedade é decorrente, sobretudo, de sua atuação na grande revolta urbana negra, a Revolta dos Malês. O maior levante negro já registrado nas cidades brasileiras da época. Sua atuação foi essencial para a organização. Seu oficio permitia maior mobilidade pela cidade. O domínio da escrita árabe dera características peculiares aos negros de origem mulçumana oriundos dessa

[32] Trabalho de pesquisa desenvolvido pelo MEC, junto a Secretaria de Promoção de Igualdade Racial, disponível em : http://antigo.acordacultura.org.br/herois/

região. Assim, entre uma venda e outra, pequenos bilhetes foram organizando a revolta. As vendas de produtos alimentício alimentava o sonho de liberdade do povo negro baiano do século XIX. Os bilhetes escritos em árabes eram entregues de porta em porta, e assim organizaram o levante, que irrompeu na madrugada de 24 de janeiro de 1835, liderado por um grupo de africanos islamizados.

> Como quitandeira, Luiza certamente dispunha de grande mobilidade, pois conhecia as vielas, passagens e os mais diferentes esconderijos da capital baiana. O fato de dominar o funcionamento das ruas tornava relativamente fácil sua atuação como articuladora dos revoltosos, trocando bilhetes entre eles, sob a proteção de crianças que, a pretexto de comprar suas iguarias, ajudavam-na em sua missão. Se o plano dos malês saísse dentro do esperado, ela seria nomeada a rainha da Bahia rebelde. Entretanto, o motim foi debelado às vésperas do dia programado. Seus líderes foram perseguidos e castigados com severidade, mas Luiza conseguiu fugir para o Rio de Janeiro, onde foi presa e, possivelmente, deportada para a África (SCHMAHER; VITAL BRAZIL, 2007, p. 95).

O levante negro não alcançou seu objetivo, a libertação. Porém, ficou marcado na história e na memória de muitos. Atualmente, seu nome é símbolo de luta e organizações de coletivos feministas negros. Luiza Mahim, além de uma história de luta, deixou um filho, Luiz Gama, Jornalista, Poeta e Advogado, dedicado as causas abolicionistas e quem contou parte de sua história. Por entre becos e vielas da capital baiana, Luiza Mahim construiu estórias e demarcou espaços, num tempo em que as mulheres, não negras, estavam categoricamente alijadas do direito a mobilidade urbana. Mahin ousou subverter a ordem que coisificava os negros corpos, destinados ao trabalho braçal e ao sexo forçado por parte de seus senhores. Organizou revoltas e ocupou espaços. Luiza Mahim fez estórias.

Outra história importante de ser contada é a de Laudelina de Campos Mello, já no século XX. Mais uma de muitas de nós, Laudelina de Campos Mello é hoje uma importante referência de luta. Filha de ex-escravos, liderança negra e feminista, nasceu em 12 de outubro de 1904, em Poços de Caldas-MG. Lutou pelos direitos das mulheres, da população negra, crianças e adolescentes. Participou de várias organizações sociais que tinham como pano de fundo o

debate sobre a mulher negra, trabalhadora doméstica, entre outras discussões, como direito a saúde e educação por parte da população negra.

Nosso destaque a essa personagem é decorrente de sua atuação nos espaços de organizações dos direitos trabalhistas das empregadas domésticas, nos anos de 1970. Laudelina começou a trabalhar como empregada doméstica aos 7 anos de idade. Tivera uma infância comum a de muitas mulheres negras da época. Sua responsabilidade para com a manutenção do lar exigia tal esforço. Aos 16 anos, mudou-se para São Paulo, junto a família para quem trabalhava. Em terras paulistanas, juntou-se a organizações políticas negras. Ajudou a fundar a Associação Chico Rei e a Irmandade Nossa Senhora do Rosário da Boa Morte, organização esta que veio a se tornar referência para as lutas dos negros (AMNB, 2012, p.9).

Participou de organizações culturais negras, como o Teatro Experimental do Negro – TEN –, coordenado por Abdias Nascimento. Integrou a bancada do Partido Comunista Brasileiro – PCB –, dentre outros espaços ligados ao debate político, social e cultural dos negros. Laudelina ganha notoriedade por ser uma das primeiras mulheres negras a ocupar os espaços de debate e organizações políticas negras, em prol das trabalhadoras domésticas. Ela teria sido uma das responsáveis por colocar em pauta o debate sobre a exploração e as péssimas condições de trabalho a que muitas mulheres negras estavam submetidas. Hoje, como resultado de sua atuação, tem-se a regulamentação do trabalho doméstico perante as leis trabalhistas.

Passemos agora a outro espaço de resistência. Um espaço em que a disputa de poder atua mutuamente no campo físico territorial, no espaço do corpo individual, mas também no campo intelectual. Estamos falando dos grandes centros de produção do saber científico. Agora é a vez de falarmos de Beatriz Nascimento.

Maria Beatriz Nascimento, mulher negra e retirante. Ousou subverter as normativas as quais muitas mulheres negras estão destinadas, devido a sua classe social, cor e sexo. Negou as construções intelectuais feitas sobre nós negros no contexto social brasileiro. Para falar um pouco sobre sua trajetória, chamamos para a conversa as contribuições de Alex Ratts (2006).

Beatriz Nascimento nasceu em Aracajú, Sergipe, em 12 de julho de 1942. Filha de "dona de casa" e de Seu Francisco Xavier do Nascimento. Assim como muitas famílias nordestinas, migrou para o sudeste, Rio de Janeiro, ainda muito pequena. Com muito esforço, concluiu o ensino regular e ingressou no ensino superior público. Cursou História, na universidade Federal

do Rio de Janeiro (UFRJ). Sua vida acadêmica esteve desde sempre ligada a necessidade de debater as questões relacionadas à história do povo negro no Brasil. Umas das suas inquietações era o fato de a história do negro ser carregada de estigmas sociais, pautados num discurso da democracia racial. Outra indagação era o fato de os estudos sobre o negro no Brasil estarem limitados ao período da escravidão. E depois? Deixamos de existir na história oficial deste país? Era a sua indagação.

Beatriz Nascimento apontou a necessidade de a história do negro ser lida e interpretada de dentro. Dizia ela: "Somos a história viva dos pretos; não número". Assim, seus esforços enquanto intelectual giraram em torno deste debate. Beatriz Nascimento formou-se professora. Atuou na rede pública de ensino. Atuou como ativista em diversos grupos e junto ao movimento negro do Rio de Janeiro. Juntamente com outros companheiros adeptos ao debate, ajudou a fundar o grupo de estudos André Rebouças, na Universidade Federal Fluminense (UFF).

A notoriedade dessa mulher vem com a sua atuação intelectual e política nos espaços acadêmicos. Desenvolveu um novo olhar sobre os estudos relacionados às comunidades quilombolas no Brasil, fazendo um paralelo sobre os quilombos tradicionais e seus desdobramentos em favelas. Mulher, negra e nordestina ultrapassou as fronteiras de um espaço normatizado pelas ordens machistas e racistas, assim como a produção eurocêntrica do saber científico, em meio a efervescência das mobilizações do Movimento Negro da década de 1980. Sua carreira é marcada pela necessária resistência e busca por visibilidade e respeito dentro dos espaços acadêmicos. Segundo as contribuições de Ratts (2006), seu mais reconhecido trabalho foi a produção de textos e narração para o filme Orí (1989)[33], dirigido pela socióloga e cineasta, Raquel Gerber.

Beatriz se consagrou como intelectual, ativista, poetisa, Mulher e Negra, numa sociedade marcada pela discriminação racial e de gênero. Contudo, obteve uma morte como a tantas outras mulheres negras e pobres do nosso país. Na tentativa de ajudar uma companheira que apanhava do marido na porta de um bar, foi morta a balas ali mesmo. Mais um corpo negro, de sangue e veias negras, estirado no chão pela perversidade do machismo. Os atuais movimentos femininos e feministas negro a saúdam como símbolo de luta e resistência de nós

[33]Beatriz Nascimento produziu o documentário Orí. Direção de Raquel Gerber. O trabalho é permeado pela história do Movimento Negro em meados da década de 1970 e 1980, no qual a autora, atriz, professora e poetisa, tece uma série de críticas ao sistema racista e machista vigente.

mulheres negras. Ela morreu lutando pela dignidade, emancipação e reconhecimento da mulher negra e do povo negro brasileiro. Beatriz Nascimento vive em nós.

Nosso esforço em apresentar algumas das mulheres negras que fizeram e fazem parte da nossa história não é por mero acaso. Nosso recorte buscou evidenciar algumas das inúmeras mulheres negras que ousaram, em prol da liberdade de um povo oprimido no Brasil. Mas, atenção, essas mulheres não evidenciam apenas histórias, elas marcaram tempos e espaços geográficos.

Nossa incursão se inicia nos primórdios do Brasil Colonial e recai nos tempos atuais. Nos fatos apresentados, temos a demarcação da atuação dessas mulheres no espaço rural, marcado pela liderança feminina, bem como no íntimo do corpo e das relações de gênero e raça, figurada na personagem histórica de Chica da Silva. As transformações das cidades no período colonial, ocupação urbana e a organização de revoltas negras são expressas pela atuação Luiza Mahim. Os espaços de debate político, organização e movimento social demarcaram a presença de Laudelina de Campos Melo. E não por menos, os espaços de disputa que ainda estamos ocupando gradualmente, os espaços acadêmicos, marcado pela atuação de Beatriz Nascimento. Veja, são histórias, mas também são geografias. E é nesta fronteira tensionada por Beatriz Nascimento que este trabalho se situa – nossa posição no campo da pesquisa acadêmica.

Silva (2008) questiona o caráter hegemonicamente branco, masculino e eurocêntricos das leituras geográficas. Discorre sobre as ausências presentes nessa produção do saber. Em suas palavras, a geografia produzida por nós geógrafas (os) "é um campo do saber engendrado por relações de poder". Assim, as novas leituras sobre as "várias geografias" serão possíveis, apenas, quando entendermos que o discurso científico também é uma construção social. A grande questão é o necessário desmembramento das leituras geográficas realizadas apenas sob um prisma analítico.

O silêncio da ciência geográfica em relação ao debate das "minorias étnicas" e de gênero nada mais é que um reflexo da nossa construção social.

> A ciência hegemônica é marcada por privilégios de sexo e raça, características que dificultaram as expressões das espacialidades dos grupos de mulheres, dos não brancos e dos que não se encaixam na ordem heterossexual dominante. Durante muito

> tempo as existências espaciais desses grupos ou de suas ações concretas não foram consideradas "adequadas" como objetos de estudos do campo da geografia (SILVA, 2008, p.26).

A partir disso, podemos entender algumas das dificuldades encontradas para a construção de um pensamento que tenha como recorte temático o debate étnico racial, a questão de gênero e o debate geracional. A manutenção de uma geografia que se nega a "novas" leituras e abordagens de estudos confirma uma hegemonia das teorias acadêmicas. Somado a este fato, temos a necessidade de empregar tal estudo a partir do "olhar de dentro", como nos atentou Beatriz Nascimento. Grande parte dos estudos sobre relações étnico raciais e sobre as mulheres negras é feito por aqueles que "olham" e interpretam essas relações vistas de fora do contexto social, étnico e de gênero dessas pessoas.

É fato que este cenário tem sofrido algumas modificações. Esses espaços têm sido ocupados por estudantes negros (as), mulheres e jovens das classes mais baixas. Esse acesso aos mecanismos de produção do saber científico é também resultado das políticas afirmativas, que marcam a forte atuação do Movimento Negro. O acesso a educação é capaz de proporcionar mobilidade social e lapidação do pensamento crítico. São sujeitos, inseridos neste contexto, preocupados com o debate e atentos a necessidade da construção de novas leituras, que buscam levar em consideração suas próprias trajetórias sociais e espaços percorridos.

Bell Hooks (1995) tece algumas considerações a respeito. A autora discorre sobre a necessária ocupação dos espaços acadêmicos. A grande questão é, a priori, a necessidade de grupos historicamente marginalizados ocuparem os espaços acadêmicos e o debate intelectual das construções teóricas a respeito de si mesmos. Partindo desses pressupostos, entendemos a necessidade de construirmos elementos e leituras geográficas preocupadas com o debate sobre meninas/mulheres negras e suas trajetórias socioespaciais.

Os primeiros passos para a construção dessa leitura, com respaldo numa geografia preocupada com o debate de gênero, emergiram, sobretudo, a partir dos anos de 1970, resultado das mobilizações que marcaram os movimentos iniciais de renovação da produção teórica na ciência geográfica. Esse movimento teve influência direta da crescente organização das mulheres, não negras, por visibilidade nos espaços de discussão teórica. Essa renovação teórica orientada por geógrafas feministas tinha como pressuposto, construir uma ciência geográfica pautada na igualdade entre homens e mulheres no âmbito da disciplina; centrar as investigações

geográficas sobre as mulheres; e desafiar as filosofias, conceitos e metodologias que sustentavam a hegemonia da geografia masculina (SILVA, 2008, p.27).

Esse movimento por busca de visibilidade intelectual ganha força, sobretudo, entre as geógrafas feministas de língua inglesa. Dentre elas, Linda McDowell (1992), Monk e Hanson (1982) adquiriram notoriedade memorável. Essas leituras têm influenciado os estudos sobre o uso e apropriação dos espaços geográficos, levando em consideração as categorias de gênero, classe e raça. Porém, devemos apontar a exígua produção acadêmica no âmbito da geografia, que coloque em questão o debate sobre as mulheres negras. Como vimos mostrando, essa negação ocorre em diferentes escalas de observação.

Assim, o debate sobre gênero e raça numa perspectiva geográfica exige uma flexibilidade no campo das possíveis interpretações. Ser mulher e negra comunga um conjunto de elementos carregados de estigma social e intelectual do conhecimento acadêmico. Estamos trabalhando com um conjunto de jovens que intercalam no corpo a cor, classe social e o fato de serem mulheres. Esse conjunto de elementos configura distintas identidades, que se interconectam, constituindo o que intelectuais feministas negras norte-americanas e latino-americanas (BARROS, 1995; CARNEIRO, 2005; GONZÁLES, 1988) têm chamados de interseccionalidade.

> A interseccionalidade revela o que não se vê quando categorias de raça e gênero são conceituadas de maneiras separadas. Como perspectiva analítica, a interseccionalidade permite uma conceituação dos problemas sociais, capturando as consequências estruturais e dinâmicas das intersecções complexas entre dois ou mais eixos de subordinação que se entrecruzam e se potencializam (LOPEZ, 2013, p.44).

O debate interseccional comunga elementos antes negligenciados pelas elaborações teóricas. Autoras, feministas negras tal como Bell Hooks, Patricia Hill Collins, Lélia Gonzales, Beatriz Nascimento, Cidinha da Silva, Djamila Ribeiro e tantas outras colaboraram na construção deste conceito como uma espécie de renovação teórico-metodológica, dando novos contornos às especificidades das mulheres negras Norte Americanas e Latinas.

A esse respeito, Lélia Gonzáles, antropóloga e militante negra feminista, propôs o feminismo afro-latino-americano. Sua preocupação é com as ausências do debate étnico racial nas perspectivas apontadas pelas feministas nos anos iniciais de 1970.

Esses apontamentos indicaram a necessidade de ocuparmos esse espaço de debates. Era necessário falar das especificidades de ser mulher, negra e pobre. Dentre outros elementos, podem ser acrescentados a orientação sexual, pertencimento cultural, localização geográfica etc. Temos como dimensão do problema e questão racial e a juventude, tanto meninos e meninas negras comungam dessa interseccionalidade de estigmas de opressão.

Lopez (2004) discorre sobre as ausênciaspresentes no debate sobre o feminismo, branco e eurocêntrico, bem como, nas pautas de reivindicações do movimento negro. A autora faz um paralelo com a dupla necessidade na conformação de novos espaços de atuação social e política, destinado a esse debate. Esse movimento, inspirado em Teresa de Benguela, Laudelina de Campos, Luiza Mahim, Beatriz Nascimento, adquiriu dimensão espacial, do ponto de vista da organização do debate e problematiza a questão até a dimensão mais intima do sujeito, o corpo individual e o seu estar no mundo.

Assim, essas mulheres intervêm no espaço de maneira singular. Sua atuação pode muito bem congregar-se num grupo em que as identidades são partilhadas, constituindo espaços de resistência. Mas também, essa intervenção ocorre de maneira individual, na medida em que apresenta constante mobilidade no espaço. Os enfrentamentos apresentam dimensões de gênero, manifestadas pelo machismo e sexismo do corpo das mulheres, sobretudo as mulheres negras. Bem como dimensões racistas, em que, ser negra numa sociedade de passado e mentalidade escravocrata mantém uma série de estigmas racializados. Esses elementos congregam o nó interseccional de discriminação que se somam as trajetórias históricas e elementos singulares de cada sujeito e que, por sua vez, se materializam nos espaços por elas ocupados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O empenho neste trabalho nos rendeu grandes reflexões, permitindo-nos apreender a significativa importância de fomentar espaços que visem produzir relações sociais pautadas nos princípios de igualdade racial e de gênero. Forneceu-nos instrumentos de pesquisa que nos auxiliaram quanto aos diferentes modos de vivenciar e produzir espaços na cidade. Foi possível observar o quanto as implicações das "ausências" do debate sobre o racismo impregnado na sociedade brasileira, no espaço escolar, afetam os jovens negros que estão em diferentes processos de construção de suas identidades. Entender os meandros dessa discussão requereu a sensibilidade para perceber que o racismo acarreta em implicações desde o campo físico territorial,até nas trajetórias do cotidiano, bem como o campo psíquico[34].

Observamos que, a dimensão do corpo negro, somada aos atributos dos traços faciais e cabelos crespos, configura-se como elemento que declara uma raiz, uma identidade coletiva e uma historicidade. Estes se comportam como nossos registros de pertencimento étnico. Muitos jovens, envoltos por uma ideologia racista dominante, ainda não conseguiram desconstruir o estigma da inferioridade, muitas vezes, estando de "acordo" com a manutenção deste. Com as meninas em geral, em seus relatos, observamos que a assimilação desses elementos característicos do negro atua de modo perverso e doloroso.

Existe um conjunto de critério estabelecidos em relação ao modo como nós mulheres devemos nos portar no espaço público e privado. Observamos que grande parte dos jovens que usufruem dos múltiplos espaços na cidade ainda é predominantemente masculina.As meninas, em grande parte dos casos,estabelecem suas relações na dimensão daquilo que seria um espaço "íntimo", "familiar", seria assim um espaço marcado pela ideia de proteção, "espaço seguro". Esses espaços estão ligadosaideia de vigilância, cuidado e controle social das práticas socioespaciais dessas jovens.As atividades de campo, nos diferentes espaços da cidade, evidenciaram essa maior presença jovem e masculina, que marca as relações nos espaços públicos, enquanto que a atividade de grupo focal e entrevista nos indicou essa diferença marcada pelo gênero.

[34]Psicólogos e agentes sociais de saúde estão cada vez mais preocupados com os efeitos perversos que as práticas racistas podem causar em diferentes sujeitos. O estudo foi desenvolvido pelo Instituto Psique e Negritude, em parceria com agentes sociais de saúde. O objetivo foi identificar de que modo as trajetórias de vida marcadas pelo fator raça desenvolvem problemas psíquicos (INSTITUTO AMMA, 2008).

A mobilidade urbana de grande parte dos jovens negros está condicionada ao fator econômico, social e racial. No caso das jovens que tivemos contato, para além desses fatores, temos a condição de gênero e as relações estabelecidas a partir de um parâmetro patriarcal e machista. Neste sentido, a prática dos usos dos espaços públicos e áreas de lazer acompanham tais regras.

Em um dos relatos, uma jovem aponta suas "opções" de lazer de preferência na cidade:"antes era o shopping, agora Grupo de Jovens, na Igreja... Eu prefiro ir para o meu grupo e para igreja. A gente faz tudo junto... Se diverte e ora. Eu prefiro ir para o meu grupo do que sair por aí". Outra jovem argumenta: - "antes eu trabalhavanos meus fins de semana. Eu não sou muito de sair não. Eu só vou para igreja".

Os espaços apontados por essas jovens eram quase sempre aqueles ligados a um conjunto de valores sociais estabelecidos, sobretudo, pela Igreja, família, trabalho. Ainda que não seja resultado desta pesquisa, queremos chamar a atenção para o fato dos lugares indicados pelas jovens estarem sobremaneira ligados a ideia de controle social e sexual. Muitas delas relataram que os momentos de lazer eram usufruídos na companhia do namorado, assim, os passeios pela cidade estariam sob sua vigilância.

Nos casos das meninas, existe uma pressão social que determina o modo como essas jovens devem se portar em determinados espaços, os espaços a serem apropriados e em quais circunstâncias. Assim, temos que não apenas as teorias e ideologias que estruturam e acompanham as relações sociais entre diferentes sujeitos, observa-se que os usos desses espaços também são dadosa partir de uma lógica heteronormativa, racial, patriarcal e machista.

Meninos e Meninas entendidos enquanto grupos apresentam distintos usos dos espaços na cidade. Essas relações foram construídas de maneira a hierarquizações sociais, pautadasno sexo biológico. As meninas, muitas vezes,estão restritas ao espaço da casa, escola, aos espaços de consumo como redes de mercado, lojas e magazines, casa de amigas e visitas familiares. Nesse sentido, temos uma questão de normatização masculina dos espaços na cidade e das relações que nesta se desenvolvem. As meninas, sobremaneira, estão restritas aos espaços íntimos, residências e espaço de caráter familiar e instituições religiosas. Enquanto os meninos apresentavam maior versatilidade de uso do espaço público, o privado configura-se como uma vivência, por vezes, prisional das meninas "predestinadas" ao cuidado e proteção do lar.

O debate proposto neste trabalho consistiu, assim, em entender como meninos e meninas negras (os) vivenciam os espaços da cidade, bem como, entender como os distintos espaços por estes percorridos poderiam vir ou não contribuir para a construção de suas identidades negras afirmativas. Nossas experiências em diálogos, debates, grupos focais nos indicaram que a medida em que esse(a) jovem passa a estar em espaços cujas práticas sociais sugerem um processo de formação a caminho de constituir uma identidade, neste caso a identidade negra, isso ocorre de modo mais fluído, sobretudo, a partir das trocas. Assim, temos que o acesso a determinados espaços é capaz de proporcionar novas leituras de mundo, lapidar identidades em construção e, assim, fazer parte da constituição desses sujeitos.

O processo de constituição das identidades do sujeito pode se dar de diversas maneiras. Tal como salientamos, a construção do sujeito está em constante elaboração. Nesse processo,identificamos, a partir do nosso trabalho empírico,que tanto o espaço familiar, quanto escolar e os espaços que vão sendo conquistados e apropriados por esses jovens podem se constituir como espaços de elaboração e conformação da identidade negra.

Identificamos espaços que se constituem como centros dinamizadores de novas ideias e consolidação das formações iniciais dos sujeitos, tais como espaços formativos de grupos de músicas, espaços organizados por coletivos de estudantes universitários, grupo e coletivos culturais e políticos, como Coletivo Mãos Negras[35], e através da atuação de jovens que se apropriam de espaços públicos para fazer manifestação cultural, no contexto do movimento Hip-Hop. Outro ponto determinante nesse processo de elaboração das identidades é a possibilidades de acessar espaços formativos como os grandes centros universitários. Porém, não exatamente o conteúdo formativo que faz com que esses jovens busquem elaborar suas identidades negras, mas sim o fato de esses espaços constituírem-se em espaços opressores, onde ser um jovem negro que superou as estatísticas é estar sempre por provar sua capacidade intelectual e sua existência dentro e fora deste espaço.

Ao longo da pesquisa, entrevistamos jovens negros que estavam nesses espaços de formação. A entrevistada EI[36] cursa psicologia numa instituição particular da cidade e relatou ser a única negra da sua sala. O entrevistado EH é estudante de Letras dessa mesma instituição

[35] Coletivo Mãos Negras surgiu em 2013. Organizado por um coletivo autônomo de estudantes negros que buscavam criar espaços para o debate sobre as questões étnico raciais, dentro e fora da Instituição universitária. Seus fundadores: Analú Maciel, Hélio Maria e Tais Teles.

[36] Afim de garantir a proteção da identidade dos entrevistados eles serão aqui representados pela Letra E, de entrevistado, seguido pela inicial do nome.

e proferiu o mesmo relato. Outra participante da pesquisa, EL, também integra a mesma instituição, mas realiza do curso na área da saúde (Enfermagem) relata ser a única negra.

Quando questionados se já presenciaram práticas racistas, disseram não perceber isso de maneira gritantes, porém, argumentam o fato de, muitas vezes, não conseguirem contestar frases e posicionamentos de cunho racial com os colegas e professores.O meio que eles têm de intervir é através do corpo, da estética, e o do modo como eles se colocam nesses espaços. Isso faz desses centros de formação um espaço constituição das identidades, mas num movimento contrário, ou seja, num movimento de resistência as normativas deste espaço.

Assim, essas identidades são construídas em meio a um processo de disputas, mobilidade permissividade e trocas entre diferentes sujeitos. Porém, essas relações ora podem ser tensionada pelos elementos de troca e ora pela disputa, ou seja, pela necessidade em afirmar uma identidade negra e declarar o seu "estar no mundo". Deste modo, temos que os jovens encontram nesses espaços um *lócus* de constituição de suas identidades, temos que este mesmo espaço atua de modo a oprimir as diferenças, isso faz com que esses jovens negros criem suas estratégias de luta para resistir num espaço onde deviam existir de fato.

Os espaços de produção do saber são espaços de disputas, logo, é na dimensão do lugar que os embates irão ser travados de modo mais intenso, constituindo possibilidades reais de transformação e mudança social (SANTOS, 1978).

O princípio de alteridade ainda não foi alcançado por muitos desses jovens. Nossa construção se dá à medida que interagimos com o outro, à medida que compartilhamos histórias e trajetórias de vidas, o que pressupõe a existência de espaços deencontro e de reconhecimento.

Quase impossível construir-se negro(a), quando os referenciais a nós apresentadas são "tipos" desprovidos qualquer simbologia positiva e/ou sinais de humanidade. Essas evidências nos fizeram repensar o espaço escolar e o seu potencial de construção de identidade,assim como, refletir sobre como a formação de ensino superior, em especial no caso dos cursos de licenciatura, coloca-se diante a esta questão. É preciso questionar as implicações de gênero nessas relações. Assim, essas relações e as dinâmicas que ocorrem no espaço urbano de Presidente Prudente devem ser pensadas sob esse prisma plural do ponto de vista da análise, socioespacial, considerando as trajetórias espaciais desses sujeitos, assim como cultural e

político, ou seja, não é possível imergir nessa discussão sem ao menos buscar entender o modo como nossa história e geografia foram estruturadas ao longo dos diferentes tempos e espaços.

Assim, a juventude negra no Brasil mantém registros e formas de organizar os espaços que ocupam de modo atemporal. No contexto social brasileiro,existiram várias formas de resistência negra. Dentre este processo, sempre apontamos a constituição dos quilombos brasileiros. O exemplo mais evidente dentro do debate étnico racial é a representação dada ao Quilombo de Palmares, símbolo de resistência negra ancestral. Cabe aqui uma colocação: a "resistência" em si, impeliu oposição; reação a algo. Segundo o dicionário Aurélio, trata-se da "propriedade de impedir a ação de um agente externo". Assim estamos entendendo que, grupos musicais juvenis, coletivos políticos e artísticos que apresentem o cotidiano de vida da população negra, a partir de diferentes olhares, de acordo com as várias formas de ser jovens, também podem ser lidos como, resistência negra, tal como o ato de "aquilombar-se". Assim, também podem ser considerados como quilombos, novos quilombos urbanos.

Para o antropólogo Lody (2004, p.91), a reconstrução simbólica é necessária aos elementos de valorização étnica. Nesse sentido, discorre sobre o momento em que temos a retomada de símbolos nacionais como o Quilombo dos Palmares, um "lugar histórico de resistência". O grande líder de Palmares assume o significado verdadeiro da resistência dos afrodescendentes e o quilombo assume uma dimensão espacial dessa resistência, marcando assim um território específico de vivência e partilha cultural dos negros e pobres, rejeitando a subjugação ao sistema escravista.

No contexto atual, essa resistência assume também uma dimensão de gênero. Muitas jovens buscam ressaltar a participação de mulheres negras importantes na construção da sociedade brasileira, como símbolos de luta e resistência em diversos campos analíticos, desde o campo do visível, físico territorial, como também no campo simbólico, a partir da valorização de indumentárias, costumes alimentares, cultos religiosos de matrizes afro-brasileiros, música, dança e a estética negra e formas de organização social e política.

A resistência existe porque há uma disputa de poder. Deve ser lida em suas entrelinhas, despida de sua carga folclórica. Nós negros resistimos porque há a necessidade em resistir. Só existe resistência onde há opressão. A resistência é a mais explícita demarcação do território, é existir, como afirma Beatriz Nascimento.

Seguindo essa linha de raciocínio, a ausência de cidadania plena, somada a negação do direito a diferença, faz com que muitos ainda resistam às inúmeras formas de agressões vivenciadas no cotidiano. Essas agressões muitas vezes adquirem dimensões espaciais. Criar espaços de resistência é comungar de uma condição social de classe, raça e gênero. É também um torna-se cidadão. Um tornar-se negro.

Assim, tornar-se negro atua como uma "tomada de decisão" de caráter simbólico, político e social. É negar a condição de cidadão mutilado. Essa negação, somada ao processo de construção de uma identidade negra, vêm conformado espaços étnicos de resistência. São os quilombos contemporâneos. Esses, na contemporaneidade, adquirem novas formas e contornos sociais. A crescente auto-organização de jovens negros em grupos e coletivos que partilham identidades, a partir do legado cultural étnico negro, também são quilombos. Esses espaços de partilha identitária atuam de maneira singular como espaços "fortificados" de resistência negra.

Esses movimentos possuem caráter contestador a ordem racista vigente. Eles são, sobremaneira, marcados pela influência da tríade "corpo, cabelo e identidade". A busca pela valorização artística cultural, étnica negra tem sido o caminho percorrido por muitos desses jovens, que buscam mostrar-se no espaço geográfico. Nas palavras de Lélia Gonzáles, esse movimento simbólico marca a condição do "ser negro". Esse "ser","estar" e "torna-se negros", a partir da ressignificação simbólica, atua como uma das múltiplas formas de manifestação étnica de cunho valorativo e de resistência.

Desse modo, para entender o atual contexto de organização desses jovens, e como esses constroem seus espaços de afirmação política e identidade negra, é necessário analisarmos o presente, mas sempre com olhos no passado. É sob a luz desses fatos que vimos caminhando em nossos estudos, pensado os tempos e espaços de hoje e de outrora.

Estivemos preocupadas com os elementos históricos, geográficos, sociais e políticos, e culturais que nos ajudassem na elaboração desse processo ao longo da construção de uma identidade negra e de seus espaços de afirmação e assim construir elementos que pudessem nos ajudar a pensá-lo.

A linha tênue do transatlântico separou vidas, mas não aniquilou estórias, formas de organização social, costumes e hábitos alimentares. Muito pelo contrário, foi através desse legado cultural étnico negro que se construiu grande parte do Brasil que conhecemos hoje.

Afinal, quem em si não carrega um pouco de África em suas estórias e trajetórias de vida, nesse Brasil cheio de Áfricas?

"*Toda vez que olho um irmão de cor nos olhos.*

Eu estou dizendo: – Eu te reconheço...

Eu me reconheço em Ti..." Tais Malkia

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO. H, W. Considerações sobre a temática sócia da juventude no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, Nº 6, p. 25-36, 1997.

ANJOS, G. dos. **Somos todas rainhas**. São Paulo – SP: Coleção História das Mulheres Negras Passado, Presente e Futuro. Org, Associação Frida Kahlo e Articulação Políticas de Juventudes Negras. 2011. Disponível em >http://www.afrika.org.br/publicacoes/somos-todas-rainha-1ed.pdf> Acessado em: 05/09/2015

ANJOS, R. S. A. dos. A África Brasileira: População e territorialidade. **Acervo**, Rio de Janeiro, V. 22, nº 2, p. 147-164, Jul/ Dez 2009.

CAMPOS, A..**Do quilombo à Favela**: a produção do " espaço criminalizador" no Rio de Janeiro. 4 º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.p. 210.

CASTELLS, M.. O Debate Sobre a Teoria do Espaço. In:_____. **A Questão Urbana**. 4ª Ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1983. V. 48. 344p. Cap -III. 181-337

CÔRREA, R. L. **O espaço Urbano**. 4º Ed. São Paulo- Sp: Editora Ática, 2005. p. 94

CRUZ, M. C. da. O conceito de formação espacial: sua gênese e contribuição para geografia. **GEOgraphia**, Niterói, ano V, Nº 9, 2006, p. 67-83. Disponível em >http://www.uff.br/geographia/ Acessado em 21/11/2014

DAHIA, S. L. M. A mediação do riso na expressão e consolidação do racismo no Brasil. **Sociedade e Estado**, Brasília, v.23, n.3, p. 697-729, set/dez. 2008.

DAYRELL, J. A Escola "faz" Juventudes? Reflexões em torno da socialização Juvenil. **Educação eSociedade,** Campinas, Vol. 28, n. 100- Especial, p. 1105-1128, out. 2007 Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>

GARCIA, A. dos S. **Desigualdades Raciais e Segregação urbana em antigas capitais**: Salvador cidade, d'oxum, e Rio de Janeiro, cidade de ogum/ Antonia dos Santos Garcia. Rio de Janeiro: Garamond, 2009. p.544.

GARDELHA, R. M. d' A. F. A Lei de Terras (1850) e a Abolição da escravidão capitalismo e força de trabalho no Brasil do século XIX. In: **Revista História**, São Paulo. Vol. 120. p.153-162, jan/jun.1989.

GOMES, N. L. Movimento Negro, Saberes e a tensão regulação-emancipação do corpo e da corporeidade negra. **Contemporânea: Dossiê Relações Raciais e Ações Afirmativas,** São Carlos-SP. nº 2, p. 37-60, Jul.- Dez. 2011.

GOMES, N. L. Espaço escolar e discriminação: significados de gênero e raça entre crianças. **Educação Revista**, Belo Horizonte- MG, Vol. 30 nº1. Jan/Mar. 2014. Disponível em >http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext< Acessado em: 03/11/2014

_____. **Corpo e Cabelo como símbolo de identidade negra**. 2008. Disponível em>file:///E:/ATIVIDADES%202014/PESQUISA%20FAPESP_2014/REFERENCIA%20BIBLIOGRAFICA/MULHERES%20E%20MENINAS%20NEGRAS/Corpo-e-cabelo-como-s%C3%ADmbolos-da-identidade-negra.pdf< Acessado em: > 12 de agos/ 2014.

GONZALES, L.. E a trabalhadora negra cumé que fica? **Mulheriu-9**. Vol.2. nª7, mio-jun. 1982

HALL, S..**A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

HERNANDEZ, L. L. **A África na sala de aula:** visita a história contemporânea. São Paulo: Ed. Selo Negro, 2008. p.132-155.

HEASBERT, R..**Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade**. Porto Alegre, Setembro, 2004. Disponível em >http://www.ppgg.ufam.edu.br/attachments/ Acessado em: 09/11/2014

HOLLKS,B.. Alisando o nosso cabelo. **Gazeta de Cuba**. Unión de Escritores y Artista de Cuba.- Janeiro- Fevereiro de 2005. Disponível em >http://coletivomarias.blogspot.com.br/2008/05/alisando-o-nosso-cabelo.html< acessado em 29/10/2014

INSTITUTO AMMA- PSIQUE E NEGRITUDE. **Os efeitos psicossociais do racismo**. São Paulo: Ed. Impressa Oficial, 2008.

LOPÉZ, L. C. A mobilidade política das mulheres negras no Uruguai: Considerações sobre interseccionalidade, raça, gênero e sexualidade. **Rev. Latinoamericana - Sexualida, Salud y Sociedad**. n.14, p. 40-65, agost. 2013. Disponívelem>www.sexualidadsaudysociedad.org. Acessado > 28/06/2015

LODY, R. G. da M..**Cabelos de axé**: identidade e resistência. Rio de Janeiro: Ed. Senac Nacional, 2004, p.136

MALACHIAS, A.C..**Geografia e Relações Raciais: Desigualdade sócio espaciais em Preto e Branco**. Dissertação de mestrado. Faculdade de Ciências e Letras da Universidade de São Paulo-USP. São Paulo-sp, 2006. 124fl.

MATTOS, I.G. de. A negação do corpo negro: representações sobre o corpo no ensino de educação física. 2007. 148f. Dissertação (Programa de Pós graduação em Educação e Contemporaneidade) - Universidade do Estado Da Bahia. Salvador, 2007.

MELAZZO,E.S; FERREIRA, J; MIYAZAKI, V. Renda e desigualdade no espaço intra-urbano de Presidente Prudente-SP: uma análise empírica dos resultados. **Caderno Prudentino de Geografia**. Presidente Prudente, vol.1, nº25, p.209-223. 2003.

MIGUEL, F. L. **A igualdade e a diferença**. In: MIGUEL, F. L.; BIROLI, F. (org.) **Feminismo e política**: uma introdução. São Paulo-SP: Ed. Boitempo. 2014. p, 63-79.

MONBEIG, P. **Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Hucitec/Polis, 1984.

MUNANGA. K. **Origens Africanas do Brasil contemporâneo:** histórias, línguas, culturas e civilizações. São Paulo: Ed. Global, 2009. 92 p.

MUNANGA, K.Algumas considerações sobre "raça", ação afirmativa e identidade negra no Brasil:fundamentos antropológicos. **Revista USP**, São Paulo, n.68, p. 46-57, dezembro/ fevereiro 2005-2006.

MUNANGA, K. A difícil Tarefa de definir quem é negro no Brasil. **Estudos Avançados**. Entrevista de KabengueleMunanga, 18 (50), p. 51-56, 2004.

PAIS, J. M. A transição dos jovens para a vida adulta. In: _____. **Culturas Juvenis**. Ed: Imprensa Nacional – Casa da moeda- Lisboa, 2003, p. 27-70

PRESIDENTE PRUDENTE-SP. Faculdade de Ciências e Tecnologias FCT/UNESP. **Problematizando mudanças espaciais e temporais entre os censos dos anos 2000 e 2010**: Os mapas de exclusão/inclusão social de Presidente Prudente/SP. Presidente Prudente. Vol.1. 2013.

RATTS. A. **Eu sou Atlântica: Sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento**. São Paulo: Ed. Imprensa Oficial. 2006. p, 138.

ROLNIK, R. " Territórios negros nas cidades brasileiras (etnicidade e cidade em São Paulo e no Rio de Janeiro") **Estudos Afro-Asiáticos**, nº17, 1989, Rio de Janeiro.

SANTOS, D. T. R. Falar em racismo reverso é como acreditar em unicórnios. **Carta Capital**-Escritório Feminista. Djamila Taís Ribeiro dos Santos. Disponível em >http://www.cartacapital.com.br/blogs/escritorio-feminista/racismo-reverso-e-a-existencia-de-unicornios-205.html< Acessado em: 10/11/2014

SANTOS, J. **O sentido da Negritute nas batidas do Hip-Hop**: do quilombo para periferia. Disponível em: >www.forumafrica.com.br< Acessado em :03 de Abril de 2015

SANTOS, M. **A natureza do Espaço:** Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo: Edusp, 2008, Cap. II- 61-103

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único a consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANTOS, M. As cidadanias mutiladas. In **O preconceito**, (org) Julio Lerner- Impressa Oficial do Estado de São Paulo- SP. 1996-1997, p. 133-144

SANTOS, R. E. dos. **Diversidade, espaço e relações étnico-raciais**: O negro na Geografia do Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, p. 07-11

SILVA, J. M. Ausências e silêncios do pensamento geográfico brasileiro: uma crítica feminista á geografia eurocêntrica. In: SIMPÓSIO NACIONAL – VI e do ESPAÇO e II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DO ESPAÇO E DA CULTURA, **Anais...** - Rio de Janeiro- RJ. 2008, p. 4

SILVA, J.M.. Fazendo Geografia: pluridiversidade sobre gênero e sexualidade. In: _____. (org.). **Geografias subversivas**: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades.Ponta Grossa: Todapalavra, 2009, v. 1, p. 25-54.

SILVA. R. C. da. Desejo de cidade e sociabilidade negra. **Revista Latino-Americana de sociedade e Gênero**, Ponta Grossa - PR. Vol. 4, n 1º, p. 162-174, Jan-Jul.2013

SOUZA. M. L. de. **O Território**: Sobre Espaço e poder, Autonomia e Desenvolvimento. In: Castro; Gomes; Corrêa. Geografia conceitos e temas. 7ªed.Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

SOARES, Natalício. **Nossos bosques têm mais vida**: notas sobre o preconceito e a desagregação social no Brasil. Curitiba - PR.Ed. Gráfica e Editora Cruz de Malta Ltda. 1982.p.07-18.

SUERTEGARAY, D. M. A..**Notas sobre epistemologia da Geografia**. Cadernos Geográficos, Florianópolis, n.12 mai.2005.

SPOSITO,M. E.B..**O chão em Presidente Prudente**: A lógica da expansão Territorial Urbana. (Dissertação). Programa de Pós-Graduação em Geografia, UNESP, Rio Claro, 1983.

SHUMAHER, S.; VITAL BRAZIL, É..**Mulheres Negras do Brasil**. Rio de Janeiro, Ed. Senac Nacional, 2007, p. 496.

VALENTE, A. L. E. F. **Ser negro no Brasil hoje.** São Paulo: Ed. Moderna, 1987

WILLER, W. **Grupos de discussões na pesquisa com adolescentes e jovens**: aportes teóricos – metodológicos e analise de uma experiência com o método. In: Ver. Educação e Pesquisa, Vol. 32. Nº 2, Maio/ Agos.- 2006, p. 241-260

WHITACKER, A. M. **A Produção do Espaço Urbano de Presidente Prudente**: uma discussão sobre a centralidade urbana. Tese de Mestrado. Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho- UNESP, Presidente Prudente, 1997.

Data Senado Pesquisa Violência contra Juventude Negra. Disponível em> http://www.seppir.gov.br/central-de-conteudos/publicacoes/pesquisa-datasenado-violencia-contra-a-juventude-negra-no-brasil-1/viewAcessado em> 03/07/2015

Chica da Silva sem X. In: **Revista Fapesp**. Disponível em: http://revistapesquisa.fapesp.br/2003/11/01/chica-da-silva-sem-x/ Acessado em: 18/05/2015

Disponível em: http://possehausa.blogspot.com.br/

Filme Orí. Disponível em>https://www.youtube.com/watch?v=qexH85cYfK4> Acessado em 09/10/2015

APÊNDICES

Apêndice 1.

METODOLOGIA PARA PRODUÇÃO DOS GRÁFICOS E MAPAS

A partir dos esforços apreendidos na etapa de coleta de material, acumulamos uma gama significativa de informações para darmos continuidade às atividades. O fato do nosso trabalho não encontrar paralelo em trabalhos anteriores exigiu de nós alguns esforços no que tange a localização da população negra em Presidente Prudente. Por isto, estabelecemos como primeiro passo da pesquisa realizar esta localização.

Partimos da hipótese de que estes estariam localizados nas áreas mais afastadas do centro da cidade e menos servidas em termos de infraestrutura, tal como geralmente é evidenciado nas principais cidades brasileiras, a partir de estudos de Campos (2012) e Santos (2012). Porém, a inexistência de um mapeamento dessa informação dificultou o nosso trabalho, exigindo de nós a compilação de dados referente a distribuição e ocupação da população negra total, autodeclarada do município e a elaboração cartográfica dessas informações.

Nossa visita ao site do IBGE circunscreveu o seguinte caminho<www.ibge.gov.br>, onde acessamos o link <censo 2010- Resultados do Universo>, <dados agregados por setor censitário> e selecionamos a base de informação do Estado de São Paulo, exceto capital.

O conjunto de dados escolhidos abarca um total de 27 planilhas, cada uma com um conjunto de informações específicas. A fim de compreender as informações e siglas existentes, recorremos ao relatório elaborado pelo IBGE intitulado “Base de informação do censo demográfico 2010: Resultados do Universo por setor censitário”.

Com o auxílio deste material, selecionamos, *apriori*, três planilhas que julgamos ser fundamentais: “Arquivo cor ou raça, idade e gênero, codificado na planilha“Pessoa03UF.xls”, ou “Pessoa03UF.csv”; “Arquivo cor ou raça, alfabetização, idade e gênero”, naplanilha “Pessoa04.xls”, ou “Pessoa03UF.csv”. Cabe aqui ressaltar que tais arquivos foram selecionados, sobretudo, pelo fato de serem os únicos a fornecerem informações que consideram a variável “cor ou raça”.

De acordo com as informações disponibilizadas pelo Relatório do Censo Demográfico de2010, foi a parti do censo de 2000 que a categoria “cor ou raça” passou a compor o conjunto de informações coletadas a respeito da população brasileira. Vale lembrar que esta categorização da população baseia-se no princípio da autodeclaração, ou seja,é o sujeito entrevistado que define sua cor ou raça.

A planilha “Pessoa03.xsl” contabiliza um total de 251 variáveis, das quais, após uma série de análises,resolvemos selecionar um conjunto de 22 variáveis, sobretudo, por entendermos que as variáveis escolhidas seriam capazes de apresentar uma visão mais geral, o que condiz com o nosso objetivo neste primeiro momento. As variáveis selecionadas foram: 1. Pessoas residente por cor ou raça preta (V003); 2. Pessoas residentes por cor ou raça parda (V005); 3. Pessoas residentes de 15 a 19 por cor ou raça preta(V023); 4. Pessoas residentes por cor ou raça parda(V025); 5. Pessoas residentes de 20 a 24 por cor ou raça preta(V038); 6. Pessoas residentes de 20 a 24 por cor ou raça parda (V040); 7. Pessoas residentes de 24 a 29 por cor ou raça preta (V043); e 8. Pessoas residentes de 24 a 29 por cor ou raça parda (V045).

Vale lembrar que levamos em consideração o fato do nosso trabalho apresentar um recorte geracional, justificando assim a delimitação analítica entre as pessoas com 15 a 29 anos. Outro ponto que julgamos importante foi a separação por gênero, sobretudo com a finalidade de obtermos de antemão alguns indicadores da presença desses jovens no município.

Desse modo, seguimos com a seleção de mais algumas variáveis relevantes: 9.Pessoas residentes de 15 a 19 anos de idade, do sexo masculino e cor ou raça preta (V103); 10. Pessoas residentes de 15 a 19 anos de idade, do sexo masculino e cor ou raça parda(V105); 11. Pessoas residentes de 20 a 24 anos de idade, do sexo masculino e cor ou raça preta (V118); 12. Pessoas residentes de 20 a 24 anos de idade, do sexo masculino e cor ou raça parda (V120); 13. Pessoas residentes de 25 a 29 anos de idade, e cor ou raça preta (V123); 14. Pessoas residentes de 25 a 29 anos de idade, e cor ou raça parda (V125). O mesmo foi feito para as pessoas de sexo feminino: 15. Pessoas residentes de 15 a 19 anos de idade do sexo feminino e cor ou raça preta (V183); 16. Pessoas residentes de 15 a 19 anos de idade do sexo feminino e cor ou raça parda (V190); 17. Pessoas residentes de 20 a 24 anos de idade do sexo feminino e cor ou raça preta (V198); 18. Pessoas residentes de 20 a 24 anos de idade do sexo feminino e cor ou raça parda (V200); 19. Pessoas residentes de 25 a 29 anos de idade do sexo feminino e cor ou raça preta (V203); 20. Pessoas residentes de 25 a 29 anos de idade do sexo feminino e cor ou raça parda (V205).

As tabelas disponibilizadas contêm dados de várias cidades do Estado de São Paulo, exceto capital. Nosso recorte se restringiu ao município de Presidente Prudente. Ao final dessa seleção tínhamos uma tabela com 351 dados.

O passo seguinte foi a compilação dos dados, separando-os em áreas urbanizadas e não urbanizadas, áreas rurais e distritos, cada qual recebendo uma numeração diferente, que os distinguiam no conjunto dos dados. As áreas urbanizadas e os setores urbanos são representados pelo número (1),áreas não ocupadas pela numeração (2), e as áreas não rurais, representadas pelo número (3).

Em alguns casos encontramos a numeração (7) e (8), o que, segundos as informações do relatório disponibilizado pelo IBGE, correspondem as áreas distritais. Assim,após este minucioso trabalho, excluímos da tabela todas as informações de áreas não urbanizadas e/ou as colunas as quais não houvesse informações.

O resultado disso foi a elaboração de três tabelas. O primeiro conjunto de dados temos a representação da população negra de Presidente Prudente na sua totalidade, distribuída por setores censitários. Nesse conjunto, optamos pela subdivisão em grupos geracionais, ou seja, população de 15 a 19 pretas e pardas, seguidas pela população de 20 a 24 anos e 25 a 29 anos, configurando assim, este primeiro conjunto tabular com (4) tabelas, com aproximadamente 306 linhas de informação cada.

Os demais conjuntos apresentam como critério a separação por gênero e geração. Assim, apresentamos um segundo conjunto de tabelas, no qual temos meninas pretas e pardas, separadas por idades entre 15 a 19 anos, 20 a 24 e 25 a 29 anos, somando um total de três tabelas. O mesmo procedimento foi elaborado para o conjunto de pessoas do sexo masculino.

A título de exemplo, apresentamos abaixo os modelos de tabelas, com alguns dos setores que compõem o quadro urbano da cidade de Presidente Prudente. Para o relatório final, pretendemos apresentar, em anexo, o conjunto total de tabelas que geramos. Vale dizer que os setores são indicados por uma numeração, mas que cada setor representa um bairro, ou um agregado de bairros da cidade, mas nem sempre os setores censitários coincidem com as delimitações administrativas dos bairros.

Modelo da Tabela 1: DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO NEGRA POR SETOR CENSITÁRIO DE PRESIDENTE PRUDENTE

Cod_ Setor	Situação do Setor	Pretos de 15 a 19	Pardos 15 a 19	Total de pop. Negra 15 a 19
354140605000001	1	1	3	4
354140605000002	1	4	5	9
354140605000003	1	2	4	6
354140605000004	1	0	9	9
354140605000005	1	2	3	5
354140605000006	1	1	7	8
354140605000007	1	0	5	5
354140605000008	1	0	7	7
354140605000009	1	0	3	3
354140605000010	1	1	4	5

Modelo do conjunto de Tabelas 2 e 3: DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL POPULAÇÃO FEMENINA NEGRA DE PRESIDENTE PRUDENTE POR SETORES CENSITÁRIOS

Cod_ Setor	Situação do Setor	Meninas Pretas de 20 a24 anos	Meninas Parda de 20 a 24 anos	Total Pop. Negra
354140605000001	1	1	5	6
354140605000002	1	0	2	2
354140605000003	1	0	3	3

354140605000004	1	0	3	3
354140605000005	1	2	4	6
354140605000006	1	1	2	3
354140605000007	1	0	0	0
354140605000008	1	1	1	2
354140605000009	1	0	0	0
354140605000010	1	0	2	2

Num primeiro momento, realizamos a apreensão dos resultados tabulados. Nossa intenção era observar a concentração total da população negra em certas áreas da cidade (ou identificar se existe um bairro ou setor mais negro em Presidente Prudente) e, posteriormente, a concentração por gênero e cor/raça.

O processo de elaboração das tabelas foi um trabalho exaustivo. Demandou uma quantidade de tempo maior que o esperado, sobretudo, pela dificuldade em encontrar os dados, de compreender os significados dos símbolos numéricos adotados pelo IBGE, o que nos levou a uma visita a sede local de Presidente Prudente, na qual pudéssemos sanar algumas dúvidas. A isto se somou a necessidade em criarmos nossas próprias ferramentas para análise e agrupamentos de dados, conforme os interesses da pesquisa.

Após esse trabalho, realizamos alguns gráficos e tabelas, a título de melhor entendimento dessa imensa quantidade de informação. A interpretação dos gráficos apresenta, em números inteiros, presença significativamente maior de pessoas autodeclaradas pardas. Marcam uma diferença relativamente pequena entre homens e mulheres; porém a presença masculina é ligeiramente maior.

As análises gráficas indicam um ligeiro predomínio da presença de meninos sobre a meninas autodeclarados de acordo com a faixa etária. Acreditamos que este processo faça parte da construção da identidade negra. Esses jovens ainda encontram-se num processo de construção de suas identidades negra afirmativas, esse poderia ser um dos caminhos para interpretação dos dados, sobretudo pelo fato dos indícios de autodeclaração na categoria

"pretos" obter maior expressividade nas pessoas entre as idades de 20 a 29 anos. Tal como afirma Munaga (2004) colocar-se enquanto negro numa sociedade em que nega o respeito às diferenças não é uma tarefa fácil.

Ao final desta etapa, apropriamo-nos dos trabalhos já desenvolvidos no CEMESPP sobre a distribuição espacial da população urbana de Presidente Prudente, sobretudo, aqueles em que houvesse sido elaborada uma produção cartográfica. Como salientamos anteriormente, consta como objetivo deste trabalho a elaboração da representação cartográfica das informações obtidas.

Os mapas por nós elaborados tomaram como base também os trabalhos realizados pela Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE, que desenvolveu uma série de representações cartográficas a partir dos dados disponibilizados pelo Censo Demográfico de 2000 do IBGE. O relatório apresentado pela Fundação levou em consideração que, em 2005, o Estado de São Paulo contava com a maior população negra do país, com aproximadamente 12,5 milhões de pessoas de raça/cor preta ou parda, correspondente a 31% dos habitantes do Estado.

Nossa análise pode ser considerada micro quando analisada de modo equiparado ao Estado de São Paulo ou mesmo aos demais Estados da Federação. Porém, o município de Presidente Prudente exerce um importante papel em escala regional, nesse sentido, pode ser representativo da realidade do Oeste Paulista, ou mais especificamente, da região da Alta Sorocabana. Atualmente,com 207 mil habitantes, de acordo com as informações do censo demográfico de 2010, a importância regional do município qualifica nossa intenção em ampliar e instrumentalizar a discussão sobre o negro em Presidente Prudente e desenhar sua espacialização dentro dos limites urbanos.

Desse modo, a partir dos dados coletados, tabulados e analisados, passamos então a elaboração dos mapas. Contamos com o apoio do CEMESPP[37],que disponibilizou os dados e mapas sobre o mapeamento da inclusão/exclusão social em Presidente Prudente.

DOS PROCEDIMENTOS PARA ELABORAÇÃO DOS MAPAS

[37]O processo de elaboração dos mapas teve como apoio as pesquisas desenvolvidas pelo CEMESPP, com especial contribuição do pesquisador Vitor Camacho que nos auxiliou no processo de organização e sistematização dos dados coletado afim de que essas tabelas ganhassem contornos cartográficos.

As tabelas foram elaboradas em formato Excel® com o seguinte padrão de conteúdo por colunas: Setores, Variável 1, Variável 2, relação entre as variáveis, mediana e intervalos. Tal como pode ser observado abaixo:

Exemplo de tabela de variável

	A	B	C	D	E	F	G	H
1	Setores	Pop Preta	Pop Pardo	Total setor	Total cidade	percentual Total	mediana	intervalos
2	354140605000090	X	X		63984	0,00	0,60	1
3	354140605000095	X	X		63984	0,00	0,30	1
4	354140605000137	X	X		63984	0,00	0,89	1
5	354140605000139	X	X		63984	0,00		1
6	354140605000287	0	0	0	63984	0,00		1
7	354140605000306	X	X		63984	0,00		1
8	354140605000244	0	2	2	63984	0,00		1
9	354140605000269	0	2	2	63984	0,00		1
10	354140605000304	0	2	2	63984	0,00		1
11	354140605000305	0	2	2	63984	0,00		1
12	354140605000154	0	5	5	63984	0,01		1
13	354140605000270	0	6	6	63984	0,01		1
14	354140605000271	1	8	9	63984	0,01		1
15	354140605000191	5	7	12	63984	0,02		1
16	354140605000083	4	17	21	63984	0,03		1
17	354140605000268	8	13	21	63984	0,03		1

Optamos por utilizar o programa de mapeamento temático MapInfo®, versão 10.0, sobretudo pelo fato de os trabalhos de mapeamentos feitos pelo CEMESPP terem utilizado este mesmo recurso tecnológico, o que apresentaria uma padronizaçãodas informações aqui georreferenciadas e aquelas com as quais gostaríamos de comparar nosso mapeamento.

Esse recurso dispõe das ferramentas para efetuar georreferenciamentos (ação de ligar uma informação a uma posição no mapa), distribuição territorial, combinação e divisão de objetos e coberturas. É possível efetuar também consultas a banco de dados com a ferramenta de buscas SQL e visualização múltipla de dados em três diferentes tipos: listagens, mapas e gráficos.

A partir do momento em que a base cartográfica encontra-se disponível, com setores delimitados e diferentes tabelas de variáveis inseridas, o processo de georreferenciamento é

simples e rápido, assim como a finalização do mapa, com títulos, legenda, créditos, fonte dos dados, projeções e escalas.

A construção dos indicadores resultou da coleta das variáveis: população autodeclarada preta e população autodeclarada parda, obtidas da publicação do Censo Demográfico de 2010 do IBGE, resultados do Universo por setores censitários. A seguir, foi somada a quantidade total de cada setor das respectivas variáveis e realizada uma segunda soma, já esta, do total da cidade da população autodeclarada.

Com isso, cada setor pode ser mapeado a partir do percentual que representa em relação ao total da população negra da cidade, o que foi representado no mapa através das quatro classes encontradas pelo processo estatístico de mediana, sendo esta o valor numérico que separa a metade superior de uma amostra de dados, uma população, ou uma distribuição de probabilidade, da metade inferior, podendo ser encontradas várias classes através deste processo – no nosso caso quatro classes.

Nesse primeiro momento do desenvolvimento pesquisa, optamos pela elaboração de um conjunto de mapas primordiais, com uma característica mais ampla, algo que nos possibilitasse um olhar mais abrangente da presença desses sujeitos em Presidente Prudente. Assim, o primeiro mapa apresenta a distribuição da população total autodeclarada negrade Presidente Prudente por setores censitários.

Nas demais representações cartográficas apresentadas, optamos por agregar o fator faixa etária, nosso propósito era identificar quais eram os setores onde se evidenciava uma maior concentração de moradores jovens da faixa etária de 15 a29 anos, por setor censitário.

Apêndice 2.

MODELO DE ENTREVISTA

Identificação primária
Nome: Idade: Local de Origem: Desde quando reside em Presidente Prudente: Escolaridade: Estado Civil: Ocupação atual Têm filhos, quantos: Onde cursou o ensino Fundamental e Médio:
Período de Infância Você já passou por alguma situação em que você percebeu ser diferente dos seus amigos na infância? Pode falar sobre? Quais foram os principais espaços percorridos neste período? Teve algum contato direto ou indireto com o debate sobre consciência negra?
Fase da Juventude O que mais marcou sua memória no período de juventude? Quais foram os espaços de lazer percorridos? Como você caracterizaria seu grupo de amigos? Nos espaços que você frequentava havia alguma menção a valorização da cultura afro-brasileira?

Como se deram as relações com a paquera?

Realizou algum tipo de atividade remunerada?

Como era seu relacionamento familiar?

Como eram as relações na escola?

Frisar o período de 15 a 24

Quando você se percebeu negra (o), isso teve algum impacto na sua vida?

Já sofreu algum tipo de discriminação racial?Quer falar sobre?

Os espaços que você frequente hoje são os mesmos? No que eles diferem daqueles?

Auto percepção:

Solicitar que a (o) entrevistada(o) olhe se no espelho e descreva o que vê.

Estética(Auto-reconhecimento como mulher negra)

Debate sobre auto-estima

Como você se sente ao se olhar no espelho?

Tem algo que lhe incomoda, Por quê?

Esse incômodo é recente? Quer falar sobre? Fale um pouco sobre as implicações disso ao longo da vida.

O que é para você ser um (a) jovens Negro (a) no Brasil hoje?

Fale um pouco sobre racismo

Obs: Tem alguém que você possa indicar para participar da Pesquisa?

Apêndice 3

DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DE JOVENS DE 15 A 19 ANOS AUTODECLARADOS PRETOS E PARDOS POR SETORES CENSITÁRIOS. PRESIDENTE PRUDENTE-SP 2010.

LEGENDA

Percentual em relação ao total da cidade

- 1,48 a 1,84 (3 setores)
- 0,92 a 1,48 (16 setores)
- 0,46 a 0,92 (63 setores)
- 0,02 a 0,46 (196 setores)
- 0 (21 setores)

Total de jovens de 15 a 19 anos autodeclarados: 5664

Escala 1 : 70000

0.7 0 0.7 1.4 2.1 Km

Fonte e malhas digitais: Censo IBGE 2010
Organização: Tais Evandra de Carvalho Teles dos Santos
Mapeamento e Layout: Vitor Augusto L. Camacho

DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DE JOVENS DE 20 A 24 ANOS AUTODECLARADOS PRETOS E PARDOS POR SETORES CENSITÁRIOS. PRESIDENTE PRUDENTE-SP 2010.

LEGENDA

Percentual em relação ao total da cidade

- **0,93 a 1,24 (12 setores)**
- **0,63 a 0,93 (33 setores)**
- **0,32 a 0,63 (82 setores)**
- **0,02 a 0,32 (159 setores)**
- **0 (15 setores)**

Total de jovens de 20 a 24 anos autodeclarados: 5576

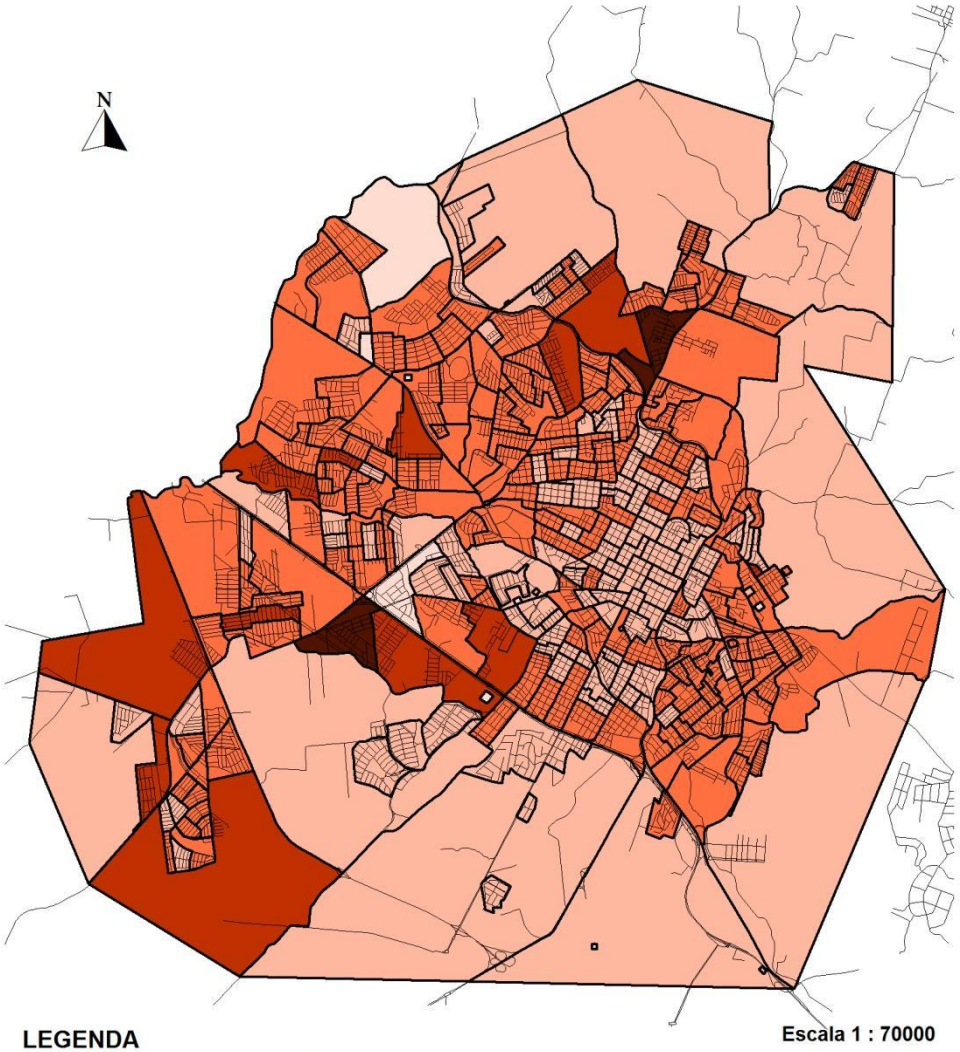
Escala 1 : 70000

0.7 0 0.7 1.4 2.1 Km

Fonte e malhas digitais: Censo IBGE 2010
Organização: Tais Evandra de Carvalho Teles dos Santos
Mapeamento e Layout: Vitor Augusto L. Camacho

FAPESP GASPERR

DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DE JOVENS DE 25 A 29 ANOS AUTODECLARADOS PRETOS E PARDOS POR SETORES CENSITÁRIOS. PRESIDENTE PRUDENTE-SP 2010.



LEGENDA

Percentual em relação ao total da cidade

- **0,92 a 1,17 (2 setores)**
- **0,59 a 0,92 (13 setores)**
- **0,29 a 0,59 (169 setores)**
- **0,01 a 0,29 (108 setores)**
- **0 (9 setores)**

Total de jovens de 25 a 29 anos autodeclarados: 15332

Escala 1 : 70000

0.7 0 0.7 1.4 2.1 Km

Fonte e malhas digitais: Censo IBGE 2010
Organização: Tais Evandra de Carvalho Teles dos Santos
Mapeamento e Layout: Vitor Augusto L. Camacho

FAPESP GASPERR

NOTAS:

Ao longo da pesquisa, desenvolvemos um conjunto de mapas temáticos sobre a população negra de Presidente Prudente-SP. No total, foram produzidos quarto mapas, sendo um deles referente a população negra total e os demais distribuídos por grupos etários de 15 a 19 anos, 20 a 24 e 25 a 29, cabe ressaltar que os critérios adotados para o estabelecimento do grupo negro, foram aqueles utilizados pelo IBGE (soma de pretos e pardos).

MAPA 1.

Observamos a distribuição de jovens de 15 a 19 anos, por setor censitário, assim como evidenciamos na etapa de tabulação dos dados, o índice de autodeclaração entre a população negra dessa faixa etária é baixa, sobretudo, quando comparadas com os dados daqueles que estão entre 25 a 29 anos. O mapa indica a existência de apenas três setores com expressiva presença de pessoas autodeclaradas pretas e pardas, apresentando uma variação de 1,48%a 1,84% dos jovens nessa faixa etária. É evidente que esses indicadores estabelecem pontes com os da população negra em geral, marcando novamente as áreas dos extremos leste, oeste e noroeste, como aquelas com maior representatividade em termos de presença de população negra.

MAPA 2

O segundo conjunto de indicadores apresenta 16 setores com variação de 0,92% a 1,48% de jovens autodeclarados pretos pardos. O terceiro conjunto apresenta 63 setores, 0,46% a 0,92% de pretos e pardos. Os dois últimos conjuntos apresentam menos de 0,5% de pretos e pardos autodeclarados, num total de 190 setores censitários. As informações dispostas nesta representação indicam uma expressividade maior de pessoas autodeclaradas pretas e pardas na faixa etária de 20 a 24 anos, indo ao encontro das informações listadas na representação anterior. Maior concentração de Pretos e Pardos nos extremos das cidades e mais uma vez as áreas Leste, Norte e Oeste concentram esses indicadores.

MAPA 3.

Nesta representação, é possível observar um dado importante: um dos setores de maior concentração não havia aparecido antes em nenhum dos mapas anteriores. Este concentra cerca de 1,17% da população autodeclarada negra de Presidente Prudente, nessa faixa etária, na porção sudoeste, ao passo que a zona leste perde expressão.

OBSERVAÇÃO

O primeiro conjunto de informações aponta 13 setores com menos de 0,95% de pessoas autodeclaradas pretas e pardas. No segundo grupo, temos 169 setores com variação de 0, 29 a 0,59% da presença negra. O terceiro conjunto marca apenas 0,29% e o último conjunto apresenta 0% da presença de pretos e pardos.

É possível perceber que,a medida que temos um aumento na faixa etária, temos uma maior disposição desses sujeitos próximo as áreas centrais da cidade. Isso pode ser decorrente da necessidade de acesso aos aparatos públicos de serviços, bem como de usos dos espaços das cidades. Há que se considerar que essas áreas indicadas com maior concentração da população negra são também as áreas com os maiores índices de exclusão, sobretudo, no que se refere a oferta de um aparato público de serviços em educação, saúde e lazer. Talvez seja precipitado afirmar as causas desse movimento de estruturação social do espaço urbano de Presidente Prudente, seria necessário mais pesquisas específicas, porém, é possível inferir que significativa parte desses sujeitos em condição de marginalidade social estejam em constante em busca pelo direito a vivencia da cidade. Este pode configurar isto que se desenha no mapa.

ANEXOS

Foto: Imagem de divulgação de Atividade Projeto Ensaio

Fonte:https://www.facebook.com/pages/Projeto-Ensaio-RAP/385525158252071?fref=ts

Fonte:https://www.facebook.com/pages/BATALHA-DO-VALE/1379600089008198?fref=ts

Fonte: Imagem registrada na atividade Batalha do Vale – Parque do Povo/ Presidente Prudente –SP , 22/05/201

Fonte: Foto tirado no dia do Evento Projeto ensaio, realizado no dia 21/06/2015. Com a participação dos grupos e artistas solo : (Grupos de Rap, YoloRap- Zona Sul, Locomotiva

sonora (Alvares Machado), Karreata sonora (Prudente), ZNfinish(Bela Vista- Machado), Maloka7 (Zona norte Morada do sol)

Artistas individuais, Diogo Robô (Zona Norte-Morada do Sol), Dennerzito (Machado) All D Catraca (Pirapó)

Fonte: Imagem registrada em atividade do Projeto Ensaio RAP , realizada no Centro cultural Matarazzo no dia 21/06/2015.

Fonte: Coletivo Mãos Negras- Atividade realizada com os alunos da rede pública de ensino- Presidente Bernades.

Atividade formativa organizada pelo Coletivo Mãos Negras- FCT/UNESP. Confecção da Boneca Abaymi, “Símbolo de Resistencia Negra Feminina”, realizada em Novembro de 2015

Fonte: Coletivo Mãos Negras- Atividade realizada em comemoração ao mês da consciência negra, Matarazzo Presidente Prudente -2015